U.PORTO
FACULDADE DE DESPORTO
UNIVERSIDADE DO PORTO

Andebol para Atletas com Deficiência Intelectual: a perspetiva de atletas, treinadores e psicólogos sobre o processo de classificação desportiva

Dissertação apresentada com vista à obtenção do 2º ciclo de Estudos conducente ao grau de Mestre em Atividade Física Adaptada ao abrigo do Decreto-lei nº 74/2006 de 24 de março.

Orientadora: Professora Doutora Ana Sousa
Coorientadora: Professora Doutora Paula Portugal

Helena Isabel Pinheiro Bernardes da Silva
Porto, 2015

Ficha de Catalogação

Silva, H. I. P. B. (2015). *Andebol para atletas com deficiência intelectual: a perspetiva de atletas, treinadores e psicólogos sobre o processo de classificação desportiva.* Porto: Silva, H. I. P. B. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Atividade Física Adaptada, apresentada à Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

PALAVRAS-CHAVE: ANDEBOL; DEFICIÊNCIA INTELECTUAL; ELEGIBILIDADE; CLASSIFICAÇÃO DESPORTIVA.

Dedicatória

Às minhas avós,
Piedade e Carminda.

Agradecimentos

A realização desta dissertação mostrou-se uma prova de fogo e a sua superação não seria possível sem o apoio, incentivo, e motivação transmitida por diversas pessoas importantes nos vários contextos da minha vida. Deste modo, não poderia deixar de tecer o meu agradecimento e expressar o meu apreço por aqueles que comigo partilharam este percurso.

À Professora Doutora Ana Sousa, um agradecimento muito especial, por todo o apoio, orientação e sabedoria transmitida, não só ao longo deste ano, mas de todo o meu percurso académico. Agradeço todo o tempo, atenção, simpatia e disponibilidade que me dedicou para ajudar a ultrapassar mais uma importante etapa. A sua paciência e compreensão, bem como a sua exigência foram fundamentais para o alcance desta meta. Mais do que uma excelente professora, é um exemplo a seguir.

À Professora Doutora Paula Portugal, teço o meu agradecimento, por toda a orientação e conhecimento transmitidos. Obrigada pelas críticas que me proporcionaram crescimento e pelo incentivo que me alimentou o ânimo.

O meu mais sincero agradecimento a todos os atletas, treinadores, psicólogos, instituições e clubes, que aceitaram participar neste estudo e tão amavelmente me receberam e ajudaram com a transmissão das suas experiências e conhecimentos, alargando os meus horizontes na modalidade que adoro.

À minha família, tão importante em todos os aspetos da minha vida, presto o meu maior e mais sincero agradecimento. A ti, pai, por seres o maior e melhor exemplo que tenho. Tu que me encorajas todos os dias a continuar a lutar, o meu maior objetivo continua a ser que te orgulhes de mim. À minha mãe, que me apoia e ama incondicionalmente. Aos dois, por tudo o que me ensinaram ao longo da vida, por todos os louvores, todas as repreensões necessárias, todo o carinho e amor que nutrem por mim. Ao meu irmão, à minha cunhada e aos meus lindos Tomás e Rodrigo, obrigada por me acolherem na vossa vida, serem o meu porto de abrigo e fazerem viver a criança que existe dentro de mim. Os meus

dias são sempre melhores quando vos vejo sorrir e a “malandrar”. Aos meus tios e primos que sempre me acompanham e nunca me deixam sentir desamparada, o meu muito obrigada: Lecas, Rui, Isabel P., Cristina, David, Lela, Lolô, Chico, Isabel C., João, Gonçalo, Marisa, Fernando, Fernanda, Lionnel, Vanessa, Zé Luís, Isabel R., Jorge, Kiko e Rute, em especial à prima Tucha que me ouviu vezes sem conta ao longo deste ano.

Um carinhoso agradecimento aos verdadeiros amigos, aqueles do coração, que longe ou perto, alegram os meus dias e me fazem sentir uma felizarda por poder contar com a sua amizade, nos bons e, especialmente, nos maus momentos. Às amigas Marta, Maria, Mariana, Drika, Vi, Vanda, Marisca, Carol e Vanessa, obrigada pelas vossas constantes e inspiradoras palavras amigas e de incentivo, pela força e amizade, por escutarem e ultrapassarem comigo os obstáculos, pelos momentos que acompanham desde há muito e estarem sempre presentes. A Cora, Emanuel, Bruno e Mariana, sem esquecer os “açorianos” Delfim, Raquel e Miane, que comigo tanto partilharam nestes últimos anos, agradeço o apoio e os bons momentos que me proporcionam. À *mi famiglia*, particularmente ao Pena, Fábio, Carolina, Rick, Cátia, Marta Sousa, Gabri, Cláudio, Tiago, Zé, Raquel, Pedro, Ju e Daniel, obrigada pelo apoio, pelos momentos que partilham comigo e por toda a amizade, que tão feliz me faz. Ao Rodrigo, Filipa, Maria, Ana Isabel e Luís, pela amizade, pela paciência e incentivo, particularmente neste ano difícil.

Uma palavra de agradecimento à família Ferreira, Zé Carlos, Lena, João e Vânia, por me acolherem e tratarem sempre muitíssimo bem. É um enorme prazer partilhar convosco tantos momentos.

As palavras pouco expressam o que sinto e a tamanha importância que reconheço que tens na minha vida. No entanto, a ti, André, meu grande e verdadeiro amigo, presto o meu grande agradecimento por todo apoio, carinho e amor. Sinto-me eternamente agradecida por todos os momentos que já partilhamos, pelo incentivo e cautela, pelo conhecimento e pelo desafio, pelo companheirismo, paixão e serenidade, transmitidos ao longo destes anos. As minhas jornadas seriam, certamente, mais tortuosas sem o teu amparo.

Índice Geral

Índice de Figuras ..... **XI**

Índice de Quadros ..... **XIII**

Índice de Anexos ..... **XV**

Resumo ..... **XVII**

Abstract ..... **XIX**

Lista de Siglas e Abreviaturas ..... **XXI**

Capítulo I - Introdução **1**

1. Introdução 3

1.1 Objetivos da Dissertação 4

1.2 Estrutura da Dissertação 5

Capítulo II – Enquadramento Teórico **7**

1. Perspetiva Histórica do Conceito de Deficiência 9

2. Deficiência Intelectual 12

2.1 Definição 12

2.2 Etiologia e Diagnóstico 15

2.3 Classificação e Caracterização 19

3. Desporto para atletas com deficiência intelectual 23

3.1 Benefícios da prática desportiva para pessoas com deficiência intelectual 23

3.2 Contexto Internacional 25

3.2.1 Jogos Paralímpicos 25

3.2.2 Global Games 30

3.2.3 Special Olympics 31

3.3 Contexto Nacional 33
3.4 Elegibilidade e Classificação Desportiva 36
4. Andebol para atletas com deficiência intelectual 41

Capítulo III – Metodologia 49
1. Entrevistas 51
1.1 Entrevista semiestruturada ou guiada 52
1.2 Construção e concretização das entrevistas 53
2. Grupo de Estudo 55
2.1 Caracterização do grupo de estudo 57
3. Análise e interpretação das entrevistas 62

Capítulo IV – Apresentação e Discussão dos Resultados 67
1. Análise e Interpretação das Entrevistas 69
1.1 Atletas 69
1.1.1 Categoria Iniciação Desportiva 69
1.1.2 Categoria Especialização 73
1.1.3 Categoria Motivações para a Prática Desportiva 75
1.1.4 Categoria Classificação Desportiva 81
1.1.5 Categoria Barreiras para a Prática Desportiva 85
1.2 Treinadores 90
1.2.1 Categoria Formação e Experiência Profissional 90
1.2.2 Categoria Contextos da Prática Desportiva 94
1.2.3 Categoria Classificação Desportiva 116
1.3 Psicólogos 137
1.3.1 Categoria Formação e Experiência Profissional 137
1.3.2 Categoria Classificação Desportiva 140
1.3.3 Categoria Prática Desportiva na DI 150

1.4 Propostas para a Classificação Desportiva de atletas com DI no Andebol 157

Capítulo V – Conclusões e Sugestões 163

1. Conclusões 165

2. Sugestões 169

Referências Bibliográficas 171

Anexos i

Índice de Figuras

Figura 1 - Organigrama da FPDD (2013a) 34

Índice de Quadros

Quadro 1 – Prevalência das causas da DI, adaptado de Sherrill (2004) 16

Quadro 2 - Classificação da DI pela ICD-10, adaptada de AAMR (2002) 20

Quadro 3 - Classificação da DI apresentada por Fegan (2011) e Gobbi et al. (2014) 20

Quadro 4 - Associação de outras deficiências à DI, adaptado de Fegan (2011) 21

Quadro 5 - Períodos Históricos e Atividade Física, adaptado de DePauw e Gavron (2005) 24

Quadro 6 - Perspetiva histórica dos Jogos Paralímpicos de Verão: 1960-2012, adaptado de IPC (2015) 28

Quadro 7 - Equipas a praticar Andebol em Portugal, de acordo com a ANDDI Portugal 45

Quadro 8 - Número de entrevistados e natureza da sua função por equipas (clubes e/ou instituições) 56

Quadro 9 - Caracterização dos atletas entrevistados 57

Quadro 10 - Caracterização dos técnicos/treinadores entrevistados 59

Quadro 11 - Caracterização dos psicólogos entrevistados 61

Índice de Anexos

Anexo I – Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido iii

Anexo II – Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido (tutor) v

Anexo III – Guião de Entrevista a Atletas de Andebol com DI vii

Anexo IV – Guião de Entrevista a Psicólogos que trabalham com Atletas com DI xi

Anexo V – Guião de Entrevista a Técnicos/Treinadores de atletas de Andebol com DI xv

Anexo VI – Declaração assinada no 1º Campeonato Europeu para atletas com DI xix

Anexo VII – Ficha de Inscrição de Atleta (ANDDI Portugal) xxi

Resumo

O Andebol para atletas com deficiência intelectual é uma modalidade relativamente recente, caracterizada pelo reduzido número de praticantes e de competições, tanto a nível nacional como internacional. Para poderem competir, estes atletas têm de ser submetidos a um processo de elegibilidade e classificação, capaz de tornar esta competição justa e equitativa. A este respeito, existem ainda muitas dúvidas e a literatura é escassa, sendo essencial estudar e aprofundar esta temática para melhor compreender este tipo de prática desportiva. Neste sentido, foi nossa intenção compreender a perspetiva das pessoas envolvidas no Andebol para atletas com deficiência intelectual sobre o atual panorama nacional da modalidade, mais concretamente, sobre o processo de elegibilidade e classificação desportiva dos atletas praticantes da modalidade. O grupo de estudo foi constituído por 17 atletas, 13 treinadores e 9 psicólogos. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e, posteriormente, as suas transcrições, das quais emergiram as seguintes categorias para cada um dos grupos de estudo: Atletas – Iniciação Desportiva, Especialização, Motivações para a Prática Desportiva, Classificação Desportiva e Barreiras para a Prática Desportiva; Treinadores – Formação e Experiência Profissional, Contexto da Prática Desportiva e Classificação Desportiva; e Psicólogos – Formação e Experiência Profissional, Classificação Desportiva e Prática Desportiva na Deficiência Intelectual. Conclui-se que o desporto assume uma grande importância na vida dos atletas com deficiência intelectual, todavia, não existe especialização dos atletas ou formação especializada/específica dos treinadores numa modalidade desportiva, e o contacto dos psicólogos com este contexto é bastante reduzido. As condições de prática e os níveis competitivos das equipas são heterogéneas, porém, todos os grupos mencionam entraves à prática desportiva. De um modo geral, os entrevistados revelaram falta de conhecimento sobre o processo de elegibilidade e classificação desportiva e opiniões discordantes em relação ao sistema em vigor e possíveis novos sistemas. De facto, este é um assunto complexo, que não reúne consenso e que carece de maior investigação.

PALAVRAS-CHAVE: ANDEBOL; DEFICIÊNCIA INTELECTUAL; ELEGIBILIDADE; CLASSIFICAÇÃO DESPORTIVA.

Abstract

The Handball for athletes with intellectual disabilities is a relatively new sport, characterized by the small number of practitioners and competitions, both national as international level. To compete, these athletes have to submit a process of eligibility and classification, able to make this fair and equitable competition. In this sense, there are still many questions and the literature is scarce, it is essential study and deepen this topic to better understand this type of sport. In this way, it was our intention to understand the perspective of those involved in Handball for athletes with intellectual disability on the current national panorama modality, more specifically, about the process of eligibility and sport classifications of athletes who practice the sport. The study group was composed for 17 athletes, 13 coaches and 9 psychologists. It was made semi structured interviews and later its transcripts, from which emerged the following categories for each of the study groups: Athletes – Sports Initiation, Expertise, Motivations to Sports Practice, Sports Classification and Barriers to the Sports; Coaches – Training and Professional Experience, Sports Context and Sports Classifications; and Psychologists – Training and Professional Experience, Sports Classification and Sports in intellectual disabilities. We conclude that sport assumes a great importance in the lives of athletes with intellectual disabilities, however, there is no expertise in athletes or specialized training/ specific coaches in a specific sport, and the contact of the psychologists with this context is greatly reduced. The practical conditions and the competitive levels of the teams are heterogeneous; nevertheless all groups mention barriers to practice the sport. In general, respondents revealed lack of knowledge about the process of eligibility and sport classification and discordant views about the current system and new possible systems. Actually, this is a complex issue which does not meet consensus and that needs furthers research.

KEYWORDS: HANDBALL; INTELLECTUAL DISABILITY; ELIGIBILITY; SPORTS CLASSIFICATION.

Lista de Siglas e Abreviaturas

A5 – Andebol de 5

A7 – Andebol de 7

AAIDD – American Association of Intellectual and Development Disabilities

AAMR – American Association on Mental Retardation

AC – Análise de Conteúdo

AF – Atividade Física

ANDDI Portugal – Associação Nacional de Desporto para Atletas com Deficiência Intelectual de Portugal

APA – American Psychiatric Association

CAO – Centro de Atividades Ocupacionais

CPP – Comité Paralímpico de Portugal

DI – Deficiência Intelectual

EHF – Federação Europeia de Andebol

FAP – Federação de Andebol de Portugal

FPDD – Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência

GG – Global Games

GR – Guarda-Redes

ICD – International Classification of Diseases

ICF – International Classification of Functioning, Disability, and Health

IHF – International Handball Federation

INAS - Federação Internacional de Desporto para Pessoas com Deficiência Intelectual

IPC – International Paralympic Committee

ISOD – International Sport Organization for the Disabled

ITTF – International Table Tenis Federation

JO – Jogos Olímpicos

JP – Jogos Paralímpicos

OMS – Organização Mundial de Saúde

QI – Quociente de Inteligência

SB-IV – Stanford-Binet–IV

SO – Special Olympics

WAIS – Wechsler Adult Intelligence Scale

WHO – World Health Organization

Capítulo I - Introdução

1. Introdução

De acordo com a World Health Organization (WHO) (2014b), mais de um milhar de milhões de pessoas (15% da população) tem deficiência, estimando-se que 1% da população mundial tenha deficiência intelectual (DI) (Maulik et al., 2011).

Apesar das diversas terminologias utilizadas para mencionar a DI, no que se refere à sua definição, todas concordam em três fatores: limitações significativas no funcionamento intelectual, limitações significativas no comportamento adaptativo e manifestações dos sintomas anteriores durante o período de desenvolvimento (WHO, 2007). Simultaneamente, estas circunstâncias influenciam todos os domínios da vida da pessoa com DI, nomeadamente, pessoal, psicológico e social. Frequentemente, a pessoa com DI apresenta índices de aptidão e de atividade física (AF) reduzidos, capacidade de aprendizagem e comunicação mais limitada, maiores dificuldades na interação com o outro e baixa autoestima e motivação. Por este motivo, diversos autores, entre os quais, Fegan (2011) e a American Psychiatric Association (APA) (2013), consideram que o trabalho desenvolvido no âmbito desportivo é essencial, pelos diversos benefícios que lhe são reconhecidos. A este respeito, os programas desenvolvidos no contexto desportivo são vistos como promotores de estilos de vida saudáveis, das capacidades físicas, psicológicas e sociais. Mais concretamente, a literatura (Baldari et al., 2009; Cuesta-Vargas et al., 2011; Johnson, 2009; Özer et al., 2012) refere que as pessoas com DI fisicamente ativas e envolvidas neste tipo de projetos, apresentam melhores níveis de saúde, diminuição de problemas associados à DI, e melhores níveis de aptidão cardiorrespiratória e muscular. Paralelamente, o desporto é considerado um agente de inclusão das pessoas com deficiência na sociedade, permitindo-lhe trabalhar as suas competências de interação, comunicação, e os comportamentos socialmente aceites, bem como o aumento dos níveis de autoestima, autoconceito e motivação.

O contexto desportivo é ainda destacado por ser um meio que privilegia a capacidade de superação e transcendência (Garcia et al., 2014), assente no

lema do Olimpismo de Coubertin (2000), “citius, altius, fortius”. Esta busca pelo ir mais longe, ser mais rápido e mais forte, possibilita uma postura de luta contra as dificuldades que possam despontar, nos mais variados contextos da vida do atleta, o que na DI poderá ser extremamente benéfico.

Dos vários contextos desportivos que podiam ser eleitos para a realização de um estudo no âmbito da prática desportiva de atletas com DI, focamos a nossa atenção no Andebol, por ser a modalidade na qual uma das autoras desempenha funções enquanto treinadora. Deste modo, da sua prática emergem diversas preocupações, entre as quais se destacam questões relacionadas com a classificação dos atletas com DI. Nesta medida, em busca de respostas, que eventualmente, acabarão por levantar mais questões, surgiu a necessidade de aprofundar o conhecimento nesta área – Andebol para atletas com DI. No entanto, de acordo com Baldari et al. (2009) existe escassez de estudos no que concerne à participação de atletas com DI no contexto desportivo, situação que é agravada na modalidade de Andebol, devido à sua existência relativamente recente.

À semelhança de outras modalidades e tipos de deficiência, a classificação desportiva destes atletas tem sido um assunto de debate. A forma que adquire e o modo como, supostamente, garante uma competição justa e equitativa, prevenindo o abandono de atletas com deficiências mais graves, é discutido tanto pelas pessoas envolvidas, como por quem está fora deste contexto (Thomas & Smith, 2009).

A natureza recente da modalidade, bem como a complexidade inerente à temática da classificação de atletas com deficiência, nomeadamente, com DI, ambas caracterizadas pela escassez de literatura, onde é imperativa a reflexão, são também aspetos que justificam a pertinência e originalidade deste trabalho.

1.1 Objetivos da Dissertação

O principal objetivo deste estudo é compreender a perspetiva das pessoas envolvidas no Andebol para atletas com DI sobre o atual panorama nacional da modalidade. Neste contexto, pretende-se clarificar o processo de elegibilidade e

classificação desportiva dos atletas que praticam esta modalidade. Mais especificamente, pretende-se:

- Compreender que competições existem e quais as equipas participantes, bem como o modo como são organizados os grupos de competição, mais especificamente, como são classificados os atletas e/ou distribuídos por níveis competitivos.

- Compreender a perspetiva de atletas, técnicos e psicólogos sobre o processo de elegibilidade e classificação desportiva de atletas com DI, mais concretamente na modalidade de Andebol.

- Compreender a perspetiva de atletas, técnicos e psicólogos sobre as atividades competitivas e não competitivas realizadas no âmbito nacional, nomeadamente, sobre a frequência, duração, localização e constituição dos grupos de competição.

Por último, pretende-se com a elaboração deste estudo, e partindo dos testemunhos dos entrevistados, apresentar algumas sugestões de melhoria ao nível do processo de classificação destes atletas.

1.2 Estrutura da Dissertação

Com o cumprimento dos objetivos em vista, no capítulo II procurámos contextualizar o desporto para atletas com DI, no entanto, esta contextualização não é possível sem primeiro enquadrar a DI. Deste modo, o enquadramento teórico faz uma breve abordagem à evolução dos conceitos de deficiência, bem como da DI, visando um conhecimento mais aprofundado desta última. As possíveis causas da DI foram identificadas consoante o seu período de ocorrência, sendo nomeados alguns testes que permitem o diagnóstico da DI, tanto ao nível do funcionamento intelectual como do comportamento adaptativo. Simultaneamente, apresentam-se vários sistemas de classificação e caracterização desta população. Devido às características singulares da DI, destaca-se ainda a importância da prática desportiva, através dos diversos benefícios que esta apresenta para atletas com DI.

Além dos benefícios, são apresentados os múltiplos contextos em que o desporto se pode desenvolver, quer a nível internacional, quer a nível nacional. Optamos por focar a nível internacional três das competições mais importantes, mas não únicas, para os atletas com DI. A nível nacional abordamos a organização das competições e o processo de elegibilidade a que são sujeitos os atletas com DI, com vista à participação nas respetivas provas competitivas. Aqui destacamos o Andebol, a nossa área de intervenção neste estudo.

Sucede-se o capítulo III, referente à metodologia, onde são analisadas questões relacionadas com a metodologia qualitativa utilizada na elaboração deste trabalho, nomeadamente as entrevistas. São também referenciados e caracterizados cada um dos três grupos de estudo. Neste ponto pretende-se criar uma linha orientadora de todo o trabalho realizado desde a construção dos guiões das entrevistas, passando pela concretização das próprias entrevistas, às suas transcrições e à análise, esta última, exposta no capítulo seguinte.

Tal como o nome indica, o capítulo IV destina-se à análise e interpretação, bem como à discussão das temáticas emergentes das entrevistas realizadas a cada um dos grupos de estudo. Deste modo, são expostas as perceções dos nossos grupos de estudo, analisando-as tendo em consideração teorias, conceções e resultados de outras investigações.

Por último, apresentam-se as principais conclusões resultantes da elaboração deste estudo, com o intuito de responder aos objetivos formulados inicialmente. Adicionalmente, pretende-se refletir sobre problemáticas pertinentes e que são mencionadas ao longo do nosso trabalho. Desejamos que as conclusões alcançadas despertem noutros profissionais o interesse por estas temáticas e pela reflexão constante na busca da evolução do desporto de um modo geral, e do desporto para atletas com DI, em particular. Para tal, apresentam-se sugestões para futuras investigações.

Capítulo II – Enquadramento Teórico

1. Perspetiva Histórica do Conceito de Deficiência

Antes de abordar a temática da DI é necessário compreender alguns aspetos importantes sobre a evolução do conceito de deficiência de um modo geral. Começamos então este capítulo com uma breve abordagem sobre a perspetiva história da deficiência, mais especificamente, a DI.

A conceptualização da DI é relativamente recente, todavia a história da deficiência em geral e da DI em concreto, não o é. Segundo Braddock e Parish (2001), existem evidências antropológicas da existência de elementos com deficiência em grupos de primatas sub-humanos pré-históricos.

O desconhecimento dos mecanismos das deficiências, porquê que ocorriam, como ocorriam, que implicações tinham nos indivíduos, fez com que a humanidade lidasse de formas distintas com as pessoas com deficiência ao longo dos tempos. De acordo com DePauw e Gavron (2005), os indivíduos que não correspondiam à "norma", quanto à aparência ou ao comportamento, experienciaram sempre tratamento diferenciado, que variou entre a crueldade humana até à veneração. A deficiência foi, frequentemente, ao longo da história humana, associada a aspetos culturais e religiosos, e diferentes deficiências receberam diferentes formas de tratamento.

De acordo com as mesmas autoras, na era governada pela lei da sobrevivência do mais forte, a superstição levava a que a deficiência fosse considerada como algo demoníaco, monstruoso, e as pessoas com deficiências fossem consideradas incapazes. Consequentemente, estas eram rejeitadas, abandonadas, o que resultava frequentemente na sua morte ainda em criança (Auxter et al., 1997). Posteriormente, na era primitiva e na antiguidade (3000 a 500 AC), considerava-se a existência de dois tipos de possessão: por espíritos maléficos, levando a que a pessoa fosse temida, ou por espíritos benevolentes, fazendo com que fosse venerada (DePauw & Gavron, 2005). O período grego e romano, apesar do abandono e morte de crianças e daqueles que não tinham capacidades para ir para a guerra, especialmente em Esparta (Braddock & Parish, 2001), foi marcado pelo heroísmo e louvor atribuídos àqueles que

adquirissem uma deficiência em situação de guerra (DePauw & Gavron, 2005). Em concordância com DePauw e Gavron (2005), no final deste período, Hipócrates e Plutão contribuíram para as conceções de DI e doença mental, onde o primeiro descreveu esta última como uma doença com causas naturais, e o segundo defendeu os cuidados das pessoas com DI ou doença mental, através de atividade ou exercício físico, hidroterapia, massagem, exposição à luz solar, em vez de exilo, exorcismo ou demonologia. A partir dos anos 400 d.C., o infanticídio tornou-se proibido, todavia as crianças eram escondidas e maltratadas. A falta de cuidados levava à morte de uma grande parte destas (DePauw & Gavron, 2005). Seguiu-se a idade média, e com ela surge a proteção dada às pessoas com deficiência pelos mosteiros e cortes reais. No entanto, apesar de aqueles que fossem considerados merecedores, usufruírem de proteção e tratamento humanitário, não lhes era dado acesso a corporações de ofício ou vida qualificada, por serem considerados incapazes.

O Renascimento trouxe grande progresso social e cultural (Auxter et al., 1997), no entanto, apesar da evolução da medicina e outras ciências, durante os séculos XVI e XVII, e da sua influência sobre a sociedade no tratamento e acompanhamento de pessoas com deficiências, os casos mais graves continuavam a ser alvo de discriminação e maus tratos (tortura, perseguição, queimados vivos, entre outros) (DePauw & Gavron, 2005). As doenças mentais continuaram a ser encaradas como possessões demoníacas (Braddock & Parish, 2001), enquanto as pessoas com DI e deficiências auditivas passaram a receber melhores tratamentos (DePauw & Gavron, 2005). Na verdade, as crianças com deficiências auditivas, pertencentes a famílias abastadas, recebiam educação em instituições. Este tratamento permitiu maior qualidade de vida às crianças, contudo, no século XVIII a esperança de vida para uma pessoa com deficiência era apenas de 22 anos (DePauw & Gavron, 2005).

Este século foi marcado pelo surgimento das primeiras escolas para crianças com deficiências auditivas ou visuais. Nesta altura, surgem os primeiros passos para mostrar ao mundo que mesmo os indivíduos com deficiências severas poderiam ser treinados e ensinados de modo a melhorar a sua funcionalidade.

No início dos anos 1900, pessoas com DI ligeira ou moderada eram chamadas imbecis e as pessoas com graus de deficiência mais grave eram chamadas de idiotas (Sherrill, 2004). No final do século XIX, início do século XX, houve uma preocupação com o desenvolvimento pessoal e a dignidade da pessoa com deficiência, a ênfase passou a ser colocada no progresso de metodologia instrucional para educar as pessoas com DI (Auxter et al., 1997). O século XX foi também assinalado por uma reforma em diversos âmbitos. Talvez devido às grandes guerras mundiais ocorridas neste século, surge a emergência do conceito de deficiência, especialmente nos campos da educação, psicologia e medicina (DePauw & Gavron, 2005). A exclusão dá, assim, lugar a uma inclusão parcial.

Como podemos observar, tal como as atitudes e ideias formuladas sobre a deficiência sofreram alterações ao longo do tempo, também o seu conceito esteve sujeito às mesmas. Houve uma preocupação em deixar para trás termos pejorativos ou que salientassem a condição da deficiência em prol da pessoa. De termos como "deficiente", "pessoa portadora de deficiência", deu-se lugar ao uso do termo "pessoa com deficiência" (DePauw & Gavron, 2005).

Em Maio de 1980, a Organização Mundial de Saúde (OMS) edita "*International Classification of Impairments, Disabilities and Handicaps*" resultante da Assembleia Mundial de Saúde realizada em Maio de 1976 (OMS, 1995). De acordo com a OMS (1995, p. 56), a deficiência "representa qualquer perda ou alteração de uma estrutura ou de uma função psicológica, fisiológica ou anatómica". Estas perdas ou alterações podem ser temporárias ou permanentes e "incluem a existência ou ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou outra estrutura do corpo, incluindo a função mental. A deficiência representa a exteriorização de um estado patológico e, em princípio, reflecte perturbações a nível do órgão" (p. 56).

Atualmente, a definição de deficiência não sofreu muitas alterações, pois continua a ser considerada pela WHO (2011) como "temporarily or permanently impaired at some point in life" que leva a "experience increasing dificulties in functioning", isto é, uma incapacidade temporária ou permanente que poderá ter

origem em qualquer altura da vida da pessoa. Atualmente a deficiência é ainda entendida como uma condição humana complexa, dinâmica, multidimensional e controversa (Altman, 2001; WHO, 2011).

2. Deficiência Intelectual

2.1 Definição

Tal como o conceito de deficiência, o conceito e terminologia de DI foi sofrendo evolução, bem como o próprio tratamento das pessoas com DI, que se refletiu na própria evolução que foi descrita anteriormente.

Nas décadas de 70 e 80 do século passado, a OMS definia a DI como uma deficiência da inteligência, constituída por "perturbações do ritmo e do grau de desenvolvimento das funções cognitivas, tais como a percepção, atenção, memória e do pensamento, assim como a sua deteriorização de processos patológicos" (OMS, 1995, p. 62), as quais eram divididas em vários graus de "atraso mental". Ainda que o conceito de DI já englobasse uma noção de comportamentos adaptativos desde a década de 50 (Sherrill, 2004), a OMS (1995) colocava as deficiências do comportamento na categoria de *outras deficiências psicológicas*, fazendo parte dessas: i) desconfiança; ii) evitamento social; iii) timidez excessiva; iv) hipocondria; v) preocupação; vi) traços obsessivos (importa salientar que esta incluía compulsão à repetição); vii) outras fobias; viii) hostilidade; ix) outras (traços histriónicos; perplexidade; comportamentos autoagressivos; outras formas de destrutibilidade; procura de atenção; comportamento solitário; outras); x) não especificado.

Termos como "atraso mental" (*mental handicap*) ou "deficiência mental" (*mental retardation*) foram substituídos pela terminologia atualmente aceite: deficiência intelectual (Sherrill, 2004; Westwood, 2007).

A *American Association of Intellectual and Development Disabilities* (AAIDD), anteriormente denominada *American Association on Mental Retardation*

(AAMR), é o órgão mais antigo e conceituado no estudo da compreensão, definição e classificação da DI (Fegan, 2011). Atualmente, a DI é definida pela AAIDD e OMS como uma deficiência caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual como no comportamento adaptativo, expressas nos domínios concetual, social e prático, e com origem durante o período de desenvolvimento, isto é, antes dos 18 anos (Baldari et al., 2009; Guidetti et al., 2009; Williamson, 2004; WHO, 2014a). Por outras palavras, está expressa uma redução significativa na capacidade de compreender novas informações e aplicar novas habilidades, o que acarreta um agravamento no funcionamento social (WHO, 2014a), sendo uma das deficiências de desenvolvimento mais prevalente (Hassan et al., 2014; Pastula et al., 2012).

O funcionamento intelectual refere-se ao raciocínio, resolução de problemas, planeamento, pensamento abstrato, entre outras capacidades académicas. Os défices nesta área são confirmados por avaliação clínica e individualizada, bem como através de testes de inteligência padronizados (APA, 2013; Gobbi et al., 2014) que se refletem numa escala de pontuação do Quociente de Inteligência (QI).

O comportamento adaptativo resulta na falha de compreensão dos padrões socioculturais e de desenvolvimento para a independência pessoal e responsabilidade social. Sem o devido acompanhamento, estes défices limitam várias áreas da vida diária do indivíduo. Considera-se que existe um défice nesta área quando dois ou mais comportamentos, tais como: comunicação, participação social, autonomia na comunidade e responsabilidade, em vários ambientes, tais como, escola, emprego, casa e comunidade, são afetados (APA, 2013).

No entanto, estes défices têm de ser verificados no período de desenvolvimento, isto é, até aos 18 anos, pois é neste período que vários processos do desenvolvimento são alcançados. Influências adversas durante este período de crescimento e desenvolvimento cerebral podem afetar, negativamente, esses mesmos processos de maturação (Fegan, 2011), levando aos défices anteriormente descritos.

Para uma aplicação correta deste conceito, a AAMR (2002) estabeleceu cinco pressupostos que considera essenciais. O primeiro pressuposto determina que as limitações do funcionamento intelectual devem ser consideradas tendo em conta o contexto em que o indivíduo se insere, e nunca com base em comparações com ambientes segregados ou isolados da comunidade. Isto é, a comunidade é uma forma de influência, levando a que a pessoa aja em consonância com esta, com o que é típico e aceite pelos seus pares (grupo etário e cultural). Assim sendo, a pessoa com deficiência deve ser "comparada" com pessoas com desenvolvimento típico que se insiram nos mesmos grupos que ela.

O segundo pressuposto refere que uma avaliação válida considera a diversidade cultural e linguística, tal como as diferenças na comunicação e nos fatores sensoriais, motores e comportamentais. É necessário ter em consideração a diversidade individual e a resposta única (individual) aos fatores. A linguagem, comunicação não-verbal e os costumes, característicos da etnia e cultura do indivíduo, podem influenciar os resultados da avaliação e devem ser considerados de modo a tornar a avaliação válida.

Num indivíduo, as limitações coexistem, frequentemente, com as potencialidades, é a afirmação do terceiro pressuposto. Quer isto dizer que, independentemente da deficiência, a pessoa é um ser humano complexo, que demonstra mais apetências para realizar determinadas tarefas em prol de outras (AAMR, 2002).

Em conformidade com a AAMR (2002), o quarto pressuposto reporta a importância de descrever as limitações de modo a desenvolver um perfil de necessidade de suporte ou apoio. Assim sendo, rotular uma pessoa com DI e analisar as suas limitações não é suficiente, é necessário compreender as necessidades que o indivíduo possui e fornecer o apoio necessário para melhorar a sua funcionalidade.

Por último, com apoio personalizado e durante um período continuado, a funcionalidade da pessoa com DI, nas atividades de vida diária, de um modo

geral, sofrerá uma melhoria. No entanto, existem casos (raros) em que um apoio adequado apenas mantém a funcionalidade, elimina ou restringe o retrocesso.

Todos estes cinco pressupostos serão abordados ao longo dos pontos seguintes, quando forem tratadas as questões relacionadas com a etiologia, diagnóstico, classificação e caracterização da DI. No entanto, muito sumariamente, podemos referir a DI como uma condição multidimensional que afeta todos os aspetos da vida do indivíduo (Fegan, 2011), e ocorre em todas as raças e culturas, daí a necessidade de ter sempre em consideração os contextos em que o indivíduo se insere: etnia, cultura, língua materna, experiências proporcionadas pela comunidade, durante a sua avaliação (APA, 2013).

Antes de serem abordadas as formas de avaliar e diagnosticar a DI, serão exploradas, brevemente, as suas causas.

2.2 Etiologia e Diagnóstico

A DI pode ter origem em diversas etapas de vida do indivíduo, antes, durante ou após o nascimento (pré, peri ou pós-natal, respetivamente), e ser causada por múltiplos fatores, alguns de origem biológica (conhecida), os chamados fatores orgânicos; e outros de origem ambiental ou desconhecidos, os fatores não orgânicos (Gobbi et al., 2014; Sherrill, 2004).

A etiologia pré-natal está associada, essencialmente, a desordens genéticas ou exposição a substâncias tóxicas no útero provocadas por comportamentos de risco da progenitora (Gobbi et al., 2014). Segundo Fegan (2011), existem mais de 750 desordens genéticas associadas à DI que se organizam em três grupos: desordens de um único gene; desordens cromossómicas; e diversos fatores hereditários (herança de genes ou de fatores não genéticos). Quanto aos fatores ambientais, a autora enumera os seguintes: má nutrição, drogas, toxinas, álcool e doenças maternas. A esta lista, a APA (2013) acrescenta: problemas congénitos de metabolismo e malformações cerebrais, e específica que as síndromes genéticas podem estar relacionadas com a variação na sequência ou cópia de um ou mais genes.

As causas perinatais englobam uma variedade de situações relacionadas com o parto ou trabalho de parto que levam a encefalopatias neonatais (APA, 2013), nomeadamente, insuficiência na placenta, trabalho de parto anormal (incluindo parto prematuro), trauma obstetrício, convulsões neonatais, infeções, traumatismo craniano à nascença, desordens metabólicas e desordens nutricionais (Fegan, 2011), referentes ao período desde a 28ª semana de gestação até ao 28º dia após o nascimento (Gobbi et al., 2014).

Quanto aos fatores motivadores da DI no período pós-natal, estes incluem: lesões traumáticas cranianas, infeções, desordens degenerativas, distúrbios convulsivos, desordens metabólicas tóxicas, má nutrição e privação ambiental, lesão hipóxido isquémica, doenças desmielinizantes, distúrbios convulsivos (por exemplo, espasmos infantis), privação social severa ou crónica, síndromes metabólicas e intoxicações (chumbo, mercúrio, entre outras) (APA, 2013; Fegan, 2011; Gobbi et al., 2014).

Segundo Sherrill (2004), em cerca de 30 a 40% dos casos de DI não é possível determinar a causa. Não obstante, a autora refere que a DI encontra as suas causas distribuídas da seguinte forma (quadro 1):

Quadro 1 – Prevalência das causas da DI, adaptado de Sherrill (2004)

Causas:	**Incidência:**
Hereditária, incluindo mecanismos genéticos normais e anormais	5%
Alterações precoces no desenvolvimento embrionário, incluindo Síndrome de Down, Síndrome Fetal Alcoólico, infeções	30%
Problemas na gravidez e no período perinatal	10%
Toxinas, traumas e infeções no período pós-natal	5%
Privação Ambiental no período pós-natal e outras desordens mentais como o autismo	15 – 20%.

É frequente a DI espelhar a acumulação e interação de dois ou mais fatores de risco. Qualquer um destes fatores apenas causa DI quando resulta num comprometimento da funcionalidade capaz de ir de encontro aos critérios de diagnóstico da DI apresentados de seguida (AAMR, 2002).

O diagnóstico da DI é baseado tanto na avaliação clínica como na realização de testes padronizados para avaliar o funcionamento intelectual e o

comportamento adaptativo (APA, 2013). De acordo com a AAMR (2002) e Palmblad (2000), as funções do diagnóstico são influenciadas por diversos fatores e vão desde a elegibilidade para serviços, benefícios e proteções legais até chegar à participação desportiva.

Tal como foi mencionado anteriormente, o funcionamento intelectual é tipicamente medido através de testes psicométricos de inteligência, administrados de forma individualizada, psicometricamente validados e apropriados à compreensão e à cultura do indivíduo (APA, 2013). A pontuação média do resultado obtido para uma pessoa com desenvolvimento típico situa-se nos 100 pontos. Abaixo de 70 (considerando um erro de medição de 5 pontos na avaliação do QI) entende-se estar na presença de uma pessoa com DI (Gobbi et al., 2014). A ocorrência de outras desordens que afetam a comunicação, linguagem, e/ou as funções motoras ou sensitivas, podem afetar os resultados dos testes, pelo que, é necessário um julgamento clínico para interpretar, adequadamente, os resultados dos testes de QI.

Alguns dos principais testes indicados pela AAMR (2002) para o diagnóstico da DI através da avaliação do funcionamento intelectual são: o *Wechsler Intelligence Scale for Children* – III (WISC-III), o *Wechsler Adult Intelligence Scale* – III (WAIS-III), *Stanford-Binet-IV* (SB-IV), *Cognitive Assessment System* (CAS) e *Kaufman Assessment Battery for Children* (K-ABC). Outros testes foram apresentados com o intuito de serem utilizados em circunstâncias especiais, como por exemplo na avaliação de pessoas com capacidade verbal limitada ou limitações cognitivas profundas. Entre estes últimos encontram-se os seguintes testes: S*losson Intelligence Test, Bayley Scales of Infant Development*, *Comprehensive Test of Nonverbal Intelligence*, *Leiter Intervational Performance Scale – Revised e Universal Nonverbal Intelligence Test*. Fegan (2011) refere que a versão mais atual do SB – *Stanford-Binet-V* e o WISC-III são os dois testes utilizados de forma exaustiva a nível mundial.

Uma vez que o funcionamento adaptativo pretende avaliar o conhecimento da pessoa acerca dos padrões sociais de independência pessoal e responsabilidade social, comparativamente aos seus pares com idades e de

contextos culturais semelhantes, este é medido através de uma avaliação clínica individualizada e testes psicométricos culturalmente apropriados, tendo em consideração os três domínios do comportamento adaptativo: conceptual, social e prático (APA, 2013).

O domínio conceptual refere-se às seguintes capacidades: linguagem, escrita, leitura, memória, raciocínio matemático, resolução de problemas, compreensão de conceitos básicos, entre outros. O domínio social engloba as capacidades de autonomia, responsabilidade, respeito por regras, entre outras. Por último, no domínio prático enquadra-se a realização de atividades da vida diária, como por exemplo alimentar-se, tomar banho, vestir-se e outras tarefas relacionadas com a manutenção de um emprego ou da casa (APA, 2013; Pastula et al., 2012).

Alguns dos instrumentos referenciados para a avaliação do comportamento adaptativo são: *Vineland Adaptive Behavior Scales* (VABS); *AAMR Adaptive Behavior Scales* (ABS); *Scales of Independent Behavior* (SIB); *Comprehensive Test of Adaptive Behavior – Revised* (CTAB–R); e, *Adaptive Behavior Assessment System* (ABAS) (AAMR, 2002). Caso se pretenda avaliar um comportamento específico que não se encontra em nenhum instrumento estandardizado, o seu diagnóstico deve ser realizado por outros meios. Outras fontes de informação podem ser avaliações educativas, médicas, relativas ao desenvolvimento e à saúde mental. Quando a aplicação de testes padronizados é difícil ou impossível, devido a uma variedade de fatores, a pessoa pode ser diagnosticada com uma DI não especificada (APA, 2013). Todos os instrumentos a utilizar no diagnóstico da DI necessitam de estar normalizados para o contexto social e língua materna do indivíduo.

A DI tem uma prevalência total na população geral de aproximadamente 1% e os níveis de prevalência variam consoante a idade. A prevalência para a DI Severa é aproximadamente 6 em cada 1000 (APA, 2013), sendo que 90% dos casos de DI são Ligeira (Gobbi et al., 2014). Quanto à prevalência entre sexos, os rapazes apresentam maior tendência no diagnóstico da DI Ligeira e Severa. Os fatores genéticos relacionados com o sexo e a vulnerabilidade dos rapazes

a lesões cerebrais podem ser responsáveis por estas diferenças entre géneros (APA, 2013).

Realizada a avaliação e estabelecido o diagnóstico da DI, procede-se à classificação e caracterização da mesma.

2.3 Classificação e Caracterização

A classificação da DI é apresentada em diversos graus, sendo que os instrumentos que permitem verificar a existência de DI permitem também averiguar o seu grau. Este aspeto é de extrema importância, uma vez que, diferentes graus de DI implicam diferentes potencialidades, dificuldades, limitações e necessidades.

Existem múltiplos sistemas para classificar a DI: testes de QI, intensidade de apoios necessários, sistemas comportamentais e sistemas etiológicos. A AAMR (2002) apresenta como principais sistemas de classificação: *Classification by Intensities of Needed Supports* (CINS), *International Classification of Diseases* (ICD), *International Classification of Functioning Disability, and Health* (ICF). Por sua vez, a APA (2013) presenteia-nos com o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (*DSM-5). A ICD da OMS e o DSM da APA utilizam testes de QI para determinar a severidade da DI (Baldari et al., 2009; Fegan, 2011; Guidetti et al., 2009).

A classificação da DI com base no QI encontra-se dividida em quatro ou cinco graus, conforme os autores. Neste caso concreto, de acordo com a AAIDD, anteriormente AAMR, referência mundial da área, a classificação da DI é apresentada de forma mais detalhada, como se pode observar no Quadro 2. Este quadro expõe, resumidamente, algumas das principais características de cada uma das quatro categorias de DI apresentadas pela ICD-10.

Quadro 2 - Classificação da DI pela ICD-10, adaptada de AAMR (2002)

Deficiência Intelectual	QI	Idade Mental (em adultos)	Características
Ligeira	50 – 69	9 a 12 anos	Dificuldades de aprendizagem; Capacidade de possuir um emprego; Capacidade de manter boas relações sociais e de contribuir para a sociedade.
Moderada	35 – 49	6 a 9 anos	Desfasamento no desenvolvimento durante a infância; Desenvolvimento de um certo grau de autonomia nos cuidados pessoais; Aquisição de capacidades académicas e comunicação adequada; Necessidade de apoio diversificado na vida e no trabalho na comunidade.
Severa	20 – 34	3 a 6 anos	Provável que necessite de um apoio continuado.
Profunda	<20	<3 anos	Limitações severas nos cuidados pessoais, ponderação, comunicação e mobilidade.

Fegan (2011) e Gobbi et al. (2014) apresentam uma classificação mais recente, no entanto, a diferença entre os valores de QI apresentados no quadro 2 é reduzida.

Quadro 3 - Classificação da DI apresentada por Fegan (2011) e Gobbi et al. (2014)

Deficiência Intelectual	QI
DI Ligeira	50-55 a 70-75
DI Moderada	35-40 a 50-55
DI Severa	20-25 a 35-40
DI Profunda/Grave	abaixo de 20-25

Gobbi et al. (2014) caracterizam o indivíduo com DI Ligeira como sendo alguém capaz de ser educado e de se tornar bastante funcional na sociedade. Algumas pessoas com DI Ligeira são capazes de viver de forma independente, manter um emprego, casar e criar uma família, podendo apenas parecer lentas ou com necessidade de ajuda extra. As pessoas com DI Moderada são consideradas treináveis, mas quase todas requerem apoio ao longo da vida, para um correto funcionamento na sua vida diária. As pessoas com DI Severa e Profunda demonstram problemas físicos e ambulatórios, bem como a associação de outros problemas de saúde. Tendem a apresentar problemas no comportamento, necessitam de apoio ao longo de toda a vida e, geralmente, aprendem unicamente o básico: comer, ida à casa de banho, higiene e vestir.

Alguns autores referem também uma outra categoria, *Bordeline*, com um valor de QI entre os 68 e 85. Não existe um consenso quanto a esta categoria, pois algumas das crianças com dificuldades de aprendizagem, mas sem deficiência, podem aqui ser incluídas (Pacheco & Valencia, 1997).

Simultaneamente, a DI coexiste frequentemente, com outras deficiências (Hassan et al., 2014) e quanto maior é o grau de deficiência, maior é a probabilidade de tal acontecer (Fegan, 2011), como mostra o quadro 4:

Quadro 4 - Associação de outras deficiências à DI, adaptado de Fegan (2011)

Deficiência associada	Deficiência Intelectual Moderada	Deficiência Intelectual Severa
Autismo	9%	20%
Epilepsia	3% - 18%	30% - 50%
Paralisia Cerebral	6% - 8%	30% - 60%
Deficiências sensoriomotoras	10%	17%

A APA (2013, p. 33) diz-nos também que “the various levels of severity are defined on the basis of adaptive functioning, and not IQ scores, because it is adaptive functioning that determines the level of supports required”, ou seja, os

vários níveis de gravidade são também definidos com base no funcionamento adaptativo, pois é este que determina o nível de apoio necessário. Assim sendo, Fegan (2011) apresenta-nos um sistema de classificação definido em função da necessidade de apoios da AAIDD, com quatro intensidades: Apoio Intermitente, Apoio Limitado, Apoio Extenso e Apoio Permanente. O primeiro apoio caracteriza-se por ser de curta duração, episódico, normalmente necessário durante a perda de um emprego, emergência médica ou outra crise pessoal. O apoio limitado é mais consistente na sua duração, sendo esta limitada a um determinado período de tempo. Este apoio requer pouco pessoal e tem um custo mínimo com o tempo limitado de preparação laboral ou apoio na transição da escola para a vida adulta. O apoio seguinte não tem limitação de tempo e caracteriza-se por ser regular (diariamente) envolvendo alguns, mas não todos os ambientes. Alguns exemplos de apoios extensivos são o apoio a longo termo na vida doméstica, turmas de educação especial, emprego em centros especiais. O apoio permanente é constante, de alta intensidade e, potencialmente, de sustentação de vida – feito em todos os ambientes. Envolve muitas pessoas, custos significativos e um grau de intrusão significativa na vida da pessoa com DI.

A classificação serve variadíssimos propósitos, estre os quais, a atribuição de apoios e serviços, como foi anteriormente dito. Neste sentido, o desporto e a AF são um serviço que se pretende que esteja disponível para toda a população, de acordo com as potencialidades e necessidades de cada pessoa/atleta, de modo a que a sua prática proporcione uma melhoria na qualidade de vida da pessoa com deficiência. No contexto competitivo, a classificação tem como propósito a participação equitativa e justa de atletas com capacidades semelhantes (Howe & Jones, 2006; Vanlandewijck et al., 2003), motivo pelo qual possui uma elevada importância neste contexto.

No entanto, de modo a contextualizar a temática da classificação desportiva, é necessário abordar, primeiramente e de um modo generalizado, a prática desportiva de atletas com DI.

3. Desporto para atletas com deficiência intelectual

3.1 Benefícios da prática desportiva para pessoas com deficiência intelectual

A prática desportiva tem vindo a ser referenciada, cada vez mais, como promotora de estilos de vida saudáveis, para a população geral e, mais concretamente, para a população com DI (Hutzler & Korsensky, 2010; Mikulovic et al., 2014; Pastula et al., 2012). Neste contexto, são referenciados benefícios da prática de AF e desportiva, em três domínios: físico, psicológico e social.

A nível físico e motor, a pessoa com DI apresenta uma tendência elevada para o sobrepeso e obesidade, devido aos seus baixos índices de AF, o que, consequentemente, aumenta o risco de doenças associadas, como diabetes, tensão arterial elevada, entre outras doenças de foro cardiovascular (Grandisson et al., 2012; Howie et al., 2012; Mikulovic et al., 2014; Pastula et al., 2012). Deste modo, a prática regular de AF promove a manutenção e/ou melhoria da aptidão física: autonomia na mobilidade, reforço da musculatura e capacidade de equilíbrio – essencial na prevenção de quedas, melhoria das capacidades atléticas/técnicas (Cuesta-Vargas et al., 2011; Guidetti et al., 2010); redução da incidência de excesso de peso e obesidade e, consequentemente, melhorias nos sistemas cardiorrespiratório, metabólico, entre outros (Grandisson et al., 2012; Mikulovic et al., 2014; Wilson & Khoo, 2013).

As melhorias visíveis a nível físico e motor permitem ao atleta melhorar a perceção da sua eficácia desportiva e competência social, aumentar a sua autoestima, autoconceito e autodeterminação (Grandisson et al., 2012; Hutzler & Korsensky, 2010). A prática desportiva gera também o aumento da motivação e do prazer proporcionado pela mesma (Mikulovic et al., 2014).

De acordo com Harada et al. (2011), o contributo do atleta para os objetivos comuns da equipa é um dos principais benefícios que a prática desportiva pode representar, pois é um reflexo da capacidade de socialização e comunicação do atleta com os restantes membros da equipa. Neste contexto, a prática regular de

AF proporciona o aumento do autocontrolo, respeito mútuo, cumprimento de regras e normas, superação e reconhecimento social (Franciosi et al., 2010; Guidetti et al., 2009; Guidetti et al., 2010; Wilson & Khoo, 2013).

Sintetizando, podemos afirmar que a prática regular de AF encoraja estilos de vida fisicamente ativos e promove o bem-estar geral (Baldari et al., 2009; Franciosi et al., 2010; Guidetti et al., 2009; Pastula et al., 2012), em todos os domínios da vida da pessoa/atleta, como por exemplo na escola ou no trabalho (Grandisson et al., 2012). Todavia, os benefícios que aqui são caracterizados de uma forma geral não se podem aplicar de forma semelhante aos diversos contextos que o desporto proporciona: educação, recreação, terapia e competição (DePauw & Gavron, 2005). Os objetivos próprios de cada contexto levam a que a sua prática tenha dimensões igualmente distintas e, consequentemente, benefícios também diferenciados.

Ao longo dos anos a AF e o desporto têm assumido diversos formatos, que como tal, serviu propósitos distintos, tal como é possível observar no quadro 5.

Quadro 5 - Períodos Históricos e Atividade Física, adaptado de DePauw e Gavron (2005)

Períodos de Tempo selecionados	Uso da Atividade Física
Antiguidade	Força e resistência para sobreviver
China 2700 AC	Período curativo para prevenção e alívio de desordens físicas
Sociedade Grega (500 AC)	Desenvolvimento da beleza e harmonia do corpo – equilíbrio do treino mental, social e físico.
Reforma – Europa Século XVI e XVII	Mente sã e corpo são através da ginástica médica
EUA – década de 1850	Ginástica médica utilizada por médicos americanos
EUA – início do século XX	Educação Física para melhorar a condição física do jovem
Após as I e II Guerras Mundiais	Reabilitação através da Atividade Física Educação Física Corretiva
Perspetiva Educacional (década de 1950)	Educação Física *Desenvolvimental* Treino da perceção motora
Reforma social e direitos cívicos (década de 1960 e 70)	Educação Física segregada mas igual
Movimento inclusivo e direitos da pessoa com deficiência	Mandatos legislativos de igualdade de oportunidades na Educação Física, recreação e desporto Educação Física e Desporto inclusivos Desporto como reabilitação Desporto para todos Desporto como competição

Como o quadro 5 nos elucida, a AF e o Desporto tiveram a sua génese na necessidade de sobrevivência, com enfâse nas capacidades físicas e motoras exclusivamente; passando por uma preocupação com o estado mental; pelas questões de saúde (prevenção e tratamento de doenças); e finalmente, como veículo social na busca da inclusão (DePauw & Gavron, 2005).

Assim sendo, devem ser tidas em consideração as diversas práticas que a AF e o desporto podem assumir e, consequentemente, as diferenças entre uma prática desportiva de alto rendimento, comparativamente a uma prática de recreação e lazer ou mesmo de reabilitação. Todavia, em diferentes fases da vida, o atleta poderá estar envolvido em diferentes contextos e realidades desportivas.

Comecemos por aquele que, sendo um evento à escala mundial, é considerado o mais importante no contexto do desporto para atletas com deficiência e que maior reconhecimento trás a um atleta de elite: os Jogos Paralímpicos (JP).

3.2 Contexto Internacional

3.2.1 Jogos Paralímpicos

Ao contrário dos Jogos Olímpicos (JO), a história dos JP não remonta à antiguidade, mas sim ao século passado. A sua história é relativamente recente comparada com o universo desportivo, pelo menos enquanto desporto para pessoas com deficiência e desporto onde os melhores possam demonstrar as suas capacidades.

Segundo a literatura (Bailey, 2008; Brittain, 2010; DePauw & Gavron, 2005), o grande início da era dos JP ocorreu após a II Guerra Mundial, impulsionado pelo Dr. Ludwig Guttmann, que utilizava o desporto para a recuperação de soldados feridos em combate. A Guttmann foi solicitada pelo governo britânico a fundação de um centro de recuperação de veteranos de guerra – o Centro Nacional de Lesões na Espinhal Medula/ Medulares, no Hospital de Stoke

Mandeville. Foi neste espaço que ele e a sua equipa tornaram o desporto parte fundamental da recuperação, não só física, mas também psicológica e social dos seus pacientes (Brittain, 2010; Howe & Jones, 2006).

As primeiras atividades desenvolvidas por Guttmann para os veteranos em cadeira de rodas foram o Basquetebol e o Tiro com Arco. Os primeiros Jogos de Stoke Mandeville realizaram-se em 1948, em simultâneo com os JO que decorriam em Londres, mostrando o desejo de Guttmann de que no futuro os jogos por si iniciados se tornassem equivalentes aos JO para atletas com deficiência (Wood, 2011).

O sucesso do programa de Guttmann espalhou-se pelo mundo e outros quiseram desenvolver programas semelhantes. Em 1952, uma equipa de reabilitação militar em Doorn, Holanda, deslocou-se para competir nos Jogos de Stoke Mandeville, tornando esta competição internacional (DePauw & Gavron, 2005; Wood, 2011).

As pessoas com deficiência auditiva foram as primeiras a praticarem desporto de forma organizada (DePauw, 2009). Até à década de 60 apenas existiam competições desportivas organizadas para a deficiência auditiva (Jogos Mundiais) ou para a deficiência motora (Jogos Internacionais de Stoke Mandeville). A partir desta data, surgem novas competições, organizadas para outras áreas de deficiência (DePauw & Gavron, 2005). Surgem então em 1960 os primeiros JP, em Roma (Wood, 2011), apesar do termo *paralímpico* só ter surgido em 1964 com os Jogos de Tóquio.

Ao contrário dos JO, que estão organizados por modalidades desportivas, os JP encontram-se organizados por deficiências. Assim sendo, a primeira comissão organizadora dos JP foi a *International Sport Organization for the Disabled* (ISOD), cujo objetivo era fornecer oportunidades de prática para atletas com deficiência visual, amputações ou outras deficiências motoras. Inicialmente, este evento desportivo destinava-se apenas a atletas com deficiência motora, primeiramente lesões vertebro-medulares e posteriormente amputações. Mais tarde, a competição foi alargada aos atletas com deficiência visual e com

paralisia cerebral. Em 1996, os atletas com DI juntam-se ao leque de atletas participantes dos JP (Sousa et al., 2013).

Em 1982, a ISOD, em conjunto com a *Cerebral Palsy – International Sport Recreation Association* (CP-ISRA), a *International Blind Sport Association* (IBSA), e a *International Stoke Mandeville Wheelchair Sport Federation* (ISMWSF) formam o *International Coordinating Committee* (ICC). Porém, a evolução do desporto paralímpico conduziu a constantes alterações na história das organizações e o ICC foi, posteriormente, substituído pelo *International Paralympic Committee* (IPC), atualmente composto pela ISOD, ISMWSF, IBSA, CP-ISRA e pela *International Sport Federation for Persons with Intellectual Disability* (INAS-FID), denominada INAS. Esta última manteve-se separada do IPC até aos JP de Barcelona em 1992.

Adicionalmente, apesar de nunca ter participado nos JP, o *International Committee of Sport for the Deaf* manteve-se membro do ICC e, posteriormente, do IPC até 2005, sendo atualmente uma entidade independente. O IPC foi formalmente estabelecido em 22 de Setembro de 1989, em Dusseldorf, na Alemanha, mas com sede em Bonn. O seu objetivo é organizar, supervisionar e coordenar os JP, garantindo a sua realização a cada quatro anos (DePauw & Gavron, 2005).

Desde a primeira edição, os JP têm-se realizado a cada quatro anos, com representantes das várias organizações membro do IPC, à exceção dos atletas com DI. No entanto, entre 1968 e 1984 não se realizaram no mesmo local que os JO. Só a partir dos Jogos de Seoul, em 1988, é que JO e JP (de Verão) partilharam a mesma cidade anfitriã (Brittain, 2010), como é possível observar no quadro 6. O quadro que se segue permite-nos também compreender a dimensão dos JP e o seu crescimento e desenvolvimento ao longo dos anos, nomeadamente, no que refere ao número de atletas e delegações participantes, bem como as modalidades existentes e os tipos de deficiência dos atletas a que se destinavam.

Quadro 6 - Perspetiva histórica dos Jogos Paralímpicos de Verão: 1960-2012, adaptado de IPC (2015)

	JO	JP	Participações nos JP			
			Atletas	Delegações	Tipos de Deficiência	Modalidades
1960	XVII Rome	I Rome (ITA)	400	23	LVM	8
1964	XVIII Tokyo	II Tokyo (JAP)	375	21	LVM	9
1968	XIX Mexico	III Tel-Aviv (ISR)	750	29	LVM	10
1972	XX Munich	IV Heidelberg (GER)	984	43	LVM	10
1976	XXI Montereal	V Toronto (CAN)	1657	38	LVM, A, DV, LA	13
1980	XXII Moscow	VI Arnhem (NED)	1973	42	LVM, A, DV, PC, LA	13
1984	XXIII Los Angeles	VII Stoke Mandeville (GBR) & New York (USA)	1100 (GBR) 1800 (USA)	41 (GBR) 45 (USA)	LVM, A, DV, CP, LA	18
1988	XXIV Seoul	VIII Seoul (KOR)	3057	61	LVM, A, DV, PC, LA	18
1992	XXV Barcelona	IX Barcelona (ESP)	3001	83	LVM, A, DV, PC, LA	16
1996	XXVI Atlanta	X Atlanta (USA)	3259	104	LVM, A, DV, PC, LA, DI	19
2000	XXVII Sidney	XI Sydney (AUS)	3881	122	LVM, A, DV, PC, LA, DI	18
2004	XXVIII Athens	XII Athens (GRE)	3808	135	LVM, A, DV, PC, LA	19
2008	XXIX Beijing	China (CHN)	3951	146	LVM, A, DV, PC, LA	20
2012	XXX London	London (GBR)	4237	164	LVM, A, DV, PC, LA, DI	20

Legenda:

A – Amputação

DI – Deficiência Intelectual

DV – Deficiência Visual

LA – *Les Autres*

LVM – Lesões Vertebro-Medulares

PC – Paralisia Cerebral

As modalidades de Atletismo, Basquetebol, Esgrima, Natação, Ténis de Mesa e Tiro com Arco, fazem parte do programa paralímpico desde o início. O Basquetebol, que inicialmente apenas se apresentava na "versão" em cadeira de rodas, alargou-se, posteriormente, a outros tipos de deficiência.

Atualmente são consideradas modalidades paralímpicas: Atletismo, Basquetebol, Boccia, Equitação, Esgrima, Futebol de 5, Futebol de 7, Goalball, Halterofilismo, Judo, Natação, Para-Canoagem, Para-Ciclismo, Para-Triatlo, Remo, Rugby, Ténis de Mesa, Ténis em Cadeira de Rodas, Tiro, Tiro com Arco, Vela e Voleibol (Comité Paralímpico Portugal [CPP], 2015). Em 2016, no Rio de Janeiro, serão adicionadas duas novas modalidades desportivas: Para-Canoagem e Para-Triatlo, elevando o número de modalidades paralímpicas a 22 (IPC, 2015). Do enunciado, destaca-se que o Andebol continua a não pertencer ao leque de modalidades paralímpicas.

Tal como os JO, os JP encontram-se divididos em Jogos de Verão e Jogos de Inverno. Apesar de Portugal não participar nos JP de Inverno, nem existir competição de Andebol ou competições para atletas com DI, parece-nos importante salientar que a comissão organizadora dos JP de Inverno de Lillehammer – Noruega, 1994, incluiu duas demonstrações de eventos para atletas com DI (DePauw & Gavron, 2005).

Segundo Brittain (2010), em 1992 foram realizados, em Madrid, eventos dos JP de Barcelona para atletas com DI, com o objetivo desta área da deficiência ser incluída nas competições dos JP, o que se concretizou com o desporto para atletas com DI a ser oficialmente introduzido nos JP em 1996, em Atlanta (IPC, 2012a).

Porém, no ano de 2000, em Sidney, a equipa espanhola cometeu fraude, ao participar com atletas sem DI nas competições de Basquetebol, motivo que levou o IPC a excluir todos os participantes com DI dos Jogos (Corr, 2008). Os atletas com DI estiveram, assim, afastados 12 anos dos JP, retomando-os na última edição dos mesmos, em Londres 2012 (Sousa et al., 2013). Esta inclusão dos atletas com DI nos JP foi possível, devido ao esforço conjunto da INAS e do IPC em melhorar o sistema de elegibilidade e classificação desportiva dos atletas

com DI, para que não ocorressem mais casos de fraude. Assim sendo, nos Jogos de Londres, em 2012, os atletas com DI participaram nas modalidades de Atletismo, Natação e Ténis de Mesa, todas elas com um sistema de classificação desportiva específico (IPC, 2012a).

3.2.2 Global Games

Os Global Games (GG) assemelham-se aos JP na medida em que se destinam a uma pequena parte dos atletas, aos chamados atletas de elite. Todavia, ao contrário dos JP onde participam atletas com as mais variadíssimas deficiências, os GG destinam-se exclusivamente a atletas com DI.

Após as fraudes na classificação de atletas com DI detetadas nos JP de Sidney, em 2000, e o consequente afastamento de todos os atletas com DI deste evento (Sousa et al., 2013), a INAS criou os GG com o intuito de proporcionar competição à escala mundial para os atletas de elite com DI (INAS, 2015a), que viram negada a sua presença nos ciclos paralímpicos de Atenas e Pequim.

A primeira edição destes jogos teve lugar na cidade sueca de Bollnas em 2004 e contou com a presença de mais de 1000 atletas representantes de 40 países (INAS, 2010c; 2015a). Esta primeira edição contou com competições nas seguintes modalidades: Atletismo, Basquetebol, Futebol, Natação, Ténis e Ténis de Mesa, estando Portugal representado em todas elas (INAS, 2011b).

De acordo com a INAS (2010d), “every 4 years we host the Inas Global Games – a celebration of sport for elite athletes with an intellectual disability that includes World Championship competition in 7 sports”, quer isto dizer que, durante as competições dos GG, que decorrem a cada quatro anos, ocorrem paralelamente os campeonatos mundiais de sete modalidades.

Todavia, inicialmente a ocorrência dos GG não cumpriu o ciclo de 4 anos. A segunda edição decorreu cinco anos após a primeira, em 2009, na República Checa, estando presentes 800 atletas e 34 nações. Nesta edição, o Futebol foi substituído pelo Futsal e ainda adicionadas as modalidades de Judo e Remo Indoor, como modalidades de demonstração (INAS, 2010c). Portugal obteve

excelentes resultados, classificando-se em segundo lugar no ranking de medalhados, com 14 medalhas de ouro, 6 de prata e 10 de bronze, perfazendo um total de 30 medalhas nestes jogos (INAS, 2011c).

A terceira edição deste evento teve como palco Itália, em 2011 (INAS, 2010c), com Portugal a manter-se na 2ª posição no ranking de medalhados, apesar de ter arrecadado menos duas medalhas que na edição anterior (13 de ouro, 7 de prata e 8 de bronze) (INAS, 2011a).

Os próximos GG, a quarta edição, decorrerão no Equador, com data de início prevista para 20 de setembro de 2015. Será a primeira vez que o evento será realizado fora da Europa (INAS, 2010c). Além das modalidades já habituais, esta edição terá como desportos de demonstração o Para-Taekwondo e o Ciclismo em pista (INAS, 2015a).

3.2.3 Special Olympics

Tal como os GG, também os Special Olympics (SO) são dedicados exclusivamente a atletas com DI. No entanto, apresentam-se num formato mais recreativo e lúdico, num contexto voltado para a inclusão social e desportiva (Harada et al., 2011).

Os SO foram criados em 1968 por Eunice Kennedy e pela fundação Joseph P. Kennedy, Jr. (Fegan, 2011), realizando-se a sua primeira edição em Chicago, Illinois (Harada et al., 2011). Esta organização internacional tem como objetivo proporcionar oportunidades no âmbito desportivo para atletas com DI, a partir dos 8 anos de idade (Hutzler et al., 2013). As crianças entre os 2 e os 7 anos podem participar num Programa para Jovens Atletas que foi concebido para os jovens atletas jogarem com a sua família em casa e também com os colegas com e sem DI nos estabelecimentos escolares, pré-escolares e parques infantis (Fegan, 2011).

Autores como Sherrill (2004), Harada et al. (2011), Hutzler et al. (2013), Bota et al. (2014), entre outros, apresentam-nos os SO como um espaço de oportunidade de desenvolvimento pessoal e desportivo. De facto, os SO

representam um meio para os atletas com DI praticarem desporto, melhorando os seus índices de AF e socializarem com os seus pares com deficiência. Desta forma, permite-lhes visibilidade no seio da comunidade, o que se revela um passo fundamental na aceitação e respeito pelo outro e, consequentemente, na inclusão de todos.

De acordo com Fegan (2011) e SO (2015d), estes proporcionam aos participantes treino e competição de modalidades olímpicas, para crianças e adultos com e sem DI durante todo o ano. As equipas são compostas por um número equivalente de atletas com e sem DI. Os SO de Verão e de Inverno, a nível internacional, são realizados a cada quatro anos, sendo que os SO de Verão tiveram início em 1975 e os de Inverno em 1977. Todavia, existem anualmente SO organizados em formatos de campeonatos nacionais ou competições locais. Quando as competições dos SO incluem duas ou mais modalidades recebem a designação de torneios.

Das modalidades dos SO de Verão fazem parte: Andebol, Natação, Atletismo, Badminton, Basquetebol, Boccia, Bowling, Ciclismo, Futebol, Ginástica, Golf, Halterofilismo, Hipismo, Judo, Patinagem, Softbol, Ténis, Ténis de Mesa, Vela e Voleibol (DePauw & Gavron, 2005; Fegan, 2011). Os SO de Inverno são compostos pelas seguintes modalidades: Esqui Alpino e Esqui de fundo, Patinagem Artística, Patinagem – Corridas de Velocidade, Hóquei no Gelo, Snowboarding, e Snowshoeing (Corridas na neve, com botas próprias).

De modo a proporcionar consistência no processo de treino dos atletas, os SO utilizam as regras das federações internacionais de cada modalidade. Este aspeto apenas não é cumprido em caso de conflito com as próprias regras dos SO (Fegan, 2011).

Os SO possuem guias de treino, isto é, manuais e vídeos disponíveis na internet e que auxiliam os atletas a desenvolver as suas habilidades motoras. Além disso, os SO são também responsáveis por três programas que assistem os atletas na comunidade e nos programas desportivos (após o término do percurso escolar). Os programas recebem o nome de: a) Parcerias Desportivas; b) *Unified Sports* (Desportos Unificados); e, c) Clubes Parceiros. O primeiro

programa permite que os atletas treinem e compitam ao lado de atletas de diferentes clubes ou escolas. No caso das modalidades coletivas, as equipas parceiras competem mesmo antes e no mesmo espaço que as equipas das escolas/colégios. O segundo programa, tem por base a criação de equipas com equivalente número de atletas com e sem DI, com idades e capacidades semelhantes. Por último, o terceiro programa junta alunos da escola ou faculdade com atletas dos SO para treinarem e competirem no desporto regular e usufruírem de outras atividades sociais e recreativas da escola ou da comunidade (Fegan, 2011).

A próxima edição dos SO, será, tal como os GG, em 2015, apenas dois meses antes destes últimos, em Los Angeles (SO, 2015c).

Sumariando, mais do que um espaço para praticar desporto e exibir as suas qualidades táticas e técnicas, os SO são um espaço que permite aos atletas terem novas experiências, dá-lhes oportunidade de se divertirem, conhecer outras pessoas – celebridades desportivas, líderes da comunidade; experienciarem novas modalidades e atividades recreativas. Uma experiência longe de casa, na companhia dos colegas de equipa, permitindo desenvolver as capacidades físicas e sociais necessárias à inclusão na escola e nos programas desportivos da comunidade.

Para se prepararem para estas competições desportivas internacionais, principalmente as duas primeiras, os atletas necessitam de treino e de competição ao longo de toda a época desportiva. A competição a nível nacional serve também esse, entre outros propósitos.

3.3 Contexto Nacional[1]

Em Portugal, o desporto para pessoas com deficiência encontra-se maioritariamente organizado por áreas da deficiência e não por modalidades. A

[1] Devido à dificuldade em encontrar material científico relativo a esta temática, recorremos à informação veiculada pelas organizações da área, através das suas páginas de internet, notícias publicadas *on-line*, comunicados e regulamentos das mesmas.

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (FPDD) é uma federação multidesportiva, cujo objetivo é o desenvolvimento da prática desportiva para pessoas com deficiência. Para que esse fim seja atingido com sucesso, a FPDD trabalha em articulação com associações nacionais de desporto por áreas de deficiência, a saber: ANDDVIS – Associação Nacional de Desporto para Deficientes Visuais; ANDDI Portugal – Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual; ANDDEMOT – Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Motora; LPDS – Liga Portuguesa de Desporto para Surdos; e PC-AND – Paralisia Cerebral Associação Nacional de Desporto (FPDD, 2013b). A FPDD é também responsável pela representação nacional em eventos desportivos internacionais, daí que tenha filiações com inúmeras federações e associações internacionais, como por exemplo a INAS.

A figura 1 representa a relação entre a FPDD e as restantes associações nacionais.

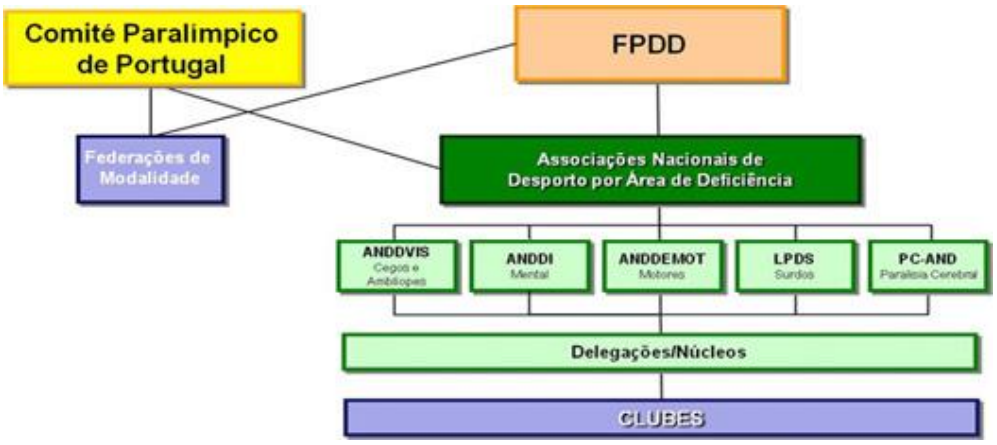


Figura 1 - Organigrama da FPDD (2013a)

Se por um lado, umas modalidades estão mais ligadas à respetiva associação nacional que representa os atletas por áreas de deficiência, como por exemplo o Basquetebol em Cadeira de Rodas, outras encontram-se filiadas na respetiva federação nacional da modalidade, como é o caso do Andebol em Cadeira de Rodas que é organizado e dinamizado pela Federação de Andebol de Portugal (FAP). Assim sendo, o Andebol para atletas com DI resulta de uma

parceria entre a ANDDI Portugal, responsável por todas as modalidades para atletas com DI e a FAP (FPDD, 2012).

Relativamente ao desporto para atletas com DI em Portugal, este é maioritariamente organizado pela associação nacional por área de deficiência, neste caso, a ANDDI Portugal. Todavia, esta associação estabelece protocolos com algumas federações nacionais das respetivas modalidades. De acordo com a ANDDI Portugal (2015), o desporto para atletas com DI, a nível nacional, está organizado em três níveis de competição: i) competição regular; ii) competição adaptada; e, iii) atividades adaptadas. Segundo a mesma entidade, o primeiro nível de competição, considerado o topo da competição para as pessoas com DI, rege-se pelos regulamentos das federações nacionais e internacionais de cada modalidade. Neste nível, os atletas podem competir num único escalão, sem distinção de idades, designado de "competição aberta", ou por escalões (etários) ou classes (os atletas com Síndrome de Down encontram-se num escalão próprio). A "competição aberta" é considerado o nível máximo de competição.

Ainda em concordância com a mesma instituição, a competição adaptada "destina-se a atletas com níveis de dificuldades técnicas e funcionais mais acentuadas, sem distinção de idades" (p. 3). Neste tipo de competições, as regras da modalidade podem sofrer adaptações, de modo a simplificar a prática desportiva para os atletas que se enquadram neste "escalão". Por último, surgem as atividades adaptadas, que se focam num programa de atividades, onde o caracter competitivo não é prioritário.

No contexto desportivo português podemos encontrar distintas competições para atletas com DI, desde campeonatos regionais e torneios, a competições a nível nacional como campeonatos e taças de Portugal, as quais podem ser organizadas sob o formato de concentração ou circuito nacional, ou ainda sob a forma de jornadas (FPDD, 2015a).

Ao nível do alto rendimento, a ANDDI Portugal possui competições organizadas e Seleções Nacionais nas seguintes modalidades: Atletismo, Natação e Ténis de Mesa (que entram no Programa Paralímpico) e ainda,

Andebol, Basquetebol, Ciclismo, Futsal, Ginástica, Judo e Remo *Indoor* (FPDD, 2015b). Para o Futebol de 7 e Orientação, a ANDDI oferece um quadro competitivo apenas a nível nacional (FPDD, 2015a; 2015b).

Para que os atletas possam participar em todas estas competições de forma justa, equilibrada e equitativa, existem um conjunto de provas, às quais os atletas têm de se sujeitar, de modo a comprovar a existência de uma deficiência (Paciorek, 2011), neste caso concreto, uma DI.

3.4 Elegibilidade e Classificação Desportiva[2]

Ao processo de reconhecimento da existência de uma deficiência denomina-se Elegibilidade, que conjuntamente com o processo de Classificação Desportiva forma o Sistema de Classificação de atletas (INAS, 2013). A elegibilidade é o primeiro passo de todos os sistemas de classificação, pois caso o atleta não seja considerado elegível, não poderá participar nas competições em questão. O sistema de elegibilidade procura garantir que apenas atletas com deficiência, cujas limitações são permanentes e os impedem de participar de forma equitativa nas competições para atletas sem deficiência, participam nas competições para atletas com deficiência (IPC, 2007).

Os critérios para que um atleta seja considerado elegível para competir numa modalidade são estabelecidos por cada federação internacional. Neste caso concreto, a elegibilidade dos atletas com DI está a cargo da INAS, sendo que a classificação desportiva está a cargo das organizações das respetivas modalidades (INAS, 2013). Deste modo, um atleta que seja elegível para participar nas competições de uma modalidade pode não o ser para outra modalidade. Os critérios são definidos por um comité de elegibilidade, que no caso do desporto para atletas com DI, pertence à INAS. Este comité é composto por um conjunto de psicólogos, e tem como funções, além da definição dos

[2] Devido à dificuldade em encontrar material científico relativo a esta temática, recorremos às organizações responsáveis pela Elegibilidade e Classificação Desportiva de atletas com DI, através das suas páginas de internet, comunicados e, essencialmente, regulamentos das mesmas.

critérios de elegibilidade primária: i) rever pedidos de elegibilidade de atletas de acordo com os critérios; ii) pesquisar e fazer recomendações (globais e a longo termo) relacionadas com o desenvolvimento e avaliação contínua dos sistemas de elegibilidade e classificação; iii) desenvolver e rever, conforme necessário, os critérios de elegibilidade da INAS, correspondendo às normas, orientações e documentos internacionais (INAS, 2010e).

Os critérios de elegibilidade que a INAS (2010a, 2014b) estabeleceu encontram-se de acordo com as orientações da OMS e a AAIDD, já desenvolvidas anteriormente neste trabalho. Deste modo, os três critérios necessários para um atleta ser considerado elegível são: i) possuir um nível de QI igual ou inferior a 75; ii) possuir limitações ao nível do comportamento adaptativo e ainda, iii) que a DI se manifeste durante o período de desenvolvimento. O processo de elegibilidade de um atleta com DI só pode ser realizado por profissionais reconhecidos pela INAS para o efeito. Este processo tem de estar completo até ao prazo final de inscrição da competição, caso contrário, a inscrição do atleta será rejeitada pela organização da competição. Depois do atleta ser considerado "eligible for consideration for participation in intellectual disability sport" (INAS, 2013, p. 1), isto é, elegível para participar no desporto para atletas com DI, segue-se a fase de classificação desportiva.

A classificação desportiva pretende agrupar os atletas para a competição e capacitar todos os atletas a competirem de forma justa com atletas com graus semelhantes de deficiência (Gehlsen & Karpuk, 1992). Por outras palavras, pode dizer-se que o objetivo é que o sucesso desportivo seja consequência do talento, treino, habilidade, condição física, motivação e não o reflexo da desigualdade entre os atletas pelas variáveis relacionadas com a deficiência (Howe & Jones, 2006; INAS, 2010b).

Como consequência deste processo surgem classes desportivas, que tal como foi mencionado anteriormente, são definidas pelas federações internacionais de cada modalidade (IPC, 2007). As classes agrupam os atletas de acordo com as limitações que estes apresentam na atividade, resultantes do comprometimento do mesmo.

De acordo com o IPC (2007), todas as competições necessitam de um painel de classificação, que é constituído por pelo menos dois classificadores – profissionais certificados e autorizados pelas respetivas federações internacionais, sendo que a federação em concreto pode exigir um número mínimo superior.

Após a fraude ao nível da classificação de atletas com DI nos JP de Sidney, em 2000, e da consequente expulsão da área da DI dos JP, o IPC e a INAS estabeleceram parcerias com centros de investigação e universidades de modo a desenvolverem um projeto de pesquisa sobre esta questão (IPC, 2012a). O intuito era que, com sistemas de elegibilidade e classificação desportiva mais fortes, a área da DI pudesse regressar aos JP. Este projeto de investigação da classificação desportiva de atletas com DI centrou-se em três modalidades paralímpicas – Atletismo, Natação e Ténis de Mesa. Assim sendo, a participação dos atletas nestas três modalidades nos JP exige também a avaliação dos mesmos na componente específica de cada modalidade (IPC, 2012a).

De acordo com o IPC Swimming (s.d.), na Natação as classes são denominadas por “S”, “SM” ou “SB” seguido de um número. As classes S destinam-se às competições nos estilos: Livre, Costas e Mariposa; SM: Estilos (individual); e por último, SB correspondem a provas de Bruços. As classes vão do 1 ao 14, sendo as classes 1-10 referentes a atletas com deficiência motora, 11-13 atletas com deficiência visual e a última destinada aos atletas com DI. A classificação dos atletas com DI, no caso específico da Natação, está dividida em três partes: avaliação física, avaliação técnica e, se necessário, observação em competição.

De uma forma simplificada, os atletas são sujeitos a baterias de testes de “cognição desportiva” onde o painel de classificação procura averiguar as capacidades de: i) memória e aprendizagem; ii) funcionamento executivo; iii) perceção visual e inteligência fluída; e, iv) velocidade de processamento e atenção e concentração do atleta (IPC Swimming, 2011). Alguns dos testes são realizados num computador, outros são testes de construção, onde o atleta necessita de replicar figuras e/ou desenhos/modelos. Todos os testes são

pontuados e quando os resultados suscitam dúvidas ao painel de examinadores, estes podem sujeitar o atleta a uma observação em competição. Esta observação é realizada na primeira prova do atleta em cada um dos estilos, devido à natureza tecnicamente diferente de cada um deles, sendo necessário utilizar uma ou duas câmaras, posicionadas perpendicularmente, de modo a cobrir uma performance nítida do atleta (IPC Swimming, 2011). Deste modo, um atleta pode ser considerado elegível para competir em ambos os eventos S e SB, ou apenas num só. Quando é considerado inelegível para competir numa classe S, será automaticamente inelegível para competir em todas as classes S. A análise de vídeo da prova serve para se avaliar a velocidade de nado do atleta, sendo pontuada de 0 a 5. Em caso de inconsistências, a critério do painel de classificação, um atleta pode ser sujeito a reavaliação nas baterias de testes cognitivos. Quando a reavaliação do atleta se verificar inelegível, o atleta não poderá participar na competição e não terá mais direito a protestar. O estado de classificação "confirmado" apenas será atribuído após a avaliação do atleta duas vezes, com um intervalo de pelo menos um mês.

O processo de classificação dos atletas no Atletismo segue a mesma dinâmica que na modalidade de Natação. No Atletismo as classes são divididas em T de "Track/Jumps", ou seja, Pista/Saltos, e "F" de "Field", i.e. Campo, para distinguir as provas em que os atletas participam. As classes T/F 11-13 destinam-se a atletas com deficiência visual; a classe desportiva T/F 20 a atletas com deficiência intelectual; as classes T32-38 e F31-38, F40-41, F42-47 e F42-46, T51-54 e F51-57 são classes correspondentes a atletas com deficiência motora (IPC Athletics, s.d.). Os atletas que competem nos eventos de Lançamento do Peso, Salto em Comprimento e 1500m necessitam de realizar testes específicos para as respetivas disciplinas do Atletismo (IPC Athletics, 2014). Qualquer atleta que não cumpra os critérios nas provas específicas ou nos testes de "cognição desportiva" será observado durante a competição. No entanto, todos os atletas que são submetidos a avaliação na respetiva classe desportiva T/F 20 deverão ser submetidos a observação durante as competições. Tal como na Natação, a classificação é específica para cada

disciplina, pelo que o atleta pode ser considerado elegível para uma disciplina do Atletismo e não para outra.

O caso do Ténis de Mesa assemelha-se aos dois anteriores, sendo que o seu processo de elegibilidade inclui quatro componentes, sendo elas: i) elegibilidade primária (responsabilidade da INAS e da Federação Internacional de Ténis de Mesa (ITTF)); ii) testes específicos de Ténis de Mesa, nomeadamente no que se refere ao serviço, devolução do serviço, capacidades básicas e testes de controlo; iii) observação durante um jogo curto; e, iv) observação durante a competição; sendo as últimas três, responsabilidade da respetiva federação (ITTF Para Table Tennis, 2015). A classe 11 é a classe destinada aos atletas com DI.

No caso do Ténis de Mesa, após alcançar a Elegibilidade primária da INAS e realizar testes de computador e WAIS o atleta necessita de completar o formulário de consentimento. Estando estas fases do processo concluídas, procede-se então à realização de testes específicos da modalidade. Os atletas são sujeitos a testes básicos, onde demonstram as suas capacidades e limitações na execução técnica e tática do Ténis de Mesa. Podendo ainda ser sujeitos a testes avançados caso a equipa de classificação entenda que o atleta está no limiar para ser elegível para a competição. Estes testes necessitam de gravação vídeo do atleta. Na fase seguinte do processo os atletas são observados durante a competição, no mínimo duas vezes, sendo a primeira durante um jogo de curta duração, de modo a confirmar a sua classificação.

A nível nacional, o processo de elegibilidade é semelhante. Os atletas não podem participar em nenhuma competição sem estarem devidamente inscritos na ANDDI Portugal, o que pressupõe a apresentação da *Ficha de Atleta* (anexo VII), a qual deve ser devidamente preenchida e autenticada por médicos ou psicólogos, comprovando a existência de DI (ANDDI Portugal, 2014). A este nível não é referenciado qualquer avaliação no sentido de estabelecer classes desportivas.

4. Andebol para atletas com deficiência intelectual[3]

O Andebol é uma modalidade desportiva coletiva de *indoor*, ou seja, uma modalidade de equipa praticada num recinto desportivo fechado – pavilhão. É jogado num campo de 40x20m e o objetivo de cada equipa é marcar golo na baliza do adversário, evitando sofrer golo na sua própria baliza. Em campo encontram-se 7 jogadores, seis jogadores de campo e um guarda-redes (GR), que possui uma área onde apenas ele pode jogar. O Andebol joga-se com a mão, sendo falta quando a bola é tocada pelo jogador abaixo do joelho, à exceção do GR (European Handball Federation [EHF], 2015; International Handball Federation [IHF], 2014).

Para muitas organizações e países o Andebol para atletas com DI é uma modalidade recente e que se encontra em desenvolvimento, situação que se aplica a Portugal (INAS, 2014a). Por este motivo, as competições a nível internacional são escassas. O Andebol não faz parte do quadro competitivo dos JP, não só para atletas com DI, mas em qualquer área da deficiência (IPC, 2012b), e apenas este ano, 2015, se realizou um primeiro Campeonato da Europa que teve lugar em Fafe, Portugal (INAS, 2014a). No entanto, encontra-se presente nos SO, ainda que seja uma modalidade de equipa pouco popular nos SO na Europa.[4]

De acordo com os SO (2015a), o Andebol foi estabelecido como modalidade em 1991. Os SO oferecem aos seus participantes a possibilidade de jogar Andebol em 4 eventos desportivos distintos, sendo eles: competição individual de habilidades; competição de equipa; Andebol de 5 (A5); e competição de equipa (desporto unificado).

A competição individual de habilidade não se destina aos atletas que jogam na competição formal de Andebol, ou seja, Andebol de 7 (A7), e compreende a

[3] Devido à natureza recente da modalidade não foram encontrados estudos em bases nacionais e internacionais sobre este assunto, pelo que recorremos às principais organizações ligadas ao Andebol para atletas com DI, através de comunicações via eletrónica, páginas de internet, comunicados e regulamentos das mesmas.

[4] Dados obtidos por contacto via correio eletrónico com Miroslaw Krogulec - Senior Manager, Sports & Organizational Development - Special Olympics: Europe Eurasia Region Office, a 8 de abril de 2015.

realização de três habilidades de forma independente: passe (ao alvo), drible (em 10m) e remate. A pontuação final de cada atleta é determinada pela soma da pontuação obtida em cada uma das tarefas (SO, 2014b).

Nos SO, as regras na competição de equipa podem sofrer algumas alterações, como por exemplo: diminuição do comprimento do terreno de jogo (não menos que o comprimento do campo formal de Basquetebol); redução do tempo de jogo (até a um mínimo de duas partes de 15 minutos); utilização de bola de espuma; e, limitação no contacto físico permitido durante o jogo (semelhante ao contacto permitido na modalidade de Basquetebol). Os grupos de equipas são formados consoante o desempenho da equipa em quatro Testes de Avaliação de Habilidades no Andebol, sendo eles: remate de posto específico, velocidade de passe e receção, drible em *slalom* (gincana, contorno de obstáculos) e potência do lançamento (remate ou passe). Estes testes servem, exclusivamente, para classificação da equipa, não sendo um evento de competição para medalhas. O treinador tem de submeter as pontuações de todos os atletas e a pontuação de equipa será determinada pela pontuação dos sete melhores jogadores a dividir por sete. Posteriormente, as equipas são sujeitas a uma ronda de jogos de classificação, para finalizar este processo. Neste ronda as equipas jogam dois ou mais jogos, sendo obrigatório a utilização de todos os atletas e identificar os seis melhores jogadores de campo e o melhor GR (SO, 2014c).

De acordo com os SO (2014b), o A5 destina-se a atletas com baixos níveis de desempenho de modo a auxiliá-los na transição para a competição formal – A7. Neste formato, as equipas são agrupadas de acordo com prestações dos atletas individualmente e como equipa. Assim, primeiramente o treinador deve apresentar a pontuação da equipa obtida pelas pontuações individuais dos atletas na competição individual de habilidades, sendo o resultado da soma das pontuações dos cinco melhores jogadores a dividir por cinco. Tal como no formato anterior, após a primeira categorização das equipas, estas são sujeitas a uma ronda de jogos de classificação para finalizar este processo, onde jogam um ou vários jogos, sendo obrigatório a utilização dos cinco jogadores cujas

pontuações foram utilizadas para a primeira fase do processo. No caso do A5, quando o terreno de jogo tem menos de 26m de comprimento, a área do GR deve ser reduzida para os 5m. Cada equipa pode ter até 9 jogadores, sendo que em campo devem estar 5 (um GR e quatro jogadores de campo). O tempo de jogo é mais reduzido que o formato anterior, devendo ser composto por duas partes de 10 minutos cada uma. É característico deste formato de jogo que as substituições incorretas não sejam penalizadas com exclusão de dois minutos do atleta, mas com um lançamento livre (lançamento de 7m) para a equipa adversária. As restantes situações de exclusão e expulsão são idênticas ao Andebol dito convencional, regido pelo Regulamento da IHF.

Na competição de equipa (no desporto unificado), cada equipa deve ter um número semelhante de atletas com e sem DI, sendo que o alinhamento dos jogadores nunca deve exceder quatro atletas com DI e três acompanhantes/atletas sem DI, o incumprimento desta regra leva à derrota do jogo (SO, 2014b).

O Andebol foi uma das 22 modalidades presentes nos últimos SO de Los Angeles, em 2015 (SO, 2014a). De modo a dar a conhecer a modalidade e torná-la "popular" para que nestes jogos, mais atletas de várias regiões europeias participassem nesta modalidade, em 2013 realizou-se o primeiro seminário direcionado para a modalidade, contando com a presença de treinadores de 11 países europeus, incluindo Portugal (SO, 2015b).

Também a nível internacional, a INAS tem vindo a desenvolver a modalidade, tendo realizado em 2015 o primeiro Campeonato da Europa de Andebol para atletas com DI em parceria com a ANDDI Portugal. Este primeiro evento desportivo à escala europeia teve lugar em Fafe, Portugal, entre os dias 30 de março e 3 de abril, tendo a presença de três seleções: França, Polónia e a anfitriã – Portugal (INAS, 2015b).

Devido à natureza recente da modalidade, a INAS (2014a) decretou que para participarem neste europeu, "the players need only to be registered with INAS using the Provisional Registration procedures – athletes should appear on the list no later than the final entry date", ou seja, os atletas necessitaram apenas de

estar registados na INAS com o procedimento de registo provisório, até à data final de inscrição.

Durante este primeiro europeu foi assinada uma Declaração com o que se pretende para o futuro do Andebol para atletas com DI (anexo VI), nomeadamente o aumento de países participantes neste tipo de competições da INAS, que pretende desenvolver o seu trabalho em conjunto com a EHF.[5]

Apesar do primeiro Europeu ter decorrido em 2015, em 2013, a equipa de Portugal defrontou a seleção francesa em dois jogos, no torneio "ANDDIball Internacional CUP 2013", nos quais saiu vitoriosa (FAP, 2013).

De acordo com a ANDDI Portugal[5], além destes três países que participaram no 1º Europeu, também a Islândia, Espanha, Hungria, Alemanha, Holanda e Dinamarca oferecem competições aos atletas com DI na modalidade de Andebol. No entanto, Espanha não pretende criar uma seleção nacional. As seleções da Hungria e da Suécia tentaram vir a uma das duas competições anteriormente mencionadas, no entanto, tal não foi possível por problemas internos e por atraso no processo de elegibilidade, respetivamente. A Holanda também demonstrou interesse em participar nas competições da INAS.

A nível nacional, o Andebol para atletas com DI surgiu em 2011, primeiramente através do projeto "informal", designado "Andebol para Nós", parceria entre a CERCILEI – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Leiria e o Batalha Andebol Clube – BAC[5], com o intuito de integrar pessoas com DI através da prática desta modalidade. Oficialmente, no mesmo ano, surge o "ANDDIball Project 2011", resultante da cooperação da associação Handball Project e o Clube da APPACDM-Vila Nova de Gaia, com o apoio da ANDDI Portugal. Posteriormente, foram realizados "Encontros Experimentais" abertos a todas as instituições/clubes que pretendessem experimentar a modalidade. A FAP abraçou o projeto do Andebol para atletas com DI no projeto "Andebol 4 All", levando a cabo ações de formação por todo o país, o que já vem sendo hábito com o Andebol em Cadeira de Rodas.[5]

[5] Informação obtida por comunicação via correio eletrónico com a ANDDI Portugal.

Atualmente, a ANDDI Portugal[6] tem as seguintes equipas a praticar a modalidade (ver quadro 7):

Quadro 7 - Equipas a praticar Andebol em Portugal, de acordo com a ANDDI Portugal[6]

Zona do País	Clube		
	Sigla	**Descrição**	**Localização**
Norte	CAVA	Clube de Amigos de Vieira	Vieira do Minho
	Centro Novais e Sousa		Braga
	CERCIBRAGA	Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidades	Braga
	Clube CERCIFAF	Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Fafe, C.R.L.	Fafe
	Clube CERCIGUI	Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados do Concelho de Guimarães, CRL.	Guimarães
	Clube Gaia		Gaia
	MADI - V. Conde	Movimento de Apoio ao Diminuído Intelectual de Vila do Cone	Vila do Conde
	SCM Vila do Conde	Santa Casa Da Misericórdia Vila Do Conde	Vila do Conde
Centro	ARCIL-LOUSÃ	Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã	Lousã
	ATIVA-GUARDA		Guarda
	BAC/CERCILEI	Batalha Andebol Clube Cooperativa de Ensino e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Leiria, C.R.L.	Batalha/Leiria
	Cister SA/CEERIA	Cister Sport de Alcobaça Centro de Educação Especial, Reabilitação e Integração de Alcobaça	Alcobaça
	CERCIESTA	Cooperativa para Educação e Reabilitação das Crianças Inadaptadas de Estarreja, C.R.L.	Estarreja
	CERCIVAR	Cercivar - Cooperativa p/ a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Ovar, C.R.L.	Ovar

[6] Informação obtida por comunicação via correio eletrónico com a ANDDI Portugal.

Zona do País	Clube		
	Sigla	**Descrição**	**Localização**
Sul	APPACDM / CN Setubalense	Associação Portuguesa De Pais e Amigos Do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal Clube Naval Setubalense	Setúbal
	CERCIBEJA	Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Beja, C.R.L.	Beja
	CERCIMOR	Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Montemor-o-Novo, CRL	Montemor-o-Novo
	CERCIPORTALEGRE	Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Portalegre, C.R.L.	Portalegre

Apesar da presença da CERCIBRAGA nesta lista, a equipa só irá começar a competir na próxima época desportiva – 2015/2016.

No que se refere às competições a nível nacional, estas são organizadas/geridas ou coorganizadas pela ANDDI Portugal. Assim sendo, esta associação/entidade disponibiliza, ao longo da época desportiva, vários quadros competitivos (campeonatos nacionais, regionais, Taça de Portugal, Supertaça, torneios e encontros experimentais), num dos formatos de competição/jogo (A7 e A5) (ANDDI Portugal, 2015).

O Campeonato de Portugal, a Taça e a Supertaça são disputados em formato de A7. De acordo com a ANDDI Portugal (2015), as competições de A7 – jogo formal – têm por base as regras da IHF. No entanto, as competições de A5 – competição adaptada, como campeonatos regionais, torneios e encontros experimentais/atividade adaptada, sofrem algumas alterações às regras, entre as quais:

1) As equipas podem ser constituídas por elementos de ambos os sexos e sem distinção de idades;
2) O terreno de jogo e baliza mantêm-se, no entanto, a duração do jogo é reduzida;
3) As equipas são constituídas por 7 a 10 elementos, sendo que em campo se encontram apenas 5 (4 jogadores de campo e um GR);
4) As irregularidades devem ser todas assinaladas e o árbitro deverá explicá-las aos jogadores;

5) Cada equipa tem direito a um desconto de tempo de 1 minuto por cada parte do jogo;
6) Proibição de realizar defesas mistas (utilizar uma defesa à zona e simultaneamente uma defesa individual a um ou mais jogadores);
7) As sanções devem ser comunicadas aos técnicos de equipa e aos oficiais de mesa, não devendo o árbitro mostrar o cartão amarelo ou realizar a simbologia de exclusão (2 minutos);
8) Quando um jogador for excluído por 2 minutos, a sua equipa pode substitui-lo (pedagogicamente), mantendo 5 jogadores em campo;
9) A equipa de arbitragem não deverá expulsar um jogador. Quando ocorrem situações que o requeiram, o árbitro solicitará ao treinador que substituía o jogador em causa, temporariamente (2 minutos) ou definitivamente do jogo;
10) As sanções ao treinador serão convertidas em lançamentos de 7 metros contra a sua equipa, mesmo que esta esteja com posse de bola.

Dos encontros experimentais/atividade adaptada fazem parte três atividades, *skills* motores, entre os quais: i) passe/remate ao alvo, ii) drible através de gincanas com obstáculos, iii) remate em suspensão com último apoio em cima do banco sueco, e iv) jogo do "Meínho"; torneio de 7 metros; e situações de jogo (ANDDI Portugal, 2015).

Devido à natureza recente da modalidade, para que um atleta possa participar nas competições basta ser sujeito ao processo de elegibilidade primária. Assim que seja comprovada a existência de DI, o atleta encontra-se apto para participar, não havendo lugar a nenhum processo de classificação específica.

Capítulo III – Metodologia

A escolha da metodologia a utilizar representa um passo fundamental na realização de qualquer estudo. Segundo Silverman (2010), esta seleção é feita consoante a tarefa específica que se tem em mãos, isto porque os métodos são mais ou menos apropriados para determinadas questões de investigação. Assim sendo, somente após a definição do tema a abordar e dos seus objetivos, são definidos os instrumentos a utilizar, quando, onde e de que forma e, não menos importante, a quem serão aplicados.

A Metodologia Qualitativa diferencia-se da Metodologia Quantitativa, especialmente, por ser subjetiva e influenciada pelos valores políticos e morais do investigador (Silverman, 2000b). Esta metodologia preocupa-se com a interpretação de realidades sociais (Bauer et al., 2000; Kaşkaya, 2012), através do acesso aos pensamentos, sentimentos, posturas e motivações do sujeito relativamente a uma determinada temática. Deste modo, os métodos qualitativos proporcionam um aprofundamento do conhecimento através da informação contextual recolhida, fundamental na explicação de resultados particularizados (Gaskell, 2000). Consequentemente, podemos afirmar que estes métodos permitem maior flexibilidade, facultando assim maior inovação ao investigador. De acordo com Patton (2002), o investigador que pretenda recorrer a este tipo de metodologia encontra à sua disponibilidade três formas de recolha de dados: observações, documentos e entrevistas. Neste estudo, a entrevista foi o instrumento selecionado para a recolha de dados.

1. Entrevistas

A entrevista “consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas (embora por vezes possa envolver mais pessoas), dirigida por uma delas, com o objetivo de obter informações sobre a outra” (Queirós & Lacerda, 2013, p. 179). Silverman (2010) acrescenta ainda que, com a entrevista pretende-se compreender pontos de vista de um determinado grupo de pessoas.

As entrevistas podem ser tipificadas quanto ao grau de liberdade ou estruturação (Queirós & Lacerda, 2013). Patton (2002) apresenta-nos três abordagens: a entrevista aberta, a entrevista semiestruturada ou guiada e a

entrevista estruturada ou fechada (questões fechadas). Cada abordagem envolve diferentes tipos de preparação, conceptualização e instrumentalização. De acordo com o mesmo autor, a primeira abordagem baseia-se na geração espontânea de questões, no decurso natural de interação entre entrevistador e entrevistado, partindo, frequentemente, de observações deste último. O carácter mais informal desta abordagem pode levar a que os participantes nem se apercebam que estão a ser entrevistados. A entrevista guiada ou semiestruturada envolve a realização antecipada de um conjunto de questões que devem ser exploradas com cada entrevistado. Este guião assemelha-se a uma lista de tarefas, auxiliando o entrevistador durante a entrevista a garantir que todos os tópicos relevantes são abordados. Por fim, a entrevista estruturada (standardized open-ended interview) consiste num conjunto de questões, cuidadosamente elaboradas, com o intuito de questionar cada entrevistado pela mesma sequência, utilizando essencialmente as mesmas palavras. A flexibilidade na sondagem é mais ou menos limitada, dependendo da natureza da entrevista e das capacidades do entrevistador, deixando pouco espaço de improviso e exercício de apreciação independente ao entrevistador (Fontana & Frey, 2000). Assim sendo, recorre-se a este tipo de entrevista quando é importante minimizar a variação nas questões feitas aos entrevistados. Patton (2002) apresenta, por último, uma versão mais fechada desta última entrevista, como sendo um conjunto de questões, elaborado antecipadamente, e na qual, segundo Queirós e Lacerda (2013) o entrevistado necessita de escolher uma resposta, partindo de um conjunto de opções fixas, previamente definidas para cada uma das questões.

Do conjunto de instrumentos acima apresentados, parece-nos que a entrevista semiestruturada ou entrevista guiada é aquela que melhor se adequa aos objetivos definidos para este estudo.

1.1 Entrevista semiestruturada ou guiada

Tal como foi mencionado anteriormente, a entrevista semiestruturada assenta na preparação prévia de um plano ou esquema de questões, designado

guião (Silverman, 2010), cujo objetivo é auxiliar o investigador/entrevistador durante a realização da entrevista (Gaskell, 2000; Patton, 2002; Queirós & Lacerda, 2013). Todavia, não se deve entender este guião como algo rígido, desprovido de qualquer tipo de flexibilidade. Na realidade, é exatamente o oposto. O guião é um meio de evitar que o investigador se desvie do essencial ou mesmo se esqueça de abordar determinado assunto. Não obstante, a ordem pela qual os assuntos ou temas são abordados não é o mais importante (Queirós & Lacerda, 2013), pelo que o investigador possui liberdade para gerir a entrevista e o tempo desta, da forma que mais lhe convier (Patton, 2002). O entrevistador deve ser capaz de tornar a entrevista um diálogo, onde o comando é partilhado entre entrevistador/investigador e entrevistado (Gaskell, 2000). Ao entrevistado deve ser dado espaço para falar aberta e exaustivamente sobre as temáticas, consoante o seu quadro de referências (Queirós & Lacerda, 2013). Cabe ao investigador explorar, esclarecer ou aprofundar os assuntos que, sugeridos pelo entrevistado, se revelem pertinentes para o desenvolvimento do estudo (Patton, 2002), mas também questionar o entrevistado sobre os temas incorporados no guião e que este não explore livremente (Queirós & Lacerda, 2013). O guião é assim, uma garantia de que, dentro dos seus referenciais, crenças e ideologias, todos os participantes do estudo se pronunciem acerca das mesmas matérias.

O registo das entrevistas pode assumir diversificados formatos, entre os quais, gravação áudio, gravação audiovisual, anotações escritas, apontamentos relativos à acentuação e expressões do entrevistado durante a realização das mesmas (Gaskell, 2000).

1.2 Construção e concretização das entrevistas

O guião para a entrevista passou por várias fases na sua elaboração. Numa primeira fase foi feita uma revisão bibliográfica do tema em questão, reunindo-se toda a informação disponível e útil que foi encontrada. Partindo desta recolha de informação e dos objetivos traçados, foi elaborado um guião de entrevista para cada subgrupo, relacionado com a função desempenhada na equipa (atleta, técnico ou psicólogo). Os guiões elaborados foram sujeitos a um painel de

peritos e, posteriormente, a entrevistas piloto, com o intuito de os aperfeiçoar (Silverman, 2010), surgindo deste modo a versão final dos mesmos, que se encontra nos anexos III, IV e V.

Com os guiões elaborados, estabeleceu-se contacto com as entidades nacionais ligadas à modalidade de Andebol para pessoas com DI. Em parte, as entidades responsáveis disponibilizaram atletas, técnicos/treinadores e psicólogos para participar no estudo. Todavia, em algumas situações, nomeadamente quando os projetos da modalidade são realizados em parcerias com entidades desportivas, estabeleceu-se contacto direto com os clubes e respetivos treinadores. Os atletas foram selecionados pelos respetivos técnicos, devido ao conhecimento que têm sobre os mesmos.

As entrevistas foram realizadas, maioritariamente, no local de treino e/ou trabalho dos entrevistados, isto é, recintos desportivos onde decorrem os treinos, instituições e associações onde treinadores e psicólogos desenvolvem as suas atividades profissionais e os atletas se encontram em formação ou no desenvolvimento de alguma atividade profissional ou ocupação. Foi solicitado que as entrevistas decorressem de forma individual, sempre que possível, e num ambiente tranquilo e agradável para o entrevistado, sem constrangimento temporal, de modo a que entrevistador e entrevistado se concentrem na entrevista, podendo fazer o melhor proveito do tempo disponível. No caso de alguns atletas com maiores dificuldades de comunicação, esteve presente um(a) psicólogo(a) ou treinador(a) para auxiliar na compreensão da informação recolhida.

As entrevistas concretizaram-se entre outubro de 2014 e abril de 2015, consoante a disponibilidade dos entrevistados e das instituições e/ou clubes. A sua duração oscilou entre os 10 e os 30 minutos no grupo *atletas*, entre os 20 e 150 minutos no grupo *treinadores*, e entre os 20 e os 95 minutos no caso dos *psicólogos*. Todas as entrevistas foram gravadas em formato áudio, com acordo prévio dos entrevistados, através da assinatura do respetivo Termo de Consentimento (anexos I e II). O gravador esteve sempre visível, podendo ser usado sempre que o entrevistado assim o entendesse. A gravação das entrevistas parece ser um meio auxiliar bastante eficaz, pois permite ao

entrevistador estar focado no diálogo que decorre, livre para fazer apontamentos, anotações pertinentes (de modo a não interromper o raciocínio do entrevistado), obtendo uma recolha integral de informações que não seria possível sem este recurso. Todas as entrevistas foram posteriormente transcritas integralmente, com base na audição repetida, rigorosa e exaustiva dos registos áudios, constituindo o nosso *corpus* de estudo (Silverman, 2000a, 2010).

2. Grupo de Estudo

O desenho metodológico de um estudo deve integrar a tomada de decisões relativamente ao grupo a ser estudado, questões como: onde, quando, quem e o quê? Neste sentido, ao contrário dos estudos quantitativos, a escolha do grupo de estudo não se relaciona com probabilidades ou conveniências, mas antes com o propósito (Maxwell, 2009). Neste caso concreto, o grupo de estudo foi escolhido, propositadamente, com o intuito de representar a população que se insere neste contexto desportivo – Andebol para atletas com DI.

Através dos comunicados da FAP e da ANDDI Portugal (documentos sobre regras, história, competições, notícias, entre outros expostos maioritariamente nas respetivas páginas web), ambas responsáveis pela dinamização e crescimento da modalidade no nosso país, encontramos a lista das equipas que participaram em competições ou atividades da respetiva modalidade. Estabelecemos contacto com estas entidades no sentido de entrevistarmos atletas, técnicos/treinadores e psicólogos que acompanham os atletas em cada uma das instituições e clubes. No primeiro contacto foi esclarecido o intuito do trabalho e os procedimentos utilizados para a recolha de dados através da realização de entrevistas.

Segundo a ANDDI Portugal[7], esta tem atualmente associadas mais de 100 instituições[7], das quais 19 participam nas competições da modalidade de Andebol. Foram contactadas as dezanove instituições das quais dez

[7] Informação obtida por comunicação via correio eletrónico com a ANDDI Portugal.

instituições/clubes se disponibilizaram a colaborar e participar no nosso estudo através da realização de entrevistas aos seus membros, sendo elas: ANDDI Portugal (através da seleção nacional), BAC / CERCILEI, CARPD Touguinha, CERCIBEJA, CERCIESTA, CERCIFAF, CERCIMOR, Cister Sport de Alcobaça / CEERIA, Clube de Gaia e Clube Naval Setubalense / APPACDM de Setúbal. Das restantes instituições, algumas mencionaram que não pretendiam participar em competições formais de Andebol, apenas encontros experimentais e como tal entendiam que não se enquadravam no estudo. Outras entidades iniciaram os seus projetos na modalidade ao longo desta época desportiva, mas após a recolha de dados deste estudo.

Na totalidade foram entrevistados 17 atletas, 13 técnicos/treinadores e 9 psicólogos. O quadro 8 representa a distribuição dos entrevistados pelas equipas (clubes e/ou instituições).

Quadro 8 - Número de entrevistados e natureza da sua função por equipas (clubes e/ou instituições)

Equipas (clubes e/ou instituições)	Atletas	Técnicos / Treinadores	Psicólogos
ANDDI Portugal: Seleção Nacional	- [8]	1[9]	-
BAC / CERCILEI	2	1	1
CARPD Touguinha – SCM Vila do Conde	2	2	1
CERCIBEJA	2	1	2
CERCIESTA	2	1	-
CERCIFAF	1	1	1
CERCIMOR	2	1	2
Cister / CEERIA	2	2	1
Clube de Gaia	2	1	-
CN Setubalense / APPACDM Setúbal	2	2	1
Total	**17**	**13**	**9**

[8] Foram entrevistados vários atletas que, fazendo parte da Seleção Nacional estão integrados em clubes, nomeadamente, CERCIBEJA, CERCIFAF, CERCIMOR, Clube de Gaia e CN Setubalense /APPACDM Setúbal.
[9] Da Seleção Nacional de Andebol da FPA e ANDDI foram entrevistados três técnicos, dois dos quais se encontram integrados também em clubes ou instituições, pelo que são mencionados nos respetivos clubes/instituições.

2.1 Caracterização do grupo de estudo

Os quadros 9, 10 e 11 de seguida apresentados, representam a caracterização detalhada de cada um dos subgrupos do grupo de estudo. O grupo *Atletas* será denominado A, isto é, A1, A2, e assim sucessivamente, enquanto o grupo *Técnicos/Treinadores* será o grupo T e, por fim, o grupo *Psicólogos* será designado de grupo P.

Quadro 9 - Caracterização dos atletas entrevistados

Entrev.	Idade	Género	Experiência Desportiva Anterior	Modalidade(s) Praticada(s)	Competições		Profissão/ Ocupação
					Nacionais	Internacionais	
A1	26	Feminino	Andebol, Boxe, Futebol, Voleibol	Andebol	Torneios e Campeonatos Regionais	Não	Jardineira
A2	34	Masculino	Apenas mencionou as Aulas de Educação Física	Natação; Andebol/ Basquetebol/ Futebol…	Torneios	Não	Oleiro
A3	21	Masculino	Equitação, Futebol, Rugby e Natação	Andebol e Atletismo	Campeonatos Regionais e Nacionais (Andebol); Campeonato Nacional Equitação	SO (Atletismo) Torneios Internacionais (Andebol)	Jardineiro
A4	15	Masculino	Futsal, Ténis, Ginástica, Atletismo (Aulas de Educação Física); Badminton	Andebol	Torneios e Campeonatos Regionais	Não	Estudante
A5	40	Masculino	Não mencionou	Andebol, Basquetebol e Natação	Torneios e Campeonatos Regionais	Não	Agricultor
A6	24	Masculino	Hóquei em patins, Natação, Ténis de Mesa e Voleibol	Andebol, Basquetebol e Voleibol	Campeonatos Nacionais e Taças	Sim (Andebol e Basquetebol)	Carpinteiro

Entrev.	Idade	Género	Experiência Desportiva Anterior	Modalidades Praticadas	Competições		Profissão/ Ocupação
					Nacionais	Internacionais	
A7	34	Masculino	Não mencionou	Atletismo, Andebol, Remo e Natação	Torneios (Andebol)	Não	Auxiliar na cozinha e na horticultura
A8	25	Masculino	Futsal	Andebol e Futsal	Torneios (Andebol); Jogos amigáveis (Futsal)	Estágio de Seleção (Andebol)	Frequenta o curso de operador de serviços rápidos
A9	35	Masculino	Ténis de Mesa	Andebol, Atletismo, Basquetebol, Futebol e Remo	Torneios e Campeonatos Regionais	Não	Não tem
A10	29	Masculino	Apenas mencionou o Desporto Escolar	Andebol, Futsal e Ténis de Mesa	Torneios, Campeonatos, Taças.	Sim (Andebol)	Técnico De Manutenção (Eng.º Eletrotécnico)
A11	19	Masculino	Andebol, Basquetebol e Futebol	Andebol e Futebol	Não soube indicar. (Torneios e Campeonatos)	Estágios Seleção Nacional (Andebol)	Carpinteiro
A12	20	Masculino	Não mencionou	Andebol e Basquetebol	Torneios e Campeonatos	Não	Agricultor
A13	32	Masculino	Apenas mencionou as Aulas de Educação Física	Andebol, Basquetebol, Futebol, …	Torneios, Campeonatos Regionais	Não	Pintor
A14	38	Masculino	Não mencionou além das Aulas de Educação Física	Andebol, Basquetebol e Futebol	Torneios e Campeonatos Regionais	Não	Não tem
A15	31	Masculino	Futebol e Natação. Contexto escolar: Basquetebol e Voleibol.	Andebol	Torneios e Campeonatos	Não	Jardineiro
A16	21	Feminino	Remo, Natação.	Andebol e Equitação	Andebol (torneios), Campeonatos Nacionais de Equitação, Remo e Natação.	Sim (Natação e Remo)	Não soube dizer
A17	23	Masculino	Snooker e Ténis de Mesa	Andebol e Futsal	Torneios, Campeonatos (Andebol)	Não	Pintor

O grupo *Atletas* foi constituído por 17 atletas, com idades compreendidas entre os 15 e os 40 anos: 2 raparigas com 23,5±3,54 anos e 15 rapazes com 28±7,58 anos. Três atletas praticam apenas a modalidade de Andebol, dos restantes atletas, seis praticam duas modalidades, cinco participam em três modalidades e dois atletas participam nas modalidades através das aulas de Educação Física na instituição. Da totalidade da amostra, 7 atletas já participaram em competições internacionais, dos quais 5 atletas representaram ou representam a Seleção Nacional de Andebol da ANDDI e FAP.

Quadro 10 - Caracterização dos técnicos/treinadores entrevistados

Entrev.	Idade	Género	Formação Profissional	Experiência Desportiva Anterior	Modalidades	Competições	
						Nacionais	Internacionais
T1	27	Feminino	Mestrado em Psicomotricidade.	Não possui	Andebol	Encontros, Torneios	Não
T2	40	Masculino	Motricidade Humana, Educação Especial e Reabilitação. Grau I (Adaptada). Grau III (Andebol)	Atleta de Andebol	Andebol	Torneios	Equipa técnica da Seleção Nacional.
T3	29	Feminino	Mestrado (Terapia Ocupacional)	Não menciona	Não[10]	Não mencionou	Não mencionou
T4	31	Masculino	12º ano. Grau III (Andebol)	Atleta e Treinador de Andebol	Andebol (Seleção)	Campeonatos Nacionais, Taças	Equipa Técnica da Seleção Nacional
T5	48	Feminino	12º ano. Grau III (Andebol)	Atleta e Treinadora de Andebol	Andebol	Torneios	Não

[10] Não dá treinos de nenhuma modalidade, faz o acompanhamento dos atletas e auxilia o professor de Educação Física da instituição, nas diversas modalidades.

Entrev.	Idade	Género	Formação Profissional	Experiência Desportiva Anterior	Modalidades	Competições	
						Nacionais	Internacionais
T6	27	Masculino	Mestrado em Educação Física e Desporto Escolar.	Atleta de Futebol Treinador de Voleibol em Contexto Escolar	Andebol, Atletismo e Futebol.	Campeonatos Nacionais (Andebol e Atletismo)	Não
T7	29	Masculino	Licenciatura em Educação Física e Desporto	Atleta de Ténis de Mesa, Futebol e Natação	Andebol, Basquetebol, Boccia, Futebol, Natação, Remo, Ténis de Mesa, Voleibol.	Campeonato Nacional	Não
T8	27	Masculino	Licenciatura e Pós-graduação na área da saúde. Grau I (Andebol)	Atleta e Treinador de Andebol	Andebol	Torneios (demonstração)	Não
T9	35	Masculino	Licenciatura – Professor do 2º ciclo, variante Educação Física. Pós-graduação em Lazer e Desenvolvimento Local.	Atleta de Atletismo	Andebol, Boccia, Natação e Remo *indoor*.	Torneios (Andebol) Campeonato Nacional e Taça de Portugal (Natação e Remo *Indoor*)	Não
T10	31	Masculino	Licenciatura e 2 Mestrados em Educação Física. Grau III (Andebol) Grau II (Adaptada)	Atleta e treinador de Andebol	Andebol (Seleção) e Futsal/Futebol	Torneios, Campeonatos Nacionais e Taças (Futsal/Futebol)	Equipa técnica da Seleção Nacional (Andebol)
T11	35	Feminino	Licenciatura em Educação Especial e Reabilitação	Atleta de Andebol	Andebol, Futebol e Natação	Encontros (Andebol)	Não
T12	30	Masculino	Licenciatura em Psicomotricidade. Pós-graduação em Equitação para fins terapêuticos.	Atleta de Futebol	Atletismo e Equitação para fins terapêuticos; Acompanha a equipa no Andebol e Futebol.	Torneios (Andebol)	Não
T13	35	Masculino	Licenciatura – Professor do 1º ciclo/ Educação Física Certificado monitor de Desporto Adaptado (IDP)	Atleta de Andebol	Andebol (Seleção), Basquetebol, Futebol…	Torneios (Andebol)	Equipa técnica da Seleção Nacional (Andebol)

O grupo *Treinadores* foi constituído por 13 técnicos/treinadores, com idades compreendidas entre os 27 e os 48 anos: 4 do sexo feminino com 34,75±9,46 anos e 9 do sexo masculino com 31,67±4,27 anos. Da totalidade de entrevistados neste grupo, quatro técnicos possuem cédula de treinadores de Andebol e três possuem certificados de treinadores ou monitores de Desporto Adaptado. Quatro dos treinadores entrevistados integraram ou integram atualmente a Equipa Técnica da Seleção Nacional de Andebol da ANDDI e FAP. Por último, dos 13 Técnicos entrevistados, 7 possuem experiência anterior na modalidade, nomeadamente como atleta da mesma, sendo que destes, 4 foram ou são treinadores da modalidade fora do contexto da DI.

Quadro 11 - Caracterização dos psicólogos entrevistados

Entrev.	Idade	Género	Tempo de exercício profissional	Experiência com pessoas com DI	Integra a Equipa Técnica	Envolvido no processo de elegibilidade	Processos de Elegibilidade	
							Nacionais	Internacionais
P1	42	Feminino	18 anos	18 anos	Não	Não (já realizou)	Não	Não
P2	37	Feminino	13 anos	13 anos	Não	Sim	Sim	Não
P3	31	Feminino	2 anos	2 anos	Não	Sim	Sim	Não
P4	60	Masculino	37 anos	37 anos	Não	Não (já realizou)	Sim	Não
P5	40	Feminino	13 anos	2 anos	Não	Não (apenas 1 vez)	Sim	Sim
P6	47	Masculino	20 anos	15 anos	Não	Sim	Sim	Sim
P7	35	Masculino	10 anos	10 anos	Sim	Não (já realizou)	Não	Não
P8	30	Feminino	5 anos	5 anos	Não	Não (apenas 1 vez)	Sim	Não menciona
P9	53	Feminino	21 anos	21 anos	Não	Não	Não	Não

O grupo de *Psicólogos* foi constituído por nove entrevistados, com idades compreendidas entre os 30 e os 60 anos: 6 do sexo feminino com 38,43 ± 8,42

anos, e 3 do sexo masculino com 47,33 ± 12,50 anos. Em muitos dos casos, o tempo de exercício profissional é semelhante ao tempo de experiência com pessoas com DI, no entanto, a média é ligeiramente inferior, sendo o tempo de exercício profissional do grupo *Psicólogos* 14,89 ± 10,19 anos, e o tempo de experiência com pessoas com DI 13,67 ± 11,07 anos. Os entrevistados acompanham os atletas fora do contexto desportivo, ainda que a sua intervenção possa ser direcionada para este contexto. Todavia, um dos entrevistados faz também acompanhamento dos atletas no contexto desportivo. Apesar de 8 dos 9 psicólogos entrevistados já terem realizado provas referentes ao processo de elegibilidade, apenas três afirmam que estão envolvidos neste processo.

3. Análise e interpretação das entrevistas

É frequente os investigadores trabalharem com as transcrições escritas proporcionadas pelas gravações (Silverman, 2010), no entanto, estas transcrições são produtos por digerir de uma complexa realidade, sendo consequentemente, necessário uma simplificação, análise e interpretação das mesmas (Patton, 2002). É neste contexto que surge a análise de conteúdo (AC), pois este é o seu grande desafio: simplificar a informação e fazer com que esta seja provida de sentido.

De acordo com Queirós e Graça (2013), a AC é um método que se baseia na interpretação de comunicações, que podem assumir diferentes formatos, entre eles: escrito, verbal ou visual, procurando através destas inferir significados aos dados e às realidades que estes últimos traduzem. Neste sentido, mais do que uma descrição dos dados coletados, através das transcrições das entrevistas realizadas, o investigador sujeita esses dados a uma extensa leitura e releitura de modo a ver além das palavras, isto é, compreender significados aparentemente omissos.

Ainda de acordo com os mesmos autores, a AC pode então servir dois propósitos distintos. Por um lado, pode assumir uma função heurística, onde não partindo de assunções previamente definidas, explora determinado assunto. Por outro, pode assumir uma função comprobatória, onde procura corroborar

hipóteses e afirmações que surgem da teoria (Bardin, 1994; Queirós & Graça, 2013). A primeira função vai dando lugar à segunda à medida que o estudo de determinada área se desenvolve. Quer isto dizer que, a função heurística é essencial no momento em que os estudos são escassos e pouco aprofundados sobre a temática e, à medida que esta evolui, é fundamental que a função comprobatória comprove as teorias formuladas através da primeira função (Queirós & Graça, 2013). Estas duas funções da AC traduzem-se em abordagens diferentes: indutiva e dedutiva. Na primeira, o investigador abstém-se de estabelecer teorias ou hipóteses prévias, isto é, os conteúdos surgem da análise dos dados, não existindo categorias previamente definidas. A segunda abordagem, parte de um quadro conceptual previamente conhecido, onde o objetivo é corroborar hipóteses (Queirós & Graça, 2013). Deste modo, a abordagem indutiva é fundamental quando se pretende usufruir da função heurística da AC e a abordagem dedutiva numa AC comprobatória.

Para Patton (2002), o desenvolvimento de um sistema de classificação ou de codificação de fácil manuseamento para o *corpus* de estudo é crucial pois, na sua ótica, sem esse instala-se o caos e a confusão.

O *corpus* do estudo é o material que se propõe analisar (Queirós & Graça, 2013) e que deve ir ao encontro dos objetivos do estudo. A sua definição é de extrema importância no sentido de não serem analisados documentos que posteriormente se verificam não ser úteis ao desenvolvimento do estudo.

Segundo Bardin (2004), a seleção destes documentos deve então obedecer a um conjunto de regras, entre as quais: regra da exaustividade, regra da representatividade, regra da homogeneidade, regra da pertinência. A primeira regra indica a necessidade de considerar todos os elementos que possam ser incluídos no *corpus* do estudo, isto é, que corresponda aos critérios de inclusão. A amostra deve ser representativa do universo inicial e, quando tal se verifica, os resultados obtidos são generalizados ao todo, caso contrário o material deve ser renunciado (regra da representatividade). De acordo com a autora, no caso de entrevistas, estas devem tratar todas o mesmo tema, tendo sido obtidas através de técnicas idênticas e submetidas a indivíduos semelhantes, dizendo portanto que obedecem à terceira regra. E por último, todos os documentos,

neste caso transcrições, “devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise” (Bardin, 2004, p. 92).

Retomemos o assunto da classificação ou codificação. Como codificar estes dados? Esta é a questão que se impõe. Para codificar os dados é necessário a criação de categorias onde os dados possam ser incluídos segundo as suas características, as suas semelhanças e diferenças com outros dados. As categorias segundo as quais se realiza o processo devem ser exaustivas, exclusivas, objetivas e pertinentes. Neste sentido, existem vários tipos de unidades de análise, entre as quais: as unidades de registo (palavras, frases, temas, entre outros); unidades de contexto (frase para a palavra, paragrafo, seção, etc.); e, unidades de enumeração, em função das quais se faz a quantificação – é a regra ou modo de contagem (presença/ausência, frequência, área do documento ou tempo de antena; intensidade; direção; entre outros) (Castro et al., 2011).

A criação de um sistema de categorias pode ocorrer previamente à organização dos dados ou durante a análise dos mesmos, isto é, *a posteriori*. Todavia, é possível que a sua criação seja uma combinação destes dois processos (Queirós & Graça, 2013). De acordo com Bardin (1994), o primeiro funciona como um sistema de “caixas”, onde se vai colocando a informação à medida que esta é encontrada, enquanto no segundo as categorias vão surgindo ao longo do processo de classificação dos elementos, designado processamento por “milha”.

No caso específico deste estudo, não foram definidas categorias à priori, uma vez que há escassez de estudos na área em questão (Castro et al., 2011), e não foram encontradas referências bibliográficas relativamente à prática da modalidade de Andebol por atletas com DI. Assim sendo, as categorias surgiram da transcrição e análise das entrevistas. Este processo de categorização foi sujeito a uma revisão por pares.

Após a leitura flutuante e atenta do *corpus* de estudo, emergiram as categorias que se apresentam de seguida. Devido às características tão particulares dos elementos de cada um dos grupos de entrevistados, dos seus

interesses e conhecimentos da área, as categorias emergentes em cada um dos grupos são diferenciadas. Nesta medida, apresentam-se as categorias de acordo com a divisão dos grupos de estudo.

Grupo Atletas

Categoria 1 – Iniciação Desportiva

Categoria 2 – Especialização

Categoria 3 – Motivações para a Prática Desportiva

Subcategoria 3.1: Benefícios

Subcategoria 3.2: Reconhecimento

Subcategoria 3.3: Os mais significativos

Categoria 4 – Classificação Desportiva

Categoria 5 – Barreiras para a Prática Desportiva

Grupo Treinadores

Categoria 1 – Formação e Experiência Profissional

Categoria 2 – Contexto da Prática Desportiva

Subcategoria 2.1: Tipo de Prática

Subcategoria 2.2: Barreiras

Subcategoria 2.3: Aspetos Positivos

Categoria 3 – Classificação Desportiva

Subcategoria 3.1: Elegibilidade

Subcategoria 3.2: Equidade e Competitividade

Grupo Psicólogos

Categoria 1 – Formação e Experiência Profissional

Categoria 2 – Classificação Desportiva

Subcategoria 2.1: Avaliação Psicológica

Subcategoria 2.2: Elegibilidade

Categoria 3 – Prática Desportiva na DI

Subcategoria 3.1: Benefícios

Subcategoria 3.2: Implicações

Capítulo IV – Apresentação e Discussão dos Resultados

1. Análise e Interpretação das Entrevistas

1.1 Atletas

Antes de iniciar a análise e interpretação das entrevistas dos atletas é importante salientar que o facto de os atletas terem DI condicionou a realização das entrevistas, bem como a sua transcrição, análise e interpretação. De acordo com as características dos atletas e o seu grau de DI, estes apresentaram maior ou menor dificuldade de compreensão das questões, sendo muitas vezes necessário o recurso a exemplos práticos para clarificar as questões. Com efeito, vários autores referem que a aprendizagem de conceitos, a capacidade de resolução de problemas e a aquisição de capacidades necessárias ao funcionamento social podem desenvolver-se de forma mais lenta, levando a que as pessoas com DI necessitem de maior apoio e suporte nestas áreas do que os seus pares sem deficiência (Hassan et al., 2014).

Concomitantemente, ao nível das capacidades concetuais estão incluídas dificuldades ao nível da comunicação verbal e não-verbal (Fegan, 2011). Por este motivo, a linguagem apresentada nos excertos poderá não ser a mais adequada, no entanto, procuramos apresentar os excertos *ipsis verbis*, recorrendo à linguagem utilizada pelos atletas durante as entrevistas.

1.1.1 Categoria Iniciação Desportiva

As pessoas com DI apresentam baixos níveis de AF e uma capacidade aeróbica reduzida, o que aumenta a prevalência da obesidade nesta população (Fernhall et al., 2003) e de problemas de saúde daí derivados, tais como: diabetes tipo 2, hipertensão e doenças cardiovasculares (Hsieh et al., 2014). Por este motivo, é fulcral o desenvolvimento de projetos no âmbito do desporto e da AF, considerados como uma forma de educar as pessoas para que se tornem fisicamente ativas e com hábitos de vida saudável (Winnick, 2011).

De acordo com Gonçalves e Silva (2004), os atletas de um modo geral iniciam a sua prática desportiva durante o período escolar. À semelhança dos restantes atletas, a prática desportiva dos nossos entrevistados teve início durante o período de desenvolvimento, tal como é possível perceber nos seguintes excertos: "Eu estou ligado ao desporto desde pequenino" (A3) e "Já vem desde a pré-primária, que eu ia às piscinas" (A17). Em concordância com Tani (2007), a escola tem a responsabilidade de inserir os seus alunos na cultura desportiva, através da transmissão dos seus conhecimentos, habilidades, atitudes e valores. A oferta de oportunidades de prática faz da escola um espaço de promoção do desporto, de um modo geral, e da modalidade de Andebol neste caso concreto. Tomemos como exemplo o discurso dos atletas A4 e A10:

> "Eu pratiquei outros desportos, mas foi só numas aulas de Educação Física que eu tive."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao Atleta A4)

> "Foi o… treinador de Física, foi ele que me pôs no Desporto Escolar, no Andebol."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao Atleta A10)

De acordo com o DL nº553/80[11], o estado é responsável pela garantia de igualdade nas oportunidades. Deste modo, após o término da escolaridade, os atletas são apoiados pelas instituições (ensinos particulares e cooperativos) de acordo com as suas necessidades. Os atletas com menores capacidades permaneceram nestes estabelecimentos no centro de atividades ocupacionais (CAO), enquanto aqueles com maiores potencialidades ingressaram em cursos de formação profissional que possibilitam a inserção no mundo do trabalho. Esta oportunidade de ser socialmente ativo, isto é, manter um emprego ou participar em atividades recreativas e desportivas, proporciona à população de um modo geral, conhecimento das capacidades das pessoas com DI, o que de acordo com

[11] Ministério da Educação e Ciência (1980). Decreto-Lei nº553/80 de 21 de Novembro. Diário da República. Série I, Nº 270, pp. 3945-3956.

Morin et al. (2013) é um dos fatores que proporciona atitudes positivas da primeira em relação à segunda.

Tanto em contexto de CAO, como de centro de formação profissional, as instituições oferecem, direta ou indiretamente, através de protocolos com clubes, a possibilidade de continuarem envolvidos no contexto desportivo, como é possível verificar no discurso dos nossos entrevistados: "Eu já andava pela escola, e jogava Andebol e jogava Futebol, e tudo. Mas depois tive de vir para a instituição, tirar um curso, que andava no apoio especial" (A11).

Neste contexto, os técnicos e professores de Educação Física foram mencionados pelos atletas como uma grande influência na vontade de se tornarem fisicamente ativos e no início da sua prática desportiva, tal como nos indica o atleta A6 "Fui convidado pelo clube para vir experimentar o Andebol e gostei de jogar". Esta ideia é também corroborada pela afirmação de Shephard (1990), de que a iniciação da prática desportiva e a sua manutenção nos primeiros tempos está fortemente dependente de recompensas externas, em particular, do forte incentivo fornecido pelo líder, o técnico/treinador.

Todavia, os pares, amigos e colegas, também se revelaram ser uma influência no início da prática desportiva, como se pode constatar pelos seguintes excertos: "Desporto foi… através de um amigo meu." (A6) e "Tenho um colega, (…), ele também treina comigo na Seleção, ele é que falou-me no Andebol…" (A3). Ainda no que se refere ao início da prática desportiva, um exemplo singular do atleta A5 que se sentiu influenciado a praticar desporto pelo facto de acompanhar com regularidade uma equipa de Andebol convencional:

> "Há aqui uma equipa profissional (…) e eu de vez em quando ia ver os jogos e motivei-me com aquilo. Fiquei apaixonado pelo Andebol, e a garra que eles tinham de jogar, e às vezes ganhavam, outras vezes perdiam, mas era uma garra que eles tinham sempre ali – treinar, e eu assim que comecei a ver o Andebol, comecei a gostar disso, gostava de experimentar."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao Atleta A5)

Não obstante, a própria vontade do atleta em experimentar ou manter o contacto com o desporto, de um modo geral, ou com o Andebol, em particular,

parece ser também um dos principais impulsionadores à prática desportiva destes atletas: "Queria vir" (A7) ou "foi com… com uma maluqueira que eu fiz… Queria aprender e depois comecei a gostar... (…) Fui eu que… que me apeteceu participar" (A8). Esta vontade em envolver-se no contexto desportivo fez com que os próprios atletas fossem pró-ativos neste início de atividade: "Fui eu próprio a falar com certas pessoas para entrar." (A17); e ainda:

> "É assim, eu, lá na «instituição» queria… eu queria praticar um desporto. (…) Depois pensei assim, vou… pensar em jogar Andebol, vou ver o que isto dá. Que eu nunca pratiquei Andebol, nem na escola. (…) E eu assim, vou praticar, preciso também de fazer desporto, vou praticar para ver o que isto dá. Falei lá na «instituição», lá com a diretora, e ela disse para falar com o professor, o presidente, e para falar com o «treinador»."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao Atleta A15)

Ainda relativamente à prática desportiva destes atletas, é de salientar que, na sua maioria, possuíam experiência desportiva noutras modalidades, como podemos observar pelos seguintes exemplos: "Já estive no Futebol… (…) E na Natação." (A15); "antes também praticava Snooker e Ping-Pong" (A17; "Já fiz Hóquei. (…) Natação, Ténis de Mesa e Voleibol" (A6). Esta diversidade é também visível na caracterização dos atletas (quadro 9) que se encontra no capítulo anterior.

Destacamos ainda o caso da atleta A16, cuja experiência desportiva anterior engloba a modalidade de Andebol, num contexto exterior à instituição:

> "Já fiz sim, foi Remo e Natação. (…) O Andebol já vinha antes de entrar para «a instituição», e sempre foi uma coisa que eu gostei, e gosto…"
>
> (Excerto retirado da entrevista à atleta A16)

Tal como podemos observar, são vários os atletas que referem experiências desportivas anteriores em diversas modalidades, o que frequentemente se mantém até à atualidade. Este facto conduz-nos à próxima categoria: a Especialização.

1.1.2 Categoria Especialização

Ao contrário do desporto em geral, em que existe uma especialização cada vez mais precoce dos atletas (Estriga, 2012), no desporto para atletas com DI é frequente observar que um atleta realiza diversas modalidades (Harada & Siperstein, 2009), algumas delas com carácter e natureza distintas, como por exemplo modalidades coletivas e individuais.

Do grupo de atletas do nosso estudo, três apenas praticam a modalidade de Andebol: A1, A4 e A15, os restantes atletas praticam pelo menos duas modalidades como servem de exemplo os excertos seguintes: "Às vezes faço Andebol (…) e à terça estou no Basquetebol." (A12); "No CAO faço para além de Andebol, Equitação." (A16). Em alguns casos, estes atletas chegam a praticar três ou mais modalidades, tal como é possível observar na caracterização dos atletas (quadro 9) e como menciona o atleta A9:

> "P: Que desportos fazes?
> A9: Tudo, tudo…
> E: Todos os desportos? Andebol?
> A9: Sim… Andebol, Basquetebol, Futsal, Correr… (…)
> E: E Natação, também?
> A9: Não… Faço Remo. (…) O primeiro foi o Ténis de Mesa…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao atleta A9)

Estes dados vão de encontro aos resultados apresentados por Harada e Siperstein (2009), que indicam que habitualmente os atletas com DI participam em duas modalidades distintas, sendo que em 35% dos casos, participam em três ou mais modalidades desportivas.

Quando a prática desportiva se realiza num contexto institucional, é frequente funcionar como aulas de Educação Física: "Eu tenho Natação e também estou no Desporto" (A2). Neste caso, o desporto que o atleta A2 refere equivale a aulas de Educação Física, onde o treinador aborda várias modalidades, nas quais os atletas têm ou não competições. As aulas de Educação Física, de um modo geral, e de Educação Física Adaptada, mais concretamente, são desenvolvidas através de um programa que inclui aptidão

física e motora, padrões e habilidades motoras fundamentais, habilidades relacionadas com desportos em meio aquático e dança, e ainda, jogos e desportos individuais e coletivos, idealizados para atender às necessidades específicas dos indivíduos (Winnick, 2011). A informação transmitida pelos atletas está em conformidade com o exposto, tal como se observa nos seguintes excertos: "É as duas coisas ao mesmo tempo. (…) Um dia é Futebol e Andebol, outro dia é Futebol e Andebol." (A11); "O Futsal é quando acaba o Andebol, é logo o Futsal." (A8).

Este facto destaca a falta de especialização nas modalidades, começando pela carência de um intervalo de tempo destinado exclusivamente à modalidade em questão. Mais do que a partilha do período da aula ou do treino com outras modalidades, a falta de especialização numa determinada modalidade é visível pela necessidade de cedência do seu período de treino a outra modalidade, como expõe o atleta A17:

> "A17: Se vamos ter um torneio de Futsal, praticamos mais Futsal, se for ao contrário, é Andebol.
>
> E: Na mesma semana treinam Andebol e Futsal?
>
> A17: Não. Só Futsal. Se fosse Futsal, era só Futsal."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao atleta A17)

Assim sendo, apesar de uma modalidade estar incluída no planeamento do técnico/treinador, não significa necessariamente que seja abordada, uma vez que nos momentos antecedentes a competições, por exemplo de Futebol, apenas esta modalidade é abordada em detrimento das restantes. Deste modo, apesar de os nossos entrevistados serem praticantes de Andebol, estes podem estar por um largo período de tempo sem contacto com esta modalidade, devido à participação alternada em competições de diferentes modalidades.

Neste quadro, a falta de especialização é visível não só pelo facto de os atletas praticarem diversas modalidades, mas também pela organização dos seus treinos por parte das instituições, isto é, pela carência de um período de treino destinado exclusivamente a cada uma das modalidades.

Depois de analisado o contexto desportivo em que o grupo de atletas deste estudo se integra, procuramos compreender o que os mantém ativos física e desportivamente, dando origem à categoria: Motivação para a Prática.

1.1.3 Categoria Motivações para a Prática Desportiva

Esta terceira categoria encontra-se dividida em três subcategorias, respetivamente: benefícios, reconhecimento e os mais significativos.

1.1.3.1 Subcategoria Benefícios

A prática desportiva, quando realizada de forma adequada, é considerada promotora de hábitos de vida saudável, sendo-lhe reconhecidos benefícios nas várias dimensões da vida humana, nomeadamente, ao nível da saúde tanto física como mental (Pastula et al., 2012; Robertson & Emerson, 2010; Temple et al., 2006). Os atletas que participaram neste estudo referiram alguns destes benefícios como fatores que os mantêm motivados para a prática desportiva, mais concretamente, para a modalidade de Andebol.

De facto, à semelhança dos atletas do estudo de Grandisson et al. (2012), diversos atletas deste estudo mencionaram os benefícios ao nível da saúde, desde o aumento do gasto energético: "… a gente pode comer doces e depois… temos de gastar…" (A2), passando pelos benefícios ao nível cardiovascular, nomeadamente pela melhoria da resistência cardiovascular (Guidetti et al., 2010): "Faço desporto desde pequenino e acho que faz bem porque… (…) faz bem ao nosso coração e ficamos mais novos" (A3), até aos benefícios de um modo geral: "… o desporto é saudável, faz bem manter-se em forma…" (A6).

A estes benefícios os atletas acrescentam ainda o prazer proporcionado pela prática desportiva: "Porque é uma coisa que me satisfaz e a mim faz-me bem fazer desporto, faz-me exercitar o corpo…" (A5) ou "Primeiro porque gosto do Andebol. Depois porque também faz bem à saúde, não é?" (A10). Estes resultados coincidem com os apresentados por Harada e Siperstein (2009), em que os atletas com DI apresentam como motivação para a participação nos

Special Olympics o prazer e diversão proporcionado pela prática desportiva: "e pela diversão" (A13).

Segundo Johnson (2009), a prática desportiva apresenta melhorias na função motora global, o que foi também alegado por alguns dos nossos entrevistados como agente estimulador para a sua prática: "Faz-me fazer melhorar cada vez mais, treinando, treinando, treinando, melhorar, que é para ser um grande atleta de Andebol… É isso que me faz motivar." (A5).

Esta busca da superação e da transcendência, o querer fazer mais e melhor, tão característico do desporto (Garcia et al., 2014), é percetível em vários diálogos dos nossos entrevistados, como por exemplo: "Eu quero é jogar… Quero sentir que vou evoluir mais e melhor." (A15), ou ainda, "Porque hoje custa-me um bocadinho, amanhã faço mais um bocadinho, vou sempre evoluindo mais." (A17).

Quando esta busca é alcançada proporciona uma série de sentimentos positivos, como o aumento da autoconfiança e autoestima. De facto, na literatura, o desporto é frequentemente descrito como promotor da autoestima, autoconfiança, competência percebida ou do bem-estar psicológico, de um modo geral (Darcy & Dowse, 2013; Dowling, 2014; Franciosi et al., 2010; Ghosh & Datta, 2012; Robertson & Emerson, 2010; Sherrill, 2004).

A capacidade de socialização, de cooperação e as relações interpessoais são também aspetos que beneficiam com a prática desportiva (Darcy & Dowse, 2013; Dowling, 2014; Franciosi et al., 2012), principalmente nas modalidades coletivas (Baldari et al., 2009), como é o caso do Andebol. A este nível, o atleta A17 referiu que, na sua opinião, este aspeto é fundamental: "Convívio também, pela equipa… e ter o gozo de chegar a um jogo e ganhar. (…) Não é só pelo jogo em si, é bom conviver e é bom conhecer novas equipas" (A17).

Ainda no que concerne aos benefícios de cariz psicológico e social, o desporto apresenta-se como um meio privilegiado para o desenvolvimento de competências de autocontrolo e aceitação pessoal (Fonseca et al., 2010), como expõem alguns dos atletas: "Há uma, porque o desporto mantém-me calmo e relaxa-me" (A17) e "Porque aqui é como se estivesse separado. Antes de entrar no treino deixo os problemas para o lado…" (A16).

1.1.3.2 Subcategoria Reconhecimento

As atitudes da sociedade, de um modo geral, expõem uma visão da deficiência como algo unicamente limitador (Harada et al., 2011; Wilson & Khoo, 2013). Uma visão que é possível reverter através da prática desportiva. Com efeito, esta proporciona aos atletas o espaço necessário para demonstrar as suas competências desportivas, e assim combater atitudes menos positivas face à DI (Harada et al., 2011).

Neste contexto, e em concordância com Wilson e Khoo (2013), os atletas com deficiência pretendem o mesmo que os restantes atletas, ou seja, respeito, reconhecimento e recompensa monetária. Apresentamos alguns excertos onde é possível observar a necessidade de obtenção de resultados e, consequente reconhecimento dos mesmos: "Assim em jogos, é diferente, nós queremos é ganhar, queremos dar o nosso melhor" (A10) e "eu sei que consigo dar muitas surpresas e eu vou fazer isso, tenho muita coisa para alcançar ainda… na minha carreira…" (A3).

O reconhecimento pode advir de diversas formas e das mais diversificadas configurações (Garci & Mandich, 2005). O atleta A15 remete-nos para o contexto de jogo, em que o louvor provém de espectadores e pessoas desconhecidas.

> "Quando fui jogar (…), estavam pessoas… E eu gostei… Aplaudiam a gente… Que a gente não conhecia. Eu não conhecia! E aplaudia a gente… Basta um aplauso à gente, um aplauso e a gente começa a jogar…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao atleta A15)

Paralelamente, outros atletas mencionaram ainda a importância do reconhecimento por parte dos mais próximos e da instituição que representam, como é o caso do atleta A5, que nos explica que a sua motivação está relacionada com "tentar defender o mais possível para dar a vitória aqui à… instituição" (A5). A este respeito, o atleta A8 considera que o reconhecimento pode ter uma influência positiva na sua carreira desportiva, através da

contratação por uma equipa ou chamada à Seleção Nacional, o que corresponde ao alcance do mais alto nível de excelência desportiva (Garci & Mandich, 2005).

> "…se uma equipa gostar de mim, depois posso ser chamado para essa equipa, e por isso é que o Andebol pode ter futuro ou pode não ter futuro. É como a Seleção. A Seleção para mim… eu já tenho futuro."
>
> (Excerto retirado da entrevista do atleta A8)

Para os nossos entrevistados, a obtenção de sucesso desportivo pode também estender-se às restantes dimensões da sua vida: "Para ser alguém na vida. Um dia mais tarde posso ser um bom jogador…" (A6), o que vai de encontro ao que é exposto por Bourgeois (2012). Esta autora refere ainda que o reconhecimento por parte da família, amigos e de uma forma geral, dos "mais significativos", é também de extrema importância.

1.1.3.3 Subcategoria "Os mais significativos"

Os mais significativos representam os grupos de pessoas a que os atletas atribuem importância, podendo ir desde familiares, a amigos, colegas de trabalho ou agentes desportivos, como referiu o atleta A6: "O senhor… o pai do… do selecionador, é muito importante para mim… Foi ele que convidou-me para vir jogar [Andebol]. O meu professor também é importante… Todos os colegas são importantes… a minha família" (A6).

Em conformidade com Gobbi et al. (2014), a família e as pessoas mais próximas dos atletas com DI, e que lhes proporcionam apoio de um modo geral, desempenham um papel fundamental no seu envolvimento no contexto desportivo. Houston-Wilson (2011) acrescenta que a família é fulcral numa intervenção precoce, da qual depende o bom desenvolvimento das crianças com DI, bem como do trabalho conjunto entre a família e os professores de Educação Física. No caso das crianças que estejam institucionalizadas, são os técnicos e outras pessoas desse ecossistema que possuem maior influência no desenvolvimento desportivo dos atletas com DI (Wilski & Nadolska, 2014).

Relativamente a este assunto, foram constantes os diálogos que assinalaram a importância da família, amigos e técnicos para o envolvimento dos atletas no contexto desportivo.

No que concerne ao apoio da família, o atleta A6 mencionou que se sente bastante apoiado: "Os meus pais, a minha família, a minha namorada, toda a gente me apoia para fazer desporto" (A6), e a atleta A1 refere que "gostava que eles [pais] fossem mais vezes" (A1) assistir às competições. Apesar da maioria dos nossos entrevistados se referirem aos pais, nesta parte, a atleta A16 menciona familiares com outros graus de parentesco.

> "A16: Sim, existem uns primos. Eles não fazem, mas gostam que eu dê sempre o meu melhor.
>
> E: Eles costumam vir ver os seus jogos?
>
> A16: Às vezes, quando podem."
>
> (Excerto retirado da entrevista à atleta A16)

A família parece assumir uma posição de destaque no incentivo à prática desportiva dos nossos entrevistados, tal como se verifica no estudo de Wilson e Khoo (2013), onde 69% dos atletas mencionaram ter sido encorajados pelos pais para praticar desporto, ao contrário do estudo de Harada e Siperstein (2009), onde este valor decai para 2%. Além do reconhecimento e incentivo por parte da família para a prática desportiva, esta tornar-se um exemplo a seguir.

> "A minha mãe. Porque ela… ela jogava Futsal (…) Ela jogou muito tempo… (…) e agora está-me apoiar, disse para continuar, viu os meus jogos… Vai haver um jogo que ela vai aqui ver-me jogar."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao atleta A15)

Neste contexto, também os professores de Educação Física e treinadores de desporto têm a missão de promover a participação desportiva de pessoas com deficiência (Paciorek, 2011). Foi graças ao seu professor de Educação Física que o atleta A2 se tornou fisicamente ativo, como nos esclarece: "Também tive um bom professor, que sem ele eu não teria a forma que tenho hoje" (A2).

Tal como Hassan e Lynch (2014) nos elucidam, além da promoção do exercício físico, uma das áreas de intervenção do treinador é o ensino de estratégias de controlo das emoções e desenvolvimento da autoestima. Parece-nos então coerente que, os atletas por nós entrevistados considerem os seus treinadores como alguém basilar na questão da sua motivação para a prática desportiva. A este respeito, o atleta A10 afirma que a sua continuação no Andebol se deve à "nossa treinadora, que foi ela que me incentivou muito para não desistir." (A10). Também o atleta A3 relata a importância atribuída ao seu treinador:

> "… o treinador também é excelente, é um grande treinador e isso para mim basta. A gente ter um bom treinador muda muita coisa. Motiva a gente, quando a gente está mal apercebe-se, quando estamos muito bem ele também percebe (…) motivou-me muito… Motivou-me no Andebol e disse para eu ficar porque eu tinha muita coisa para aprender com ele e estou a aprender muito com ele, estou a crescer… (…) Ele para mim é uma grande pessoa, para mim é um exemplo…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao atleta A3)

Simultaneamente, os colegas de equipa assumem um papel fundamental no envolvimento destes atletas, particularmente nos contextos desportivos proporcionam um lugar de destaque às questões do desenvolvimento das capacidades sociais, como é o caso do *Special Olympics* (Hassan et al., 2012). Este aspeto é também visível nas modalidades coletivas, onde as questões da socialização, nomeadamente a cooperação e o trabalho de equipa estão presentes (Dowling, 2014; Porretta, 2011).

Uma vez que, todos os nossos entrevistados praticam uma ou várias modalidades coletivas, este espírito de união com os seus pares foi notório no decurso das entrevistas. A aceitação por parte dos pares é, então, considerada fundamental, como nos explica o atleta A8: "Dar o meu máximo… É para eles gostarem de mim e também ser respeitado por eles [colegas de equipa]" (A8); "Quando jogo, penso na equipa também, e um bocadinho em mim, (…) penso na equipa porque quero fazer o melhor para a equipa" (A17); "Penso na equipa (…) e na treinadora" (A12). De facto, Dowling (2014) refere que o contexto desportivo permite o desenvolvimento de amizades e de oportunidades de

inclusão social, o que se verifica um fator motivacional importantíssimo na estimulação e manutenção no envolvimento dos atletas nas atividades desportivas. Sobre este assunto, o atleta A10 refere ainda:

> "Convívio com os meus amigos, conhecer pessoas novas, países novos, este ano ainda não conheci nenhum novo, só foi os franceses que vieram cá. Mas… Isto aqui [aponta para os colegas ao fundo] é o que me motiva a vir."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao atleta A10)

Relativamente aos pares e à amizade enquanto fator motivador para a prática desportiva, os resultados do nosso estudo vão de encontro aos resultados obtidos por Harada e Siperstein (2009), onde a amizade, juntamente com o divertimento, são os motivos mais apresentados pelos atletas para a prática desportiva.

Todavia, outros atletas mencionam outros "mais significativos" que não a família, treinador e colegas de equipa. O encorajamento pode provir também de colegas de trabalho ou modelos a seguir (Hutzler & Oz, 2014):

> "Havia uma pessoa que gostava que estivesse ali, que joga por acaso no «clube local», que também é guarda-redes e eu sou fã dele… Gostava que ele também me visse a jogar, estivesse lá para me apoiar…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao atleta A5)

> " (…) Porque as pessoas dizem para eu não parar, que eu posso chegar ainda mais longe, posso continuar e alcançar mais coisas, mais sucesso… (…) tenho capacidades para chegar muito mais longe de onde estou (…) às vezes dizem… é questão de aproveitar essas capacidades para… chegar mais longe. (…) Essas pessoas mantêm-me assim sempre motivado…"
>
> (Excerto retirado da entrevista do atleta A3)

1.1.4 Categoria Classificação Desportiva

As escalas de classificação relacionadas com a DI foram criadas com o intuito de identificar as crianças com dificuldades e que necessitavam de um apoio diferenciado consoante as suas dificuldades em contexto escolar

(Parmenter, 2011). Da Educação, a necessidade de classificar estas pessoas e poder atender às suas necessidades específicas estendeu-se a diferentes contextos. A nível desportivo, a classificação tem acompanhado o desenvolvimento do desporto paralímpico, desde o número de categorias existentes, até ao tipo de provas que são realizadas (Buckley, 2008).

De acordo com Paciorek (2011), a classificação desportiva pretende fornecer um ponto de partida equitativo para a competição por todos os participantes, promovendo o máximo de prazer e justiça e, simultaneamente, prevenindo lesões. Assim, a classificação serve o propósito de selecionar que atletas com deficiência participam e em que provas podem participar (Brittain, 2010). No caso da DI, são realizados testes de avaliação psicométrica e testes de classificação específica nas modalidades paralímpicas (no caso das modalidades de Atletismo, Natação e Ténis de Mesa) (INAS, 2013).

Todavia, no discurso dos entrevistados foi recorrente o desconhecimento de tais provas: "Acho que não. Eu agora já não me lembro se fiz esses testes. Se calhar não fiz esses testes." (A4); "Por enquanto ainda não fiz testes nenhuns (…) Nunca tive a oportunidade de fazer" (A17). No entanto, é de salientar que, por vezes, estes atletas são submetidos a uma diversidade de testes por diferentes profissionais e nem sempre lhes é informado o objetivo desses mesmos testes, o que, tendo em consideração as dificuldades cognitivas que os atletas possam apresentar, pode gerar alguma confusão sobre este assunto. Este aspeto é verificado em excertos como o caso dos atletas A14 e A16: "Foi um médico. Tive de fazer o exame médico" (A14) ou "Foram… Resistência…" (A16).

Contudo, houve atletas que demonstraram maior compreensão dos testes, e que nos apresentaram exemplos, alguns concretos, dos testes aos quais foram submetidos.

> "…era mais de memória…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao atleta A3)

> "Acho que foi preencher papeis ou fazer aquilo dos puzzles…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao atleta A5)

> "Os testes eram fazer uma espécie de uns jogos…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao atleta A8)

> "Tive de fazer os testes psicotécnicos, é o teste de QI, não é?"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao atleta A10)

> "Eu só me lembro de um, que era num ecrã, aparecia uma bola, tínhamos que… acertar na bola. A seguir é tipo assim: [bater com os dedos no tampo da mesa], dar espaços… Mas isso é normalmente quando a gente vai a campeonatos."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao atleta A6)

Quando questionados sobre o objetivo dos testes psicométricos, certos atletas revelaram algum conhecimento sobre a intenção de avaliar a sua capacidade intelectual e comportamento adaptativo (APA, 2013).

> "…acho que estes testes são para saber se… para ver se temos … aquelas capacidades… para ver se temos memória… se temos aquelas capacidades para seguir aquele desporto."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao atleta A3)

> "Acho que é para capacidade… Não é? (…) Era para as pessoas saberem que nós estamos cá na «instituição», não é… Pensam que nós somos uma coisa e depois aqueles testes… comprovam outra coisa."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao atleta A8)

O atleta A6 é aquele que melhor explica esta questão, como se percebe no seguinte excerto: "Para estar nesta equipa é preciso ter uma deficiência intelectual" (A6).

No que se refere à importância da realização destes testes, as respostas dos atletas foram bastante diversificadas, tendo em conta as noções de testes que cada um possui, isto é, testes psicométricos *versus* exames médico-desportivos.

Neste sentido, vários atletas referiram que consideravam a realização de testes essencial no contexto desportivo, porém quando questionados sobre a razão pela qual o consideravam, era percetível que se referiam a exames

médicos. O atleta A12 é exemplo disso quando nos relata: "Para ver que estamos bem para jogar Andebol, não estamos… para ver se não há nenhuma… (…) É importante fazer os testes para ver se não nos lesionamos" (A12).

Não obstante, outros atletas disseram que não consideravam importante a realização de quaisquer provas de avaliação dos atletas. Um caso particular foi o atleta A3 que se mostrou tanto contra como a favor da realização destas provas, o que demonstra a confusão gerada em torno desta temática.

> "A3: Fui a um exame… (…) esse exame que eu fiz era para entrar na Seleção do Ciclismo, não consegui… (…) Era mais de memória… (…) Mas para mim, eu não preciso de tirar exame… porque quando estamos capacitados para jogar longe, para alcançar mais coisas na vida, não é preciso exames… (…) os nossos exames é as pessoas disserem que temos mais capacidade. (…) Eu também fiz outra vez antes de entrar para a Seleção de Andebol Adaptado (…) consegui passar o teste, que como tirei outro teste… tirei aos 18, este tirei aos vinte... E consegui passar, estou na seleção e consegui passar… Felizmente… (…)
>
> E: O que pensa acerca destes testes?
>
> A3: Eu acho que para mim são testes (…) para ver se temos aquelas capacidades… para ver se temos memória… se temos aquelas capacidades para… seguir aquele desporto. Eu acho que serve para isso. (…) Eu acho que… sim, é um bocadinho importante. É um bocadinho importante para… a gente saber… se podemos chegar mais longe ou não…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao atleta A3)

O atleta A3 menciona que foi sujeito a estes testes em dois momentos distintos, para ingressar na Seleção Nacional de duas modalidades igualmente diferenciadas. Tal como a INAS (2013) nos elucida, os atletas com DI podem ser considerados elegíveis para competir numa determinada modalidade desportiva e não noutra. Este foi o caso do atleta A3, que cumpriu os critérios de elegibilidade na modalidade de Andebol, quando não o tinha feito na modalidade de Ciclismo. Este facto gerou sentimentos contraditórios no atleta como se compreende pelo excerto anterior. Na opinião deste atleta não é necessário realizar provas no caso da modalidade de Ciclismo (em que não cumpriu os critérios de elegibilidade), todavia, considera importante a realização das mesmas avaliações na modalidade de Andebol.

Por fim, outros atletas referiram a importância da realização das provas de avaliação psicométrica. Destacamos a opinião do atleta que melhor expõe este assunto.

> "A6: Para estar nesta equipa é preciso ter uma deficiência intelectual. Como… por exemplo, eu posso ter… então eu fiz estes testes com uma doutora, e a doutora disse que estou "ativo". Se não estivesse "ativo" não podia jogar mais.
>
> E: Considera que isso é importante? Fazer esse tipo de testes?
>
> A6: Sim.
>
> E: Porquê?
>
> A6: Para ver o que o temos e o que não temos…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao atleta A6)

Em modo de síntese, a classificação desportiva de atletas com DI é ainda um assunto pouco claro, nomeadamente para os praticantes. Se por um lado uns atletas demonstram maiores níveis de compreensão de todo o processo de classificação desportiva, outros atletas têm mais dificuldades, o que é justificado por McConkey (2014), quando menciona que as pessoas com DI podem ter dificuldade em compreender os termos que são utilizados para os categorizar.

1.1.5 Categoria Barreiras para a Prática Desportiva

Por último, quanto à análise das entrevistas dos atletas, apresentamos a categoria correspondente às dificuldades apresentadas por estes na sua prática desportiva, que designámos por Barreiras para a Prática Desportiva. Antes de iniciar a abordagem desta categoria, parece-nos importante distinguir entre as dificuldades individuais, inerentes à pessoa em si, e as dificuldades externas, que em muitos casos estão relacionadas com a equipa, de um modo geral.

Comecemos então pelas dificuldades, expostas pelos nossos entrevistados, a nível individual. A este respeito os atletas mencionaram dificuldades na execução técnica das habilidades de Andebol, particularmente no passe, na receção e na finta, mas também no posicionamento em campo.

> "…pego na bola e não conseguimos fazer uns bons passes…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao atleta A12)

> "…se eu jogar a ponta eu consigo, mas… se eu jogar a ponta esquerda, é o caos… (…) Porque eu ao fazer movimentação de bola não consigo… (…) Há uma ponta que é muito difícil. Eu tenho que virar e tem que ser uma… e eu atrapalho-me… (…) no jogo é fintar, porque eu finto, praticamente finto, só que (…) quase ali perto dos 9m, dos 6m, eu vou logo desviar para o lado e rematar, eu nem sequer finto, e remato. (…) Um ponto não muito forte é isso, é fintar (…) quando estou com a bola, penso que vou passar, mas às vezes passo mal, eu erro, e eu fico todo chateado, todo em baixo."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao atleta A15)

Não foram por nós encontrados estudos sobre as capacidades físicas, técnicas e táticas de atletas com DI na modalidade de Andebol, no entanto o estudo de Van Biesen et al. (2012) retrata a proficiência técnica de atletas de Ténis de Mesa com DI. Os autores relatam que os atletas por eles estudados, ainda que pertencentes à elite da modalidade, podem não atingir níveis de desempenho tão elevados como os praticantes da modalidade sem deficiência. Esta situação ocorre porque os atletas com DI têm menor capacidade de processamento de informação e de reação, menor capacidade de memória e menor capacidade de processamento espaço-visual. Ainda de acordo com os autores, o funcionamento cognitivo é imperativo para aprender, controlar e desempenhar habilidades motoras e desportivas, o que sustenta os resultados apresentados por Guidetti et al. (2009), de que as habilidades técnicas de Basquetebol (manipulação de bola, passe, receção e lançamento) estão negativamente correlacionadas com o grau de DI apresentado pelos atletas.

Assim sendo, para que este contexto desportivo seja realmente acessível a todos, Hassan e Lynch (2014) consideram que o treino necessita de adaptações e modificações, tanto ao nível do ensino como ao nível da técnica, de modo a criar um ambiente que sirva as necessidades dos atletas e promova a sua participação.

Apesar dos avanços no desporto para atletas com deficiência, as pessoas com DI ainda encontram obstáculos à sua participação desportiva. Os nossos

entrevistados referem, essencialmente, obstáculos relacionados com horários, trabalho desenvolvido nos treinos e com a organização dos eventos competitivos.

Relativamente aos horários dos treinos, alguns atletas admitiram ter dificuldade em comparecer devido a questões profissionais (sobreposição de horários), sendo um dos motivos que poderá originar o afastamento das modalidades desportivas, à semelhança do que é descrito no estudo de Harada e Siperstein (2009).

> "Neste momento não estou a treinar, porque… trabalho por turnos. Não consigo, não dá para gerir porque trabalho ao fim de semana, e como os treinos são cedo, são às 8h, e às 8h tenho de estar a trabalhar, não consigo. (…) Antes tinha mais tempo, agora é que está… de vez em quando, quando posso venho."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao atleta A10)

No que respeita ao trabalho desenvolvido nos treinos, são expostas por alguns atletas duas situações distintas. A primeira refere-se ao tema da socialização, da cooperação, do espírito de equipa, sentido de pertença e união para atingir um objetivo comum. A este respeito, o atleta A5 alude: "era preciso melhorar condições… falta meter outros jogadores novos, uma equipa mais coesa, mais forte, (…) e depois para o futuro que seja uma equipa que possa chegar o mais longe possível" (A5). De facto, tal como inúmeros autores, Hassan e Lynch (2014) referem que o desporto providencia um espaço de aprendizagem de importantes capacidades sociais. Este possibilita o desenvolvimento de capacidades de comunicação, negociação, resolução de problemas, cooperação e trabalho de equipa. Paralelamente, é um espaço onde os atletas devem aprender a competir, respeitando os pré-requisitos éticos do desporto.

A segunda situação mencionada por alguns atletas foi o trabalho técnico e tático desenvolvido nos treinos e o aumento do número de horas de treino. Com efeito, o atleta A11 compara os treinos no clube/instituição que representa com os treinos da Seleção Nacional, referindo a necessidade de melhorar "A corrida, a tática e tudo… (…) técnicas e tudo, passar as bolas, lá «na instituição» não é muito disso, nem nada. É muito passe picado…" (A11).

No entanto, outros aspetos extrínsecos, tanto à equipa como à instituição, são vistos pelos atletas como condicionantes da sua prática desportiva. A nível da organização dos eventos competitivos, diversos atletas referiram a necessidade de "haver mais jogos" (A14), como uma forma de "motivar a equipa" (A16). O atleta A12 justifica-se da seguinte forma: "gostava que houvesse mais jogos, para ver se a gente estamos preparados para os próximos jogos, para ver se a gente ganha para a próxima" (A12). Além disso, alguns atletas referiram o anseio por uma competição mais equilibrada. A ANDDI Portugal pretende implementar um novo sistema de competição no Andebol português, com dois níveis de distintos, isto é, duas divisões, que o atleta A10 comentou:

> "…para os atletas com mais dificuldades, acho que, ter uma segunda divisão, e mesmo para as equipas mais fracas ter uma segunda divisão é melhor, porque… jogar ao nosso nível, algumas equipas que… saem com o "saco cheio", como se diz. E isso aí é desmotivante para alguns jogadores… Disso aí eu acho bem."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao atleta A10)

No entanto, apesar dos benefícios reconhecidos para as equipas com maiores dificuldades, o atleta indica que por outro lado reduz o número de jogos às equipas que se encontram na primeira divisão, "não é muito benéfico para nós" (A10). De facto, a competição a um nível apropriado é dificultada pelo reduzido número de participantes (Brittain, 2010). Para que fosse possível aumentar o número de jogos e o nível competitivo dos mesmos, uma das soluções encontradas pelos atletas "é convidar mais equipas" (A6).

> "Primeiro que houvesse mais equipas, isso era fundamental. E também que as pessoas deixassem de ter o preconceito por causa da deficiência intelectual. Acho que isso são as duas coisas mais importantes."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao atleta A10)

Perante este testemunho, é possível observar que a própria sociedade, através das suas atitudes, falta de financiamento e apoio (Dowling, 2014), se apresenta para alguns dos nossos entrevistados como uma barreira à prática desportiva. A este respeito, os diálogos dos atletas A3 e A10 são esclarecedores:

> "Pode ter sucesso, mas Portugal precisa de mudar muita coisa… Portugal precisa de mudar, precisa um bocadinho… aqueles miúdos que têm aquela… deficiência, sabe? (…) Mas tem aquela capacidade de chegarem mais longe… Portugal tem de ver isso e… acho que quando a gente estamos motivados para alguma coisa, temos de ter alguma coisa por trás… um docinho… uma coisa… (…) para seguir mais em frente… (…) Por exemplo, no Andebol, estamos a tentar arranjar patrocínios e não está a ser fácil, não é? E acho que Portugal tem de mudar essas atitudes… (…) não há muito investimento… Não há nada… Para mim acho que deve dar oportunidades a essas pessoas…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao atleta A3)

> "Tudo bem não está. Era melhor ter mais apoios, as pessoas não serem tão par… como é que se diz? Preconceituosas… por causa da dita deficiência intelectual, que não é diferente de uma pessoa que não tem uma deficiência intelectual. Pode fazer as mesmas coisas."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao atleta A10)

A apreciação destes atletas do estado atual do desporto para pessoas com deficiência, de um modo geral, e do Andebol, em particular, condiz com os resultados obtidos por Wilson e Khoo (2013), a nível internacional, e pelo estudo de Sousa (2014), no contexto português, onde os atletas participantes dos estudos mencionam problemas com instalações e equipamentos, questões económicas, nomeadamente falta de apoio financeiro e falta de apoio público.

Apesar dos obstáculos mencionados por vários dos atletas entrevistados, outros não fizeram referência à necessidade de efetuar qualquer alteração, como se verifica: "Está tudo bem assim" (A1) ou "Eu não vejo mal como está o Andebol. Acho que está bem" (A17).

É de salientar que em todas as categorias e, principalmente nas duas últimas, apesar de vários atletas terem mencionados sugestões, foi notória uma análise mais aprofundada do panorama atual da modalidade pelos atletas que integram a Seleção Nacional. Este facto parece estar relacionado com as maiores capacidades intelectuais e ao nível de comportamento adaptativo que estes atletas exibem.

1.2 Treinadores

Segue-se a análise e discussão das entrevistas realizadas aos técnicos que acompanham equipas de Andebol em Portugal e, consequentemente, os atletas entrevistados. Para compreender o contexto em que se inserem estes técnicos, começamos pela categoria Formação e Experiência, seguindo-se a categoria Condições da Prática e, por último, Classificação Desportiva.

1.2.1 Categoria Formação e Experiência Profissional

Ao contrário do desporto convencional, em que existe a obrigatoriedade dos treinadores possuírem um curso que atribua o grau de técnico numa determinada modalidade, no desporto para atletas com DI, tal não é exigido. É recorrente os treinadores das equipas serem os professores de Educação Física das instituições, ou técnicos de Psicomotricidade, Reabilitação ou Terapia Ocupacional, facto visível na caracterização aprofundada do nosso grupo de entrevistados (ver quadro 10). Esta situação ocorre devido à falta de recursos das instituições para contratar técnicos especializados para cada uma das áreas desportivas em que desenvolvem atividades.

Contrariamente às situações vividas nos contextos das instituições, no caso das equipas de Andebol para atletas com DI incluídas num clube, num contexto externo à instituição, o mesmo não se verifica. Nos clubes os técnicos possuem formação creditada pelo IPDJ[12], através da cédula de treinadores de Andebol e a sua área de desempenho profissional é variada, como por exemplo: polícia municipal, administrativa ou técnico de manutenção hospitalar. No caso concreto, do nosso grupo de estudo, constituido por 13 técnicos, apenas 5 têm dão treinos exclusivamente de Andebol, sendo que desses cinco, quatro possuem cédula de treinador na modalidade em questão. Os restantes treinadores estão ligados a mais do que uma modalidade, sendo que deles, um técnico possui cédula de treinador de Andebol. O facto de apenas cinco

[12] Instituto Português do Desporto e da Juventude

elementos possuírem certificação na área do Andebol, e a maioria dos técnicos estar responsável por várias modalidades desportivas, revela falta de especialização por parte dos técnicos e por parte das instituições numa determinada modalidade, o que é comum na área.

Além da formação na modalidade de Andebol, alguns destes técnicos optam por aprofundar os seus conhecimentos ao nível do desporto para pessoas com deficiência, como se pode observer nos excertos seguintes:

> "Grau três [Andebol] (…) Grau um: cédula da Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T2)

> "Tenho o grau 2 da FPDD que é uma cédula generalista, por isso é que eu digo que sou treinador de desporto adaptado, ponto número um, pronto, e tenho o grau 3 da FAP, de Andebol."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T10)

De acordo com Bota e Teodorescu (2014), a formação dos treinadores assume um papel fundamental, devido à complexidade do processo de ensino-aprendizagem e treino dos atletas com DI. Tal como as autoras, os técnicos T2, T4 e T10 reconhecem esta relevância da formação, tal como é possível verificar pelos seus testemunhos:

> "…existir pessoas com mais formação na área... porque, ah é deficiente... existe pouca seriedade. (…) Antes de atletas há pessoas, e competências básicas que têm de aprender."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T2)

> "…a Federação fez um esforço nesse sentido com as formações que disponibilizou mas acho que deve-se continuar e deve-se formar não só os técnicos – isto não querendo dizer que quem trabalha com eles nas instituições não tenha formação para isso – mas em tudo na vida nós precisamos de atualizações, de estar envolvidos nos meios de formação e fazer periodicamente essas formações, chamemos-lhes reciclagem. (…) Acho que poderiam ser levadas a cabo algumas formações para nós técnicos, não só na parte técnica mas também na parte relacional para conhecer os vários tipos de deficiência com que nós temos de lidar

> diariamente. No fundo para nos prepararmos, porque isso tudo vai-nos ajudar depois a estruturar e trabalhar a parte técnica."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T4)

> "…se é um treinador de Andebol, é alguém que percebe de Andebol, de preferência também com sensibilidade… saber ensinar jovens com deficiência. Eu penso que é o melhor que pode acontecer."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T10)

Nestes excertos é possível perceber que os técnicos consideram a formação dos treinadores fundamental para a formação desportiva e pessoal dos atletas, pelo que sugerem o aumento de formações de modo a renovar ou aprofundar os conhecimentos, tanto sobre a modalidade, como sobre a população-alvo a que se destina, neste caso concreto, atletas com DI.

Adicionalmente, a maioria dos técnicos entrevistados (T2, T4, T5, T8, T10, T11, T13) referenciaram que o seu contacto com a modalidade de Andebol surgiu na infância ou adolescência, enquanto jogador desta modalidade. Este aspeto é significativo na medida em que possuem um conhecimento e uma vivência mais aprofundada, bem como uma perspetiva muito própria do que é a modalidade.

Os restantes técnicos, apesar de não terem experiência enquanto atletas de Andebol, tiveram-na enquanto atletas de outras modalidades como o Futebol, o Atletismo, o Ténis de Mesa ou a Natação. É de salientar este aspeto, pois no caso das modalidades coletivas existem princípios e estruturas semelhantes.

No que se refere ao contacto com pessoas com deficiência, quando este contacto surge em tenra idade, é por norma, consequência da influência dos progenitores que laboram nesta área, ou a existência de uma pessoa próxima com deficiência, como é possível observar pelos exemplos seguintes:

> "…o meu pai trabalha na instituição, eu desde os meus 6 anos 7 que eu já acompanhava as provas dos meninos…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T6)

> "O irmão do meu pai tinha uma deficiência física, tinha uma perna mais curta, ou seja, desde sempre… O meu pai era motorista desde os meus seis anos de

> idade, ou seja, se vou fazer 36 este ano, há 30 anos que convivo. Cheguei em puto a fazer a volta na carrinha com eles, convivo já há muito tempo."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T9)

> "…o meu pai ele é treinador e está ligado, portanto, os dois, os meus pais conheceram-se os dois no ensino especial…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T10)

Não obstante, o contacto com as pessoas com deficiência e com o desporto adaptado, surgiu nos entrevistados deste grupo das mais variadas formas. Desde a essência do curso superior frequentado, mais ou menos direcionado para as pessoas com deficiência e para o desporto adaptado, e os seus estágios curriculares, aos estágios profissionais, passando pelos projetos desenvolvidos pelos clubes aos quais estão ligados os técnicos entrevistados.

> "Recordo que foi num dia aberto organizado pela «instituição», (…) que era Natação e Remo Indoor, foi o que eles fizeram."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T2)

> "Isto foi um projeto que o clube abraçou, e convidou-me para pegar na equipa"
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T5)

> "… o meu primeiro contacto já foi no curso. Eu estava na licenciatura e o nosso curso era muito prático, nós tínhamos muitas visitas a instituições para ver modalidades e havia Boccia, Goalball, outro tipo de desportos completamente diferentes destes desportos dito coletivos que são da população dita normal, desportos mesmo ligados à deficiência…"
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T11)

> "os psicomotricistas entram e estão relacionados, ficam automaticamente relacionados com o desporto adaptado"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T12),

A formação e a experiência de cada um dos técnicos influencia a sua prática, no entanto, as condições proporcionadas pela instituição e/ou clube têm também

uma forte preponderância nas questões relacionadas com a prática desportiva, pelo que importa aprofundar esta temática.

1.2.2 Categoria Contextos da Prática Desportiva

1.2.2.1 Subcategoria Tipo de Prática

Dentro da categoria Condições da Prática, esta é talvez a subcategoria em que podemos observar maior discrepância na opinião dos vários técnicos entrevistados. Seja nos objetivos estipulados, o grupo alvo a que se destina, a duração ou a frequência dos treinos, podemos assinalar contextos distintos.

Em primeiro lugar, mesmo nos clubes/instituições que dispõem de um período específico para treinar Andebol a carga horária é reduzida. A este respeito, o técnico T4 refere: "treino uma vez por semana e treino uma hora. Às vezes conseguimos treinar uma hora e meia, dependendo se há modalidade a seguir ou se não há" (T4).

Em segundo lugar, uma grande maioria das instituições funciona num sistema de aulas de Educação Física, sendo a aula destinada à abordagem de diversas modalidades, consoante o planeamento efetuado pelo professor, ou num sistema de treino partilhado entre duas modalidades, isto é, por exemplo um treino destinado às modalidades coletivas: Futebol e Andebol.

> "Só uma vez por semana a frequência de treino, e vou alternando, ou é Futebol ou é Andebol… (…) faço duas situações de jogo paralelas, Futebol e Andebol, quando sei que tenho uma competição de Andebol, incido só no Andebol. Quando é Futebol… vou tentando gerir assim."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T7)

> "Nas instituições funciona muito assim. (…) São os professores de Educação Física, que tanto dão Basquetebol como dão Andebol, como dão Futebol, até veem as atividades. Ora bem, a ANDDI esta semana vai ser o quê? A atividade que temos para esta semana é ténis de mesa, então vamos treinar ténis de mesa. Para a semana é Andebol, então vamos treinar Andebol, isto ainda funciona muito assim."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T10)

Este tipo de organização incentiva a uma gestão dos treinos consoante o tipo de competições que se aproximam, por vezes treinando mais intensamente umas modalidades em detrimento de outras, noutras aumentando a carga horária dos treinos apenas nas semanas que antecedem as competições, tal como nos foi relatado:

> "…quando há jogos marcados, nós insistimos mais nos treinos e fica três vezes por semana, mais ou menos…"
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T1)

> "Treinos, treino (…) Conseguimos uma, duas vezes por semana, no máximo. Treinamos mais intensamente quando se aproximam os jogos."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T11)

Deste modo, a realidade desportiva dos atletas com DI em Portugal, particularmente na modalidade de Andebol, está longe da realidade idealizada por estes técnicos. Estes consideram as condições, nomeadamente os horários de treino, insatisfatórias comparativamente ao desporto convencional, tal como mencionou o técnico T4 e que motiva o pedido de melhorias nas condições de treino do técnico T2:

> "…vimos treinar aqui uma vez por semana. Não é as vezes necessárias ou aconselhadas, não é, para uma equipa que se pretende do mais alto nível dentro desta modalidade, dentro do desporto adaptado. (…) Estava habituado a fazer várias sessões de treino por semana, de hora e meia cada sessão. E chego aqui, treino uma vez por semana e treino uma hora."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T4)

> "Depois existir mais horas de treino para os atletas, porque treinar uma hora por semana é a mesma coisa que não treinar..."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T2)

Todas as condições que nos foram descritas podem ser consideradas um entrave à especialização destes atletas numa determinada modalidade, pois não

lhes permite a prática necessária para atingir um rendimento desportivo elevado, comparativamente ao desporto convencional, onde a especialização é uma exigência e ocorre cada vez mais precocemente (Estriga, 2012). Com efeito, os atletas destes técnicos, por norma, praticam inúmeras modalidades, como nos mostram os seguintes excertos: "imensas modalidades que eles praticam" (T4) e "fazem mais do que uma modalidade" (T10). Também os atletas do estudo de Harada e Siperstein (2009) tendem a ser praticantes de pelo menos duas modalidades.

Talvez por todos estes motivos, os objetivos estabelecidos por cada técnico sejam também diversificados. Aqueles que têm atletas com maiores capacidades anseiam por objetivos mais elevados, enquanto os restantes afirmam que apesar de importantes, os resultados são relegados para segundo plano. A este propósito, atentemos nalguns exemplos:

> "… se correr mal, não faz mal, da próxima vez corre melhor, e é essa vertente que eu aqui tenho de ter, não é? (…) aqui tenho de ter em conta as limitações deles, exigir quanto baste."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T7)

> "É uma coisinha que a gente vai fazendo por desporto, porque há um encontro ou dois por ano e eles vão convivendo com colegas de outras instituições. É uma atividade que tem plano de atividades e a gente faz porque, pronto, para eles é bom e eles gostam."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T11)

> "…nós levamos três atletas aos *Special*[13], e todos os anos costumamos levar atletas, sempre… Às provas da ANDDI também, no Andebol temos vários para a Seleção Nacional. O que é que acontece é que nós aqui temos realmente bons atletas."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T12)

> "…eu sei que é chato, mas não estar preocupado em resultados, em nada disso, só vou estar preocupado em que eles se divirtam em jogar. Não vou querer que sejam: ai, vamos ganhar isto tudo, não. Estão lá para jogar, para brincarem…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T13)

[13] O Técnico T12 refere-se aos Special Olympics.

Estes testemunhos permitem-nos perceber que as distintas realidades que os técnicos experienciam, levam-nos a perspetivar a prática desportiva, de um modo geral, e o Andebol, particularmente, de forma distinta. De acordo com Hassan e Lynch (2014), o técnico deve conhecer o atleta ou o grupo de atletas com o qual desenvolve o seu trabalho, no sentido de estimular a melhoria técnica, bem como a condição física geral do seu público-alvo, estabelecendo objetivos e proporcionando tarefas adequadas às suas potencialidades, mas também às suas dificuldades.

A associação destas questões, conjuntamente com o facto de a população-alvo serem atletas com DI, gera uma série de implicações e obstáculos à prática desportiva.

1.2.2.2 Subcategoria Barreiras

Esta subcategoria pode ser dividida em dois grupos, de acordo com a tipologia de obstáculos apresentados pelos treinadores: i) obstáculos externos e ii) dificuldades relacionadas com a caracterização do grupo de trabalho. Paralelamente, no que se refere às implicações da prática, estas são, fundamentalmente, inerentes ao planeamento e realização do treino.

Não obstante, houve treinadores/técnicos que quando questionados sobre as dificuldades sentidas no trabalho com atletas com DI, mostraram não ter sentido dificuldades ou, desvalorizaram-nas.

> "…de vez em quando, tenho uma ou outra dificuldade, mas nada que que não aconteça com atletas ou alunos do ensino regular, não… Sinceramente não noto assim grande diferença."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T6)

> "…a nível de dificuldades acho que não passei assim tantas apesar daquelas já que uma pessoa já estava a espera. (…) acho que não houve grandes dificuldades, pelo menos a interagir com eles…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T8)

> "(…) Não há grandes dificuldades, não há. Assim como nós temos a nossa condição enquanto seres humanos, temos mais bom ou mau feitio, ou somos mais ou menos tolerantes a diversas situações, o que vai acontecer é que eles também o têm."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T12)

Ainda assim, ao longo das entrevistas, e com o decorrer de relatos das experiências dos técnicos entrevistados, foi sendo feita referência a dificuldades e obstáculos encontrados.

Relativamente aos obstáculos externos a si ou aos atletas, os técnicos referem os apoios, as condições físicas (infraestruturas, material, entre outros) e financeiras proporcionadas para a prática desportiva, bem como a sensibilização, de um modo geral para o desporto praticado por atletas com deficiência, e em particular por atletas com DI.

Comparativamente aos treinos, nem todas as instituições apresentam as melhores condições para a prática desportiva, como se percebe pelos excertos seguintes:

> "São aqui, no campo da instituição. Que é campo aberto, de cimento. Portanto nem sempre fazemos. Quando não há condições climatéricas. Depois também no ginásio, nós temos um ginásio, é pequenito mas dá para fazer algumas coisas mais pequenas, os passes e assim, e a preparação física, nas máquinas do ginásio."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T1)

> "…aqui a gente tem uma limitação, o campo não tem as medidas regulamentares, é muito pequenino. Quando nós vamos jogar num campo normal eles cansam-se logo porque não estão habituados. A gente treina aqui um contra-ataque, passo a bola da baliza, eles já estão dentro da área."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T11)

O contexto apresentado pelos técnicos vai de encontro aos estudos de Jaarsma et al. (2014) e de Wilson e Khoo (2013), a nível internacional, e o estudo de Sousa (2014) a nível nacional, que indicam que os atletas com deficiência, de um modo geral e não apenas os atletas com DI, encontram diversos entraves à prática desportiva, como por exemplo a falta de técnicos especializados,

condições nas infraestruturas desportivas e facilidade nos meios de transporte. Não obstante, existem exceções, nomeadamente, instituições que utilizam infraestruturas externas, como pavilhões e piscinas municipais, assim como aquelas que usufruem de infraestruturas próprias com melhores condições, comparativamente às situações acima descritas. Apesar desta última ser uma situação invulgar, no caso do grupo entrevistado, é-nos relatada pelo técnico T6:

> "…nós temos duas infraestruturas, digamos assim… temos o pavilhão interior e tem um bocado a ver com as condições climatéricas… quando não estão muito propícias, ficamos no pavilhão interior, quando nos é possível como se fosse o dia de hoje possivelmente estaríamos lá fora porque temos a pista de Atletismo e temos um campo de Futebol sintético, Futebol… Andebol… dá para ambas as coisas."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T6)

À falta de condições físicas e materiais, os técnicos acrescentam a falta de sensibilização de agentes internos e externos à prática desportiva destes atletas e as dificuldades económicas que as instituições e clubes detêm.

> "…falta de sensibilização de quase todos os agentes, desde desportivos, de autarquias, de tudo. Segunda dificuldade, material. Terceira, monetária. E por aí… Quarta, instalações adaptadas…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T2)

> "A comunidade ainda pensa que a pessoa com incapacidade não consegue fazer grande coisa. Isso é errado e é mentira porque eles fazem grandes coisas."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T3)

> "…estas instituições têm dificuldades financeiras, como é óbvio, e, para irmos a uma série de atividades, (…) é muito dispendioso e é complicado para nós… (…) houve algumas participações, mas depois, de há 10 anos para cá tem-se ido perdendo um bocadinho por isso, pelas distâncias e pelos custos das coisas."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T11)

Os obstáculos à prática de atletas com deficiência são inúmeros e encontram-se abundantemente descritos na literatura. Tal como os entrevistados do nosso estudo, Dowling (2014) e Wilson e Khoo (2013) mencionam que, no

desporto para atletas com deficiência, estes enfrentam barreiras como a falta de infraestruturas ou material adequado. Estas barreiras são também mencionadas pelos atletas portugueses do estudo de Sousa (2014), que acrescentam ainda as dificuldades económicas e financeiras e, simultaneamente, a falta de apoios neste âmbito. Estas dificuldades estão representadas na aquisição de material, nas deslocações para as competições ou no alojamento quando necessário. Consequentemente, é inevitável tecerem-se considerações sobre as discrepâncias que ocorrem entre o desporto para atletas com deficiência e o restante contexto desportivo. O exemplo máximo deste último aspeto é a falta de apoios, suporte e premiação das comitivas paralímpicas comparativamente às olímpicas (Kell et al., 2008), ou a exposição do desporto para atletas com deficiência através dos meios de comunicação, que é ainda bastante reduzido (Sousa, 2014), e por vezes desadequado, no sentido em que de forma pejorativa foca a deficiência e não o desempenho dos atletas (Thomas & Smith, 2009).

> "…deixa-me triste e um bocadinho intrigado, porque quando eu iniciei este projeto comecei a receber notícias de participações internacionais, não só de Andebol mas de Atletismo e de outras modalidades em que nós éramos medalhados, em que ganhávamos torneios a nível de Seleção, a nível de outros clubes e depois não há esse feedback a nível de órgãos de comunicação social. Nós não precisamos de uma notícia de 2 minutos ou 5 minutos no jornal da noite, não há essa necessidade, mas há a necessidade de, assim como os outros, quando eu digo os outros, digo os atletas de desporto regular, que também são reconhecidos quando ganham medalhas… (…) Nos Jogos Paralímpicos aí há divulgação e mesmo assim há uma diferença muito grande entre o que é Olímpico e o que é Paralímpico. Mas mesmo quando não é nessas provas Paralímpicas acho que devia haver uma maior divulgação."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T4)

Esta falta de apoios condiciona também a envolvência dos participantes no contexto desportivo para atletas com deficiência. Deste modo, tanto atletas como equipa técnica se vê forçada a conjugar a prática desportiva com o emprego, não podendo dedicar-se inteiramente à primeira, o que ao nível do alto rendimento é fundamental (Kell et al., 2008).

Paralelamente, surgem dificuldades inerentes às características individuais dos atletas ou do grupo de trabalho. Neste quadro, os técnicos referem-se a dificuldades nos domínios: físico, cognitivo, psicológico e social.

O desenvolvimento motor das pessoas com DI é tardio e desenrolasse de forma mais lenta. De acordo com Fegan (2011), quanto maior o grau de DI, maior será o atraso no alcance das metas de desenvolvimento. Comparativamente à população geral, as pessoas com DI possuem também um elevado risco de excesso de peso e obesidade, bem como propensão para o surgimento de diversas doenças associadas, em consequência de um estilo de vida sedentário (Mikulovic et al., 2014). Concomitantemente, possuem níveis de aptidão física reduzidos, ou seja, índices de força, resistência, agilidade, equilíbrio, velocidade, flexibilidade e capacidade de reação baixos (Fegan, 2011). A este respeito, apresentamos alguns exemplos relatados pelos técnicos entrevistados e que vão ao encontro das opiniões dos autores:

> "…como treinam pouco, a própria resistência física não é a melhor. Porque não se consegue fazer um trabalho de resistência física bom e não é fácil aguentar a carga física de um jogo de uma hora com um treino uma vez por semana."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T4)

> "…é a falta de bases deles quando nos chegam com 18 anos. (…) Sinto uma falta de bases, da consciência corporal, às vezes nem a direita nem a esquerda sabem (…) parece que nunca tiveram Educação Física na vida, alguns parece que nunca brincaram na vida, nada, e esta falta de bases às vezes compromete tudo o resto…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T9)

> "A condição física e a resistência deles... eles fazem um aquecimento de 5 minutos e estão com a língua de fora, estão cansadíssimos (…) …eu tento não falar muito em direitas e esquerdas e tentar que eles façam de impulso, (…) Corre melhor do que estar a induzir: Não é com esse pé! Mas não é com esse pé!"
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T11)

Além destes aspetos, é possível que os atletas tenham duas ou mais deficiências associadas, nomeadamente, deficiência motora associada à

intelectual (Fegan, 2011). Neste caso, esta pode também revelar-se uma condicionante importante na prática desportiva destes atletas.

> "Temos bons atletas e atletas com maiores dificuldades, (…) alguns casos que têm incapacidade (…) uma limitação motora…"
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T3)

> "…eu tenho alguns atletas que também têm, misturado com a parte intelectual, algumas deficiências motoras…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T4)

> "…tenho outros atletas que é mesmo mobilidade reduzida, por causa de acidentes. E tentar abarcar tudo isto, criar uma equipa competitiva, por vezes é muito complicado"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T7)

Tanto os baixos níveis de aptidão física, como a possibilidade de comorbilidades associadas à DI, acarretam implicações no planeamento e realização do treino, tal como nos transmitiu a técnica T5:

> "O maior problema é em termos físicos ter algum cuidado na construção dos exercícios. (…) Como é um grupo muito heterogéneo, (…) temos de ter algum cuidado com a construção dos exercícios para não provocar lesões, apesar de que o rendimento, a resposta deles ao treino também nunca é muito intensa."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T5)

Não obstante, Fegan (2011) salienta que as limitações na atenção e compreensão dos atletas com DI são maiores do que propriamente as limitações físicas ou de controlo motor. Tal como a autora, os técnicos entrevistados colocam maior enfâse no défice intelectual que os atletas apresentam.

> "As maiores limitações prendem-se um bocado com a falta de concentração, às vezes pela própria atenção durante o jogo, pelo grau de distração - pela quantidade de estímulos que recebem durante o jogo – pela dificuldade na assimilação de regras (…) compreensão da dinâmica do jogo – que é isso que, às

vezes, percebo que eles bloqueiam, de não conseguirem antecipar quer a jogada quer o movimento do adversário e do colega..."

(Excerto retirado da entrevista à técnica T3)

"…às vezes é mais complicado, porque se distraem facilmente e querem estar a brincar, e temos de os motivar para a tarefa (…) temos de estar constantemente a reforçar."

(Excerto retirado da entrevista ao técnico T12)

As dificuldades características da DI ao nível de capacidades académicas e de aprendizagem refletem-se também na dificuldade de transmissão de conhecimento pelos treinadores/técnicos.

"…como é óbvio a aprendizagem e a evolução não é muito fácil (…) o ensino é mais complicado, mais demorado, mais doloroso."

(Excerto retirado da entrevista ao técnico T8)

"…sobretudo aqueles que têm mais dificuldades de compreensão, pronto, é uma evolução muito lenta."

(Excerto retirado da entrevista ao técnico T10)

"Às vezes é passar a mensagem, tentar que eles percebam o que é que se pretende do exercício, não é só o fazer por fazer, é… (…) Às vezes é conseguir passar a mensagem, conseguir ser direto, e ser conciso. Julgo ser esta a grande dificuldade, porque de resto eles entendem…"

(Excerto retirado da entrevista ao técnico T13)

Estas dificuldades são ainda mais evidentes quando se tratam de jogos desportivos coletivos, devido à necessidade de apelar à capacidade de tomada de decisão (saber o que fazer) aliada à competência motora (ser fisicamente capaz de o fazer) (Tavares & Casanova, 2015). Assim, sendo o Andebol uma modalidade coletiva apresenta especificidades que podem ser de difícil assimilação por parte destes atletas com DI, tal como nos relatou a técnica T5:

"Sabemos que em termos cognitivos é difícil exercícios muito complicados, não é? O que eu faço são coisas muito simples, mais situações individuais, porque enquanto são *skills* – eles sozinhos com a bola, por exemplo, ou drible, não há

> problema nenhum, atirar a bola ao ar, aquelas questões de coordenação. O problema começa quando tem de haver aquele diálogo, eu, o outro e a bola. Aí começam os problemas. (…) tem de ser tudo com muita calma, frases curtas, pontos tipo 1,2,3: passa, recebe, corre. (…) Eu acho que eles, [limitações] cognitivas têm muitas, não é? (…) A colocação dentro de campo, o espaço onde têm de estar… (…) De vez em quando já estão dentro da área para receber a bola, pronto não têm essa noção…"
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T5)

De acordo com Hills e Utley (2010), as limitações nas capacidades de pensamento abstrato, concentração e tomada de decisões dos atletas com DI, como as que nos foram apresentam, requerem uma adequação da parte do treinador, nomeadamente, através de uma instrução simples e clara, bem como a transmissão de feedbacks diretos, específicos e focados. A este respeito, o técnico T6 refere a necessidade de:

> "…sermos claros naquilo que pretendemos porque eles assim, conseguem atingir aquilo que é o objetivo específico."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T6)

Em consonância com Hassan e Lynch (2014), uma correta adequação e modificação das técnicas de ensino e de treino do treinador, permitem que todas as pessoas, independentemente das suas limitações, possam participar na modalidade escolhida. À sua própria maneira, os treinadores vão selecionando as estratégias que mais se adequam à sua personalidade e às características do grupo com quem desenvolvem o seu trabalho. No entanto, um bom processo de ensino-aprendizagem não depende apenas das características e capacidades do atleta, mas também da capacidade do treinador transmitir o conhecimento, demonstrá-lo e corrigi-lo. Assim, o treinador deve procurar o máximo de estratégias que permitam melhorar este processo. Dadas as dificuldades dos atletas em compreender exercícios mais complexos, a demonstração por parte do técnico ou de colegas com maiores capacidades é uma boa opção e uma forma de expor a informação da tarefa, por um meio (visual) mais fácil de compreender. Simultaneamente, a existência de um défice cognitivo incute a

realização dos exercícios diversas vezes, de modo a facilitar a assimilação da informação.

> "…muitas vezes, nós temos de agarrar neles, (…) e fazer o trabalho com eles agarrados pela cintura."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T5)

> "…nós explicamos as coisas, não vai de forma verbal, vamos exemplificar, vamos fazer demonstração (…) …o material que é utilizado também facilita que eles se lembrem, porque eu explico mas eu acabei de explicar e eles já não se lembram do que é que têm que fazer, ou veem pelo vizinho da frente, não é? Quem vai à frente faz (…) e eles mais ou menos por imitação fazem, pronto dentro das suas capacidades. Aqui, a colocação de alguns materiais pode também facilitar a aprendizagem, para perceber o que é que têm que fazer."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T11)

A desconstrução das tarefas em habilidades motoras mais simples, bem como o recurso a materiais para sinalizar a progressão das habilidades dentro da própria tarefa são outras estratégias encontradas pelos técnicos para melhorar o processo de ensino-aprendizagem dos seus atletas. Os técnicos entendem que estas adaptações são tão mais necessárias quanto menor for a vivência desportiva e o contacto do atleta com a modalidade, mais concretamente o Andebol.

> "…eles tomaram contacto com a modalidade há muito pouco tempo, (…) não estruturo um treino com muitos exercícios porque estar sempre a mudar de exercício não ajuda… O treino já é pequeno em termos de duração, se estiver sempre a mudar de exercício é sempre nova informação a entrar naquelas cabeças, não é? Entre aspas. E nova informação que é preciso assimilar e pôr em prática. Isso demora tempo, demora mais tempo que no desporto regular."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T4)

Concomitantemente, estes atletas podem apresentar défices ao nível psicológico e social. Em alguns dos casos, estas dificuldades podem, efetivamente, condicionar a sua prática desportiva, nomeadamente a nível de ambiente com os colegas e treinador, bem como ao nível do seu desempenho

desportivo. Neste âmbito, Sherrill (2004) destaca as capacidades sociais em que as pessoas com DI podem apresentar limitações, nomeadamente: relação interpessoal, responsabilidade, autoestima e cumprimento de regras. Estas podem, efetivamente, condicionar a performance da pessoa com DI a diversos níveis, inclusive no contexto desportivo.

Relativamente às relações com os outros, nomeadamente com os colegas de equipa, os técnicos recordaram situações de conflito ocorridos no contexto desportivo, que de acordo com Fegan (2011) são consequência das limitações nas capacidades anteriormente mencionadas, e que são demonstradas pela incapacidade de fornecer respostas adequadas a situações sociais e emocionais mais complexas. A este respeito, apresentamos alguns exemplos apontados pelos técnicos entrevistados.

> "…comportamentos assim mais infantis ou um bocadinho a intolerância ao cumprimento das regras e das ordens (…) E entre eles há sempre aqueles que se destacam mais ou pela liderança ou porque até são melhores a jogar Andebol e acham que podem dar conselhos."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T4)

> "...às vezes existem quezílias, se existem quezílias no desporto dito regular… ali por vezes também existem. Lá está, muito dessas quezílias vêm pela vontade de ganhar."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T10)

> "Porque eles depois não têm aquela coisa da censura, não é? Por exemplo, nós não vamos dizer uma frase que eu sei que pode magoar o outro, se calhar penso 2 vezes e não digo, mas eles não têm esse discernimento..."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T11)

O desporto é, assim, visto como um meio privilegiado para o desenvolvimento destas questões de socialização e controlo emocional, através da transmissão de estratégias para gerir e controlar as suas emoções (Hassan & Lynch, 2014). Este ensino deve ser feito através de experiências que auxiliem os atletas a determinar os comportamentos e respostas emocionais que são socialmente aceites, e, deste modo, serem capazes de responder

adequadamente às diversas situações (Fegan, 2011). Entre estas, os técnicos assinalam a falta de confiança, baixa autoestima, frustração, ansiedade e *stress*.

> "…eles ficam muito nervosos, ficam muito nervosos. Alguns até me pedem para sair, arranjam ali uma desculpa qualquer que dói aqui e que dói ali, porque sabem que é um desafio acima das expectativas deles."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T4)

> "…durante o treino, alguns não conseguem lidar bem com a questão do insucesso, com a frustração. (…) Há ali uma dificuldade de aceitação no processo, da crítica."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T5)

> "É muito frágil, tudo aquilo balança muito. Se as coisas correm bem, ele é o melhor, é o maior, e fez isto e fez aquilo. (…) é um excelente atleta, e ele num jogo, é capaz de desequilibrar. Mas se as coisas estiverem a correr bem ele joga e faz jogar, se as coisas estiverem a correr mal, ele nem joga nem faz jogar, ele tenta fazer tudo sozinho…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T12)

Não sendo comum a todos os atletas, é frequente os treinadores debaterem-se ainda com a questão da desmotivação para a prática desportiva e os estilos de vida pouco saudáveis, como o sedentarismo, característicos desta população (Gobbi et al., 2014).

> "… hoje estão bem, amanhã já não estão, miúdos que para ir a uma atividade hoje ficam muito contentes por irem, pode chegar ao dia e não querem ir e eu tenho de os substituir em cima da hora. A nível emocional são pessoas muito inconstantes, nunca sabemos muito bem com que tipo podemos contar."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T7)

> "É óbvio que também há limitações em termos da motivação deles, eles hoje apetece, amanhã não apetece... Um está triste porque aconteceu-lhe qualquer coisa na família, ou isto ou aquilo, pronto e, depois parte da nossa criatividade tentar motivá-los…"
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T11)

À semelhança de todos os atletas, os atletas com DI parecem ser motivados por uma ampla gama de recompensas (Bastos & Martin, 2015), incluindo o respeito e reconhecimento (Wilson & Khoo, 2013). Este aspeto encontra-se presente no testemunho do técnico T7, quando afirma:

> "E depois há outra coisa, no treino por vezes fazem coisas extraordinárias, e chegam ao jogo ficam tão nervosos, tão stressados que as coisas não saem. Eles sentem que querem trazer uma medalha, querem-me agradar a mim, querem agradar o diretor do centro, querem trazer algo significativo, um troféu, isso por vezes interfere negativamente no rendimento deles. É a ansiedade."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T7)

De forma a combater estes sentimentos e inseguranças dos atletas, os treinadores recorrem, principalmente, ao reforço positivo, à adequação dos objetivos, expectativas e exigência, e à divisão por grupos de trabalho.

No treino, o *feedback*, além da função de correção, assume um importante papel na questão motivacional do atleta, nomeadamente através da sua transmissão de forma positiva, enquanto reforço e encorajamento (Rosado & Mesquita, 2009), tal como refere o técnico T4:

> "…tento dar algum reforço a quem correu mal o treino ou a quem não está a ser bem-sucedido... (…) Falando dos que estão com um nível mais avançado, porque eles têm uma missão que às vezes é fácil nos jogos, não é? Eles vão para ganhar e às vezes é fácil conseguir ganhar. Então consigo motivá-los ao incutir-lhes aquelas tarefas de ajudar os outros, os que não estão tão evoluídos, e isso também levam à risca…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T4)

Todavia, independentemente dos *feedbacks* positivos que se possam transmitir, se as tarefas não forem adequadas e pensadas para as potencialidades e dificuldades específicas do grupo, desenhadas através de objetivos apropriados para os atletas, os níveis motivacionais poderão diminuir.

> "…muitas vezes não consegues tirar muito rendimento deles mas pronto, há objetivos, tenho uns objetivos traçados para uns atletas e outros para outros. Uns

> que o objetivo é competição propriamente dita e outros que o objetivo é desenvolve-los o mais que puder, o convívio, é eles poderem praticar aquilo que gostam sem qualquer exigência ao nível competitivo, pronto, nós puxamos por eles aquilo que conseguimos puxar."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T10)

> "Não posso exigir-lhes ações que não conseguem sequer realizar ou conseguem sequer pensar… (….) Com eles é tentar partir do mais simples e a partir daí tentar realizar as ações…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T13)

No caso de equipas muito heterogéneas, ao nível de capacidades físicas, desportivas e intelectuais dos atletas, o estabelecimento de objetivos é uma tarefa difícil e apresenta-se como uma condicionante da prática desportiva em vários níveis. A este respeito, o técnico T9 refere:

> "Para este tipo de trabalho de desportos coletivos ou de outro tipo de exigência já devia ser mais homogéneo e às vezes aqui notamos que um consegue driblar com as duas mãos e ali percebe que é a baliza e outro que ainda fica parado: ah… o que é que eu faço? Isso condiciona um bocado..."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T9)

De modo a atenuar as discrepâncias que possam surgir entre atletas com níveis de desempenho distintos, e com o intuito de obter o máximo rendimento de cada atleta, quando possuem condições para tal, é frequente os técnicos realizarem divisão por níveis, de modo a adequar os métodos e objetivos a cada grupo. Este aspeto é fundamental, uma vez que nas modalidades coletivas é muito difícil fazer, efetivamente, um trabalho individualizado com os atletas, apesar de este ser importante neste tipo de população.

> "…conseguimos fazer dois grupos distintos. Uns que já dominam, que já têm uma convivência muito grande com a bola, o contacto com a bola e os exercícios, e outros que ainda têm muitas dificuldades, não só motoras, mas também de executar aquilo que se pretende. Então, quando juntamos tudo, às vezes nota-se ali algumas dificuldades porque uns conseguem fazer e fazem-no rápido, fazem-no bem, e outros demoram muito tempo e quebram um bocadinho o próprio ritmo do treino, do

> trabalho no treino. (…) Porque acontecia muitas vezes no grupo que está mais evoluído, quando está ali algum colega que dificulta, de certa forma, a execução do exercício ou porque perde a bola, ou porque se atrasa ou porque não percebeu, ou porque está naquele sítio naquele *timing*, os outros também ficam um bocado frustrados com o estar sempre a parar, nunca conseguimos fazer isto. E então para evitar um bocadinho esse sentimento de frustração conseguimos fazer aqui."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T4)

> "Há coisas que dão para fazer em conjunto… Claro que uns fazem num ritmo mais elevado, outros fazem num ritmo mais baixo… mas depois há assim umas partes que terão de ser obviamente diferentes, quer para uns quer para outros, que é para ir de acordo com a especificidade e capacidade de cada um. Não dá para fazer a mesma coisa para todos."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T6)

Este aspeto é corroborado por Dowling (2014), ao aludir à necessidade de adaptar os programas e atividades desportivas, nomeadamente às capacidades dos participantes, para atingir um bom desenvolvimento do desporto para atletas com DI. Este aspeto não se refere exclusivamente à formulação dos objetivos, quer de equipa, quer individuais, mas a todos os assuntos relacionados com o contexto desportivo. A este respeito, o técnico T7 menciona a necessidade de colocar em prática o conceito de equidade.

> "…ser justo aqui não é ser igual para todos (…) porque cada um tem uma realidade completamente diferente do outro e ao ser justo tenho de ser diferente. Há regras que são para todos, há formas de as abordar da minha parte que são diferentes."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T7)

Deste modo, as tarefas que para uns atletas são demasiado fáceis para outros são inacessíveis. A atuação do treinador deve ser centrada na realização de tarefas que sejam acessíveis, mas simultaneamente desafiadoras para os atletas. Não obstante, o nível de exigência mantém-se, consoante os níveis dos atletas e dos objetivos adequadamente propostos. As expectativas dos técnicos são moldadas à realidade com que estes se deparam.

> "Tem de ser ações muito simples, do muito do que aprendi na faculdade, aqui tem de ser mesmo o básico. Isso é o único aspeto negativo, que nas escolas desde o primeiro período até ao terceiro período vejo a evolução deles que é muito maior. Aqui existe essa evolução, mas é uma evolução mais gradual, mais complicada, muito atribulada. Às vezes pensamos que já atingimos uma determinada etapa, que já sabem rematar bem, por exemplo, e no treino a seguir já estão a rematar mal, é inconstante, por assim dizer."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T7)

> "…não posso fazer alguns exercícios mais complexos (…) porque depois, ou não acompanham a nível físico ou têm dificuldades de compreensão do exercício, mas tento fazer o melhor possível…ensinar o máximo…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T8)

Além de todas estas dificuldades apresentadas pelos técnicos, alguns entrevistados referem ainda dificuldades relacionadas com a saída e entrada dos atletas na equipa, bem como o tipo de população com quem trabalham, isto é, atletas que estão inseridos em instituições, no CAO ou em formação, que implicam uma gestão particular, nomeadamente, nos horários de treinos.

> "A questão aqui é que eles passam pela formação e umas vezes estão presentes, por exemplo num período de tempo são uns, depois no fim do ano já são outros"
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T1)

> "…só conseguimos basicamente trabalhar com a população do CAO (…) quando transitam para a Formação como não temos o Desporto após as 17h30, 18h, não é fácil também mantê-los…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T9)

A incompatibilidade da prática desportiva com outras atividades, como atividades académicas ou de emprego, conduzem ao abandono da prática desportiva de alguns atletas (Harada & Siperstein, 2009). Estas alterações provocam alguma instabilidade no grupo de trabalho/equipa e, consequentemente, no trabalho desenvolvido pelo técnico. A este respeito, podemos observar dois exemplos.

> "…neste momento um grupo está muito reduzido porque alguns trabalham… não têm muita disponibilidade para vir"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T6)

> "…situação de jogo, às vezes é difícil fazer porque são muito poucos…"
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T11).

Não obstante, é importante ressalvar que apesar dos obstáculos e implicações da prática aqui extensamente apresentados, há também diversos aspetos positivos no trabalho com atletas com DI que são destacados pelos técnicos.

1.2.2.3 Subcategoria Aspetos Positivos

Entre os aspetos positivos mais referenciados pelos técnicos entrevistados, encontram-se a gratificação e a realização pessoal do técnico, bem como o desenvolvimento social, físico, psicológico e das competências desportivas dos atletas (McConkey et al., 2013).

No que concerne aos aspetos positivos para o desenvolvimento pessoal e profissional dos técnicos, estes atribuíram grande importância à realização e à gratificação pessoal, bem como a todo o processo de aprendizagem que possa ocorrer, como é possível observar pelos testemunhos que se seguem:

> "Primeiro realização pessoal, por ser parte de um trabalho que há pessoas que chegaram aqui não conseguiam andar sequer, hoje correm para a frente e para trás… é muito gratificante, é a felicidade e a expressão que os meus atletas demonstram quando vêm treinar e jogar…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T2)

> "…o mais positivo é o contacto, o contacto com as pessoas, o relacionamento interpessoal, o perceber as limitações dos outros e o ter que me adaptar a essas limitações, porque eu sou uma pessoa, normalmente, muito ativa no treino, de facto nervosa, não é? E aqui não, isto para mim é um ensinamento, porque aprendi a controlar-me, aprendi que são pessoas que eu não posso lidar da mesma maneira que lido com os miúdos."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T5)

De acordo com Nunn (2008, p. 108), "Successful training will not always mean winning, but should always mean growth! Through sport the opportunity to learn about the individual, regardless of the position they hold within the team, is enormous." Por outras palavras, o sucesso do treino desportivo é visível através do desenvolvimento do atleta, o que vai de encontro ao que foi narrado pelo técnico T4: "É muito gratificante vê-los crescer" (T4). Deste modo, os técnicos atribuem uma elevada importância ao desenvolvimento dos seus atletas.

> "Pequenas conquistas, tanto as conquistas de treino, senti-los a evoluir. Dos mais aptos e nos menos aptos…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T10)

> "A experiência humana. Eu ignoro um pouco a parte desportiva, eu acho que o sucesso é relativo em termos desportivos, eu agrada-me muito mais, neste caso, que «F», «G» e «H» consigam ir a Los Angeles e terem essa experiência, viverem aquilo de uma forma bem conseguida e chegarem lá e divertirem-se e fazerem aquilo a que se propõem, do que propriamente virem de lá com medalhas, e trazerem, e mostrarem… e tudo mais."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T12)

> "Sempre que conseguimos presenciar uma evolução, ou eles conseguem melhorar um movimento ou conseguem realizar uma ação, é sempre positivo."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T13)

Não obstante, tal como afirma Sousa (2014), o sucesso, a vitória e a ascensão são conceitos sobrevalorizados na sociedade quotidiana, em diversos contextos, inclusive no desportivo. Por este motivo, os técnicos conferem também importância às conquistas desportivas, às vitórias alcançadas e à obtenção de prémios.

> "…é sempre gratificante quando vimos um atleta que é treinado por nós, a ganhar uma medalha de ouro… ou a fazer um resultado que foi acima das espectativas…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T6)

> "…eu tenho o bichinho da competição dentro de mim, (…) pela conquista de títulos, pela competição propriamente dita… (…) Obviamente que a mim me motiva muito as conquistas desportivas."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T10)

Ainda que o desenvolvimento dos atletas e o alcance do sucesso desportivo sejam destacados pelos técnicos, outros valores e aspetos positivos foram mencionados, como o desenvolvimento da própria modalidade, que é recente e necessita de toda a ajuda para crescer ou os benefícios que o desporto acarreta aos seus praticantes. Em relação ao primeiro aspeto aqui referido, o técnico T8 afirma que:

> "…é sempre muito gratificante estar a ensinar este desporto, a pessoas que se calhar se tivessem só na instituição não tinham essa oportunidade (…) senti que estou também a fazer um bem à modalidade, estou a ajudar a impulsionar esta modalidade. Acho que todas as pessoas têm direito a jogar Andebol. E gostava que houvesse mais equipas que fizessem o que o clube faz, tivessem uma secção de desporto adaptado, porque seria tão bom para eles como seria bom para os clubes e gratificante para toda a gente."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T8)

No que se refere aos benefícios proporcionados pela prática desportiva, os técnicos mencionaram, essencialmente, o progresso dos atletas ao nível de bem-estar físico e psicológico, das suas capacidades individuais e desportivas, bem como do reconhecimento que apenas com o desporto é possível (Dowling, 2014). A este respeito, apresentamos alguns exemplos das narrativas dos técnicos entrevistados.

> "…estar envolvidos neste espírito e neste ambiente saudável, que os tira também de casa, que os tira se calhar de outras situações menos boas para a vida deles. Se calhar muitos deles conseguem ter neste tipo de atividades o apoio e o reconhecimento, o acompanhamento que não têm em casa ou nas instituições…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T4)

> "…mostrar à comunidade que eles são capazes de fazer as coisas tão bem como as outras pessoas."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T11)

Relativamente à motivação dos atletas para a prática, que anteriormente foi descrita como uma dificuldade encontrada pelos técnicos, é aqui apresentada com uma outra faceta, neste caso positiva. Nos atletas com menores índices de motivação para a prática desportiva "a motivação deles irem para a aula já é um aspeto positivo" (T13). Deste modo, mesmo os técnicos que se deparam com a dificuldade em motivar atletas para a prática desportiva descrevem também situações opostas:

> "…aqueles que estão, estão motivados e o desporto tem essa vantagem (…) Este é o escape deles, irem para ali bater umas bolas, jogar e saltar. (…) Para nós é uma vantagem puder trabalhar com eles, puxar ao máximo, numa atividade que para eles é motivadora e que eles gostam de fazer."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T11)

> "Eles estão motivados, não só pela prática da modalidade, mas também estão motivados porque sabem que estão numa equipa vencedora. Isso é importante para eles também se motivarem. E estão motivados porque sabem que trabalhando dentro das suas possibilidades, eles têm sempre possibilidade de jogar."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T4)

À semelhança dos restantes atletas (Bastos & Martin, 2015), a obtenção de resultados, sucesso e reconhecimento parece ser um dos principais fatores motivadores dos atletas com DI, que tal como no estudo de Garci e Mandich (2005), é afirmado como sendo uma das razões fundamentais pela qual os atletas e as equipas competem. O ingresso na Seleção Nacional representa para todos os atletas o auge da sua carreira, do sucesso e de reconhecimento. Por este motivo, o técnico T10 relata:

> "…em termos de Seleção Nacional aí nem vale a pena questionar. Estão ali porque gostam e têm altas capacidades para estar ali e adoram…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T10)

Em modo de síntese, apesar de todas as dificuldades e obstáculos que se possam erguer à prática desportiva dos atletas com DI, existem sempre aspetos

positivos que fortalecem o espírito quer de atletas, quer de técnicos, de modo a continuar a batalha desportiva que é a obtenção de resultados e de, consequente, visibilidade e reconhecimento.

1.2.3 Categoria Classificação Desportiva

A Classificação Desportiva possui um importante papel no desporto para atletas com deficiência, uma vez que providencia uma estrutura para a competição, que procura garantir a equidade e justiça na participação de todos os atletas, permitindo que os resultados obtidos sejam consequência do seu treino, talento e empenho (Howe & Jones, 2006; INAS, 2010b). Assim, a Classificação Desportiva subdivide-se em dois processos: a elegibilidade, necessária em quase todas as modalidades e áreas de deficiência no contexto do desporto para atletas com deficiência; e a classificação, que impõe uma categorização dos atletas, agrupando-os por grupos de competição, que é própria de algumas modalidades e áreas de deficiências (IPC, 2007; INAS, 2010b). Deste modo, esta categoria encontra-se dividida na subcategoria Elegibilidade e na subcategoria Equidade e Competitividade, uma vez que estes foram os principais assuntos focados pelos técnicos quando colocadas questões sobre a temática da classificação desportiva.

1.2.3.1 Subcategoria Elegibilidade

A elegibilidade averigua a existência de uma deficiência, neste caso intelectual, através dos três critérios definidos pela OMS e a AAIDD. Para o atleta com DI ser elegível tem de apresentar défice ao nível do funcionamento intelectual (QI inferior a 75) e ao nível do comportamento adaptativo, e este tem de ter sido diagnosticado durante o período de desenvolvimento (INAS, 2010b, 2014b).

Apesar de necessário, nem todos os técnicos possuem conhecimento sobre este processo, como é possível verificar no excerto seguinte: “primeiro tens de me explicar o que é isso, elegibilidade…” (T5). Todavia, a maioria dos técnicos

referiu saber do que se tratava, ainda que não possuísse conhecimento aprofundado sobre o mesmo.

> "…os jogadores só poderiam participar se tivessem passado por um teste, neste caso feito pelo psicólogo, comprova que tinham deficiência intelectual, não é?"
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T1)

> "Eu entendo por isso os critérios que são usados para que eles sejam elegíveis ou não para integrarem este tipo de equipa. (…) Sei que passa pela avaliação do coeficiente de inteligência mas, agora, de que forma é que essa avaliação é feita, desconheço totalmente."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T4)

> "Obviamente sei o que é que significa o termo, mas em termos de conhecimento profundo, não tenho… não sei muito bem como é que é feita a escolha…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T6)

> "A elegibilidade seria através dos testes de QI, correto? (…) Sei que há, que há um limite mínimo para ser considerado um atleta com deficiência intelectual, pronto, agora não sei como é que isso se processa, não sei quais é que são as classificações, não faço mesmo a mínima ideia."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T8)

O défice ao nível do funcionamento cognitivo é aquele que mais facilmente é identificado e nomeado pelos técnicos, como podemos observar no excerto seguinte:

> "…serem elegíveis para participar nos encontros para DI. (…) tem que ser feito um teste de QI e ele tem que ter o QI abaixo de 75."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T11)

Ainda assim, quando questionados sobre a elegibilidade e classificação desportiva, a tendência, para aqueles técnicos que possuem algum conhecimento acerca destes processos, é a confusão entre os dois processos, ou a nomeação apenas do segundo. A classificação é um aspeto fortemente

vinculado no desporto para outros tipos de deficiência, como a motora ou visual. Deste modo, ainda que a elegibilidade seja um critério necessário para que se proceda à classificação para agrupar os atletas (IPC, 2007), o seu conhecimento é praticamente nulo. Talvez por este motivo, os técnicos recorram a exemplos destas áreas para expor o seu conhecimento.

> "O que entendo por elegibilidade… entendo um conjunto de testes, de baterias, seja como for, para aferir as capacidades funcionais desse atleta, para depois lhe atribuir uma categoria x ou y, para praticar determinado desporto. Sendo que, pode acontecer não ser elegível para uma modalidade e que seja elegível para outra modalidade. Por exemplo… posso dar um exemplo? (…) O nadador, se eu não tiver uma mão, não sou elegível para o Atletismo, mas para a Natação já sou. Continuo a ser deficiente motor na mesma, mas…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T2)

> "É no sentido de conseguir fazer um filtro, uma categoria de atletas para conseguir fazer também um jogo mais justo. No fundo é um filtro de categorias de atletas para conseguir por em competição atletas, com o mesmo nível de justiça."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T3)

Não obstante, uma minoria dos entrevistados possui um conhecimento mais aprofundado e detalhado sobre os critérios que definem a DI, como é o caso do técnico T10.

> "…elegibilidade para a deficiência intelectual é cumprir os três parâmetros definidos pela OMS para ser considerado atleta com deficiência intelectual. É o QI abaixo de 75, é os défices nos comportamentos adaptativos e é a deficiência ser adquirida na idade de desenvolvimento que é até aos 18 anos de idade de um indivíduo. Portanto, os critérios de elegibilidade para a deficiência intelectual são esses, os sistemas de classificação depois tem a ver com as próprias modalidades, principalmente a nível do desporto paralímpico. No caso do Atletismo, no caso da Natação, no caso do Ténis de Mesa, têm de cumprir uma série de testes, para além desses critérios de elegibilidade, têm de cumprir os outros testes específicos."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T10)

Sendo o Andebol para atletas com DI uma modalidade recente e ainda em fase de desenvolvimento, não é realizado o segundo procedimento do Sistema de Classificação Desportiva de atletas com DI (a classificação). De acordo com a INAS (2014b), é apenas necessário o primeiro nível de classificação destes atletas, que assenta na elegibilidade provisória, de modo a promover a nível nacional e internacional as diversas modalidades. No entanto, esta classificação não permite que os atletas participem em provas da INAS, como por exemplo nos Campeonatos do Mundo.

> "Não existe nenhuma classificação (…), está tudo englobado, eu escolho os utentes, não é como no Boccia que existe uma classificação para incluir em categorias. No Andebol eu vou gerindo, nos convívios tento levar o maior número de utentes. Quando há vertente de competição levo os melhores."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T7)

Todavia, a nível nacional existem três níveis de competição no desporto para os atletas com DI, designadamente: a competição regular, a competição adaptada e a atividade física adaptada (ANDDI Portugal, 2015), sobre os quais foram questionados os técnicos.

> "Em termos de ANDDI nós temos basicamente três níveis de competição. Temos o nível Absoluto que é para os tais indivíduos altamente capacitados, com deficiência intelectual ligeira. Temos o nível intermédio a que chamamos Adaptado, com indivíduos já com alguns problemas mas que têm alguma aptidão para a prática, mas que têm mais dificuldades e temos um nível não competitivo a que chamamos Atividade Adaptada, é uma atividade, lá está, para indivíduos com uma deficiência mais severa. Lá está, a competição é o menos importante, se estes miúdos marcarem golo na própria baliza e festejarem o golo, nós próprios vamos festejar com eles. Pronto, eu estou a exagerar um bocadinho, nós tentamos ao máximo que eles percebam que têm de marcar na outra baliza (risos) e percebem, como é óbvio. Pronto, alguns se calhar… mas têm mesmo muita dificuldade de perceção mas isso acontece pouco, como é óbvio. Agora, pronto, em termos de quadro competitivo é este que nós temos, mas também existem depois outras variantes, o caso dos Síndromes de Down."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T10)

Apesar da descrição detalhada destes três níveis do desporto para atletas com DI acima exposta, importa ressalvar que nos estamos a referir ao selecionador nacional da modalidade. Concomitantemente, os restantes entrevistados revelaram um conhecimento rudimentar como é possível perceber nos excertos que se seguem.

> "Assim divididos não, não me estava presente. Provavelmente, quando houve o encontro o representante da ANDDI deve ter explicado, mas eu não retive. No entanto, eles jogam a segunda."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T1)

> "Não estou por dentro desses... (…) Por acaso não. Nunca me surgiu essa questão e então... (…) por acaso não tenho qualquer tipo de conhecimento."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T11)

> "Sim, tenho… tenho algum conhecimento e obviamente os atletas são inseridos nesses níveis competitivos, consoante o seu grau de deficiência… obviamente a modalidade é adaptada de acordo com isso…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T6)

> "Na Natação a noção que eu tenho tem a ver com o domínio das técnicas, por exemplo: se eu usar uma prancha já passa a ser atividade adaptada, se eu nado mas se calhar não faço a extensão toda do braço ou não sei fazer a volta aos 50m, se calhar tudo o resto faço mais ou menos bem é competição adaptada, quem faz tudo bem é o regular. É esta a noção que eu tenho um bocado através da Natação."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T9)

No caso concreto da modalidade de Andebol, segundo os técnicos entrevistados, esta divisão por níveis não se verifica, pelo menos, de forma semelhantes a outras modalidades:

> "No Andebol não existem critérios. Um jogador pode jogar desde que tenha capacidade e desde que o treinador queira que ele jogue."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T2)

> "Não existe para o Andebol. No Andebol isso não acontece. É tudo abarcado no mesmo."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T7)

> "…a deficiência intelectual tem uma classe única, não existe mais do que essa classe e daí que essa política também se enquadra um bocado com a política internacional da INAS."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T10)

É de salientar que, as entrevistas foram realizadas desde o início (outubro) da época desportiva 2014/2015, e que até àquele momento não tinham sido realizados competições de Andebol cumprindo esta divisão por níveis de acordo com o regulamento da ANDDI Portugal (2015), e que o mesmo se sucede a nível internacional, tanto com o Andebol, como nas restantes modalidade, inclusive nas modalidades paralímpicas (Atletismo, Natação e Ténis de Mesa). Em relação ao Andebol, este aspeto pode ser interpretado de diversas formas, nomeadamente, pela natureza recente da modalidade e, consequentemente, pelo número reduzido de equipas inscritas, bem como pela dificuldade em avaliar e classificar os atletas com DI, tal como nos esclarece o técnico T13:

> "Sei que é através de testes psicotécnicos, mas que não seja propriamente um teste fiável… (…) Percebo que sejam necessários e acho que sim, que tem de ser, mas que… não são 100% fiáveis. Mas na deficiência intelectual esse é o grande problema."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T13)

Esta complexidade é também relatada por Guidetti et al. (2009), ao afirmarem que a classificação de pessoas com DI é difícil devido à inconstância da pessoa com DI inerente à idade, ao grupo cultural a que pertence e às mudanças drásticas que possam ocorrer na sua vida.

No contexto nacional a maioria das provas enquadram-se no nível da competição adaptada, correspondente ao Andebol 5x5, ainda que as equipas que se inscrevam, por exemplo, para a Taça de Portugal compitam na competição regular (Andebol 7x7) (ANDDI Portugal, 2015). A este respeito, o técnico T4 elucida-nos:

> "Existe uma ligeira adaptação. Nós temos provas em que respeitamos as regras todas da Federação e outras em que há uma ligeira adaptação, principalmente no tempo de jogo, no número de participantes por jogo, no número de jogadores que estão a jogar. A nível regional jogam 5 contra 5. Porque eu também acho, para ser sincero, e a minha opinião técnica é que é o melhor para eles neste momento."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T4)

Concomitantemente, coloca-se a questão sobre os critérios de seleção/participação em cada um dos três níveis. A este respeito, os entrevistados afirmaram não possuir conhecimento acerca deste processo de seleção, tal como é possível observar pelos excertos seguintes:

> "Essa seleção, não lhe sei dizer… mas é… é como lhe disse… será feito algum tipo de diagnóstico para tentar perceber quais são… se as limitações são muito profundas… se forem muito profundas vão para um nível mais baixo… se não forem assim tanto, acabam por ir para um nível mais competitivo."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T6)

> "Não, não sei. Tem de haver critérios para essas coisas, isso tem de haver. Agora, quais não sei. Sinceramente, não sei."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T13)

Paralelamente, outros técnicos referiram que a seleção destes atletas para as competições é feita pelos próprios, não havendo critérios claramente definidos, tal como é possível observar pelos exemplos seguintes:

> "Pelo que eu me tenho apercebido é o treinador que define."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T9)

> "Não existe uma regra digamos rigorosa, bem definida. Indivíduos que andam na Seleção Nacional é óbvio que não podem praticar ao nível adaptado, é óbvio. Eles são sobejamente conhecidos e sabemos perfeitamente quem são os indivíduos, não vão praticar no nível adaptado. (…) Há aqueles indivíduos, que até conseguem entrar no circuito regular, jogar em clubes regulares. Normalmente esse tem que estar no nível absoluto. Os outros que têm menos dificuldade, os que

> treinam como os meus uma vez por semana e que até são institucionalizados mas têm alguma aptidão, têm algum conhecimento da modalidade é nível adaptado. Aqueles miúdos quase que nem conseguem dar um chuto na bola, nem conseguem parar a bola (…) com grandes problemas de perceção e alguns deles com deficiências associadas… (…) são indivíduos da atividade adaptada…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T10)

Os técnicos foram questionados sobre a sua opinião acerca do processo de elegibilidade e dos três níveis de competição existentes para atletas com DI. As opiniões são diversas, e enquanto uns técnicos entendem que "estes níveis estão perfeitamente enquadrados com a realidade" (T10), outros mencionaram preocupações referentes à equidade e à competitividade neste contexto desportivo.

1.2.3.2 Subcategoria Equidade e Competitividade

No que concerne à Equidade e Competitividade, o tópico que recebeu maior ênfase por parte dos técnicos foi o desnível verificado entre equipas no contexto competitivo.

Segundo os técnicos, a constituição das equipas é nitidamente diversificada, devido ao contexto em que se envolve, isto é, quando pertencente a uma instituição, a equipa é formada pelos utentes da mesma, o que *a priori* fará com que possua atletas com maiores dificuldades, motivo pelo qual estão institucionalizados e necessitam de maior apoio. Quando há possibilidade de alargar o leque a outros atletas, com maiores capacidades, o trabalho desenvolvido é muito mais abrangente e, simultaneamente, aprofundado na modalidade. A este respeito o técnico T7 afirma:

> "A matéria-prima não é a mesma. Eles têm atletas melhores e têm uma maior frequência de treino, depois chega-se aos jogos e é muito difícil…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T7)

Assim sendo, contextos de prática e grupos de trabalho distintos, produzem, obviamente, resultados e níveis de desempenho diferenciados. São recorrentes

os relatos, não só pelos técnicos de equipas aparentemente com maiores dificuldades, mas também pelos técnicos que, de forma oposta, apresentaram melhores resultados competitivos, relativamente à discrepância entre os níveis das equipas. Por este motivo, são apresentados apenas alguns exemplos proporcionados pelos técnicos que se encontram nestas situações antagonistas.

> "…equipas manifestamente superiores à nossa (…) nós nunca poderemos competir com essas equipas."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T5)

> "…sentimos essa dificuldade, que é um nível completamente diferente."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T7)

> "…eles sentem alguma superioridade, nota-se que… agora é fácil, e eu houve alturas em que disse: não, agora deixam marcar o golo, e têm de deixar marcar um golo neste jogo. Não é muito pedagógico, mas eu achei que deveriam, para não subirem muito alto, para não acharem que são tão melhores que eles."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T1)

> "Mesmo para os «do clube», que a missão está facilitada, e aí tenho de ser realista, não é falsa modéstia. A missão deles fica facilitada e é desmotivante para os outros que não conseguem ter sucesso, não conseguem fazer nada que os motive para jogar. Ao fim de uns minutos eles já estão a ver que aquilo, pronto, o jogo está resolvido e daqui não vamos conseguir nada."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T4)

Quando se verifica uma competição entre equipas de níveis distintos, não nos parece justo que se peça aos atletas o seu rendimento e empenho máximo, quando na prática não lhes é proporcionado espaço para tal (por exemplo, pedir para não marcar ou sofrer propositadamente golo). Esta é uma situação ambígua e de complexa resolução. Contudo, parece-nos que colocar em jogo atletas com maiores dificuldades e que normalmente não jogam tanto tempo seria uma solução mais correta. Além da oportunidade de aumentarem a sua vivência desportiva na modalidade, seria certamente um forte fator motivacional. Simultaneamente, cremos que estes jogos possibilitam aos técnicos o

recrutamento de novos atletas que não estão familiarizados com a modalidade, permitindo um aumento do número de praticantes.

Este panorama não se verifica exclusivamente no Andebol, tal como expõem os técnicos que estão ligados a várias modalidades, descrevendo situações semelhantes noutros contextos.

> "…na prova em que eu estive… foram lá duas equipas em que o nível motor era bastante mais baixo e… vai-me perdoar a expressão… se eles participassem no mesmo… na mesma prova que nós seria…tal como bater em mortos… quanto a mim não seria nada benéfico para eles…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T6)

> "…mas isso acontece, tenho conhecimento de que acontece em todas as modalidades, que até eu a jogar no meio deles não se notava nada, que era equilibrado, que a deficiência deles é serem hiperativos, é terem um QI baixo, é uma injustiça tremenda."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T7)

Estas disparidades descritas pelos entrevistados diminuem os níveis de competitividade da modalidade e defrontam as expetativas dos treinadores.

> "…as coisas deviam ser o mais equilibradas possíveis, o mais homogénea possível, e isso é que dá beleza à competição, é a competitividade, não é estarem sempre os mesmos a ganhar, e depois os outros... não têm hipótese!"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T8)

Com efeito, Fegan (2011) defende que as atividades nas quais estão envolvidos os atletas com DI devem proporcionar diversão e ser simultaneamente desafiadoras. A autora reforça que as atividades que excedem a compreensão ou as habilidades motoras dos atletas não correspondem a estes critérios. Deste modo, os desequilíbrios narrados pelos técnicos são prejudiciais, tanto às equipas consideradas mais fracas, como às mais fortes, uma vez que a estas últimas não estimulam, e às primeiras colocam um desafio demasiado elevado.

Nesta medida, o desafio desadequado às capacidades dos atletas, pode originar sentimentos negativos relativamente à prática desportiva, tal como a frustração.

> "Eles precisam de sentir motivação e algum alcance para quererem subir. Se vamos pôr um muito bom com alguém com muitas dificuldades vai criar frustração dos muito bons e frustração dos que têm muitas dificuldades, porque nem provoca desafio a um, e provoca um desafio demasiado alto a outro."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T3)

> "…não é justo no sentido em que, os que estão habituados a fazer um desporto competitivo, vão acabar por chegar lá e fazer e ganhar facilmente e depois aquilo pode trazer dissabores aos outros em termos de regular aquela frustração e aqueles resultados todos."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T12)

> "Porque temos feito jogos que é 25-2, 23-2, às vezes marcamos um golo, outras vezes dois. (…) Ficam um bocado… desistir não desistem porque eles gostam disto, gostam de atividade, mas ficam assim um bocado chateados porque sofreram muitos golos e só marcaram dois e tal, e pronto…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T13)

A competição é, assim, fundamental, quer para o desenvolvimento do atleta, quer para a manutenção dos seus índices motivacionais. De acordo com Harada e Siperstein (2009), um dos principais motivos da impulsão da prática desportiva dos atletas com DI é o alcance de resultados desportivos, o que, caso não se verifique, pode originar desmotivação e desinteresse pela prática, levando os atletas ao abandono do desporto. Simultaneamente, a técnica T5 atribui à competição e à competitividade um papel fundamental no desenvolvimento das modalidades: "em todas as áreas, se não há competição, não há evolução" (T5).

Com o intuito de proporcionar uma competição justa e equilibrada, como é defendida pelo código de classificação do IPC (2007), alguns técnicos defendem que seria necessário ter em consideração os níveis de competência, as habilidades, o nível de jogo e a competitividade de cada equipa.

> "Para mim, ganhar ou perder, primeiro não é a mesma coisa. Ganhar é muito mais desporto do que perder, certo? Mas também não aceito que se tenha uma equipa que, em campo, marca 20 golos de rajada a outra e depois tenha pessoas que têm limitações idênticas, se calhar… a níveis motivacionais… Para as duas equipas era melhor ter ali um jogo mais ou menos equilibrado e depois se queria ganhar o jogo, de tempos a tempos punha um mais forte, não é, porque é aquilo que se faz com os miúdos, é uma questão de pedagogia… (…) Se fizesse isso se calhar era mais fácil, pelo menos criava-se em pessoas com estas limitações, alguns deles com autoestima muito baixa, não é, criava-se outro tipo… agora depende daquilo que as pessoas veem e como é que as pessoas veem o desporto adaptado."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T5)

> "A nível competitivo acho que sim, que tem de haver uma diferenciação, como é óbvio. Há diferentes perceções das regras do jogo por parte dos atletas. Aqueles que têm uma boa perceção do jogo e conseguem jogar o jogo, bem jogado, acho que sim, que fazer um jogo sem restrições... E depois o caso dos nossos atletas, eles precisam de alguma flexibilidade a nível das regras, precisam que expliquem o porquê de se marcar alguma falta... Lá está, tem a ver com o nível de aprendizagem e capacidade intelectual deles."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T8)

Este argumento parece-nos crucial no Andebol, pois sendo uma modalidade coletiva, existe uma grande influência e necessidade da capacidade percetivo-cognitiva dos atletas. De acordo com Tavares e Casanova (2015), nos jogos desportivos coletivos, não basta saber fazer, é necessária toda uma leitura do jogo para, como base nesta, tomar decisões. A capacidade de interpretação de situações no contexto em que se insere o atleta, permite-lhe ajustar mais fácil e rapidamente a sua resposta à ação do colega ou do adversário, nomeadamente antecipar-se a este último, procurando ganhar vantagem. Deste modo, atletas com diferentes níveis de limitações no funcionamento intelectual vão apresentar diferentes desempenhos nas questões de leitura e interpretação do jogo de Andebol. Colocar duas equipas frente a frente, cujas capacidades neste âmbito são completamente distintas, é fator eliminatório da competitividade, o que de acordo com Sousa (2014), poderá ser decisivo no sucesso ou insucesso dos atletas, entre outras consequências mais graves, como por exemplo, desmotivação e consequente abandono desportivo.

Inevitavelmente, associada a esta temática surgem as questões sobre os níveis competitivos em que se inserem ou devem inserir os atletas. Os técnicos foram questionados sobre a possibilidade de os atletas com maiores aptidões participarem em mais do que um nível de competição, tanto no desporto dito convencional/regular, como dentro dos três níveis existentes para atletas com DI (competição regular, competição adaptada e atividade adaptada).

Todavia, existem opiniões divergentes, que defendem um cumprimento mais rígido dos níveis de competição, como se de um escalão etário se tratasse. Nesta medida, não seria possível a descida a um escalão inferior, tal como se verifica no desporto de um modo geral. Isto já sucede no desporto para atletas com DI, nomeadamente, na competição regular, quando esta é organizada por este meio, como por exemplo, nas competições de Atletismo (ANDDI Portugal, 2015).

> "Eu acho que quem tem capacidade de jogar no formal, joga no formal, e não deveria ser possível jogar abaixo, se não estamos a deturpar tudo. Não é? Quem não tem capacidade, então sim, fazer um adaptado, mas o realmente adaptado."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T2)

> "Faz-me sentido os da competição adaptada estarem na competição adaptada e puderem ir à regular, agora os da regular virem à outra acho que já é um bocadinho estranho. Não é?"
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T11)

> "Se é elegível se calhar para jogar uma atividade regular, não pode ser para uma atividade adaptada, agora se for um jogador que seja de uma atividade adaptada, aí sim, já pode jogar numa atividade regular. Aí concordo. Agora se ele é só elegível para a nível regular, pode jogar aí. (…) a competição regular acho que é um nível superior portanto tem de se estar regulamentado, 5 para 5 [competição adaptada] é um nível mais simples, julgo que se algum desses conseguir jogar atividade regular, muito bem, se não, não vale a pena os outros estarem a baixar para virem jogar lá. Está a desvirtuar-se aquele grau."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T13)

Tendo em consideração que o nível de competição regular corresponderá a um nível superior, em que não são necessárias quaisquer adaptações das regras, parece-nos lógico que os atletas com maiores capacidades sejam

integrados nestas competições, devendo por isso, o nível seguinte ser reservado para os atletas com mais dificuldades, que possam não se enquadrar devidamente no nível anterior. Não obstante, esta é uma questão de difícil solução, uma vez que, sendo o Andebol uma modalidade coletiva e recente, com um número de praticantes reduzido, a constituição de equipas com atletas de níveis semelhantes pode não ser possível.

Curiosamente, em relação à participação destes atletas ou das suas equipas participarem no desporto para atletas sem deficiência, as opiniões dos técnicos T2 e T12 diferenciam-se.

> "…uma das jornadas do Campeonato de Futebol Adaptado, (…) e isto vou-te dizer assim, tu olhares para os jogadores e três deles terem *i-phones* e andarem com ténis *xpto* do Futebol Salão, e quando nós tínhamos arranjado um árbitro que pronto não estava habituado, mas conhecia mais ou menos as regras, e ele diz que aquilo era falta e ele diz: não, não que eu ontem estive a jogar contra o Benfica no campeonato não sei quê, e isto não é falta. Tu ficas assim: então está bem, então estás aqui a fazer o quê? (…) Agora competição… andarmos aqui a participar com atletas que a classificação não é aquela, é alterada, as avaliações não são reais, não."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T12)

De acordo com o técnico T12, os jovens atletas capacitados para integrarem uma equipa de desporto convencional, não deveriam jogar nas competições organizadas para atletas com DI, a menos que se tratassem de situações informais. Por outro lado, o técnico T2 apresenta uma perspetiva diferente, a qual surge em busca de um ideal de inclusão, não só de um atleta no desporto regular mas da própria equipa.

> "Eu já disse que alguns atletas meus podiam jogar numa equipa qualquer, e eles estão no adaptado, não é? (…) Iam jogar numa segunda divisão, numa terceira divisão… Isso não tinha problema nenhum. (…) é que isso é a minha luta… Agora o meu outro grupo, tem miúdos que já não conseguem, e aí sim, a gente devia jogar adaptado. É o que eu defendo. (…) Eu estou a tentar que vá jogar no campeonato regional integrado (…) Isso é o meu objetivo, que eles joguem integrados, não é… para mim integrar não é tu fazeres um torneio de Andebol de equipas sem deficiência e, paralelamente, com deficiência. Isto não é integração nenhuma.

> Integrado é se eles jogarem num torneio de atletas sem deficiência. Mas isto para mim, é a minha posição pessoal."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T2)

Esta perspetiva vai de encontro às conceções de vários autores, nomeadamente, Fegan (2011) que defende a inclusão de jovens com DI através das aulas de Educação Física ou refere os *Unified Sports*[14] (Desportos Unificados) dos SO, que permitem que atletas sem deficiência joguem com os atletas com DI na mesma equipa. McConkey et al. (2013) referem que, mais do que a inclusão no contexto desportivo, através deste tipo de prática desportiva, os atletas experienciam inclusão noutros contextos sociais.

O técnico T4 expôs a sua perspetiva sobre a participação de atletas que não cumpram os critérios de elegibilidade, no desporto para atletas com DI, à semelhança dos padrões dos *Unified Sports.*

> "Eu acho que o facto de haver atletas do desporto regular que pudessem participar em provas do desporto adaptado ia acrescentar muito àquilo que eles fazem, não é? A nível de conteúdos. Agora, lá está, dependendo sempre do nível, tinha de ser bem ponderado (…) não poderíamos pegar nos mesmos parâmetros. Por exemplo, eu tenho um atleta com deficiência mental com 20 anos, e pegar num atleta com deficiência do desporto regular com 20 anos e pô-los a jogar juntos. Ia acrescentar muito mas tinha que haver ali um bocadinho de análise do nível de cada um porque, provavelmente o atleta que tem 20 anos do desporto regular começou a jogar andebol aos 5 ou 6 anos, não é? E este atleta do desporto adaptado com 20 anos começou a jogar andebol aos 18 ou aos 19, ia haver ali uma discrepância muito grande. Eu não sou contra essa ideia, aliás, agrada-me mas tinha de haver ali uma análise, uma filtragem dos níveis para que não houvesse um desnível muito grande."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T4)

Enquanto promotor do desenvolvimento pessoal, desportivo e social de atletas com deficiência, esta é uma possível variante do desporto, cujo objetivo é a inclusão máxima da pessoa com deficiência. Todavia, no desporto de

[14] Programa desportivo onde as equipas são constituídas, simultaneamente, por atletas com DI e atletas sem deficiência.

competição e, mais concretamente, naquele que se pretende desporto de alto rendimento, o objetivo é a competição com atletas com potencialidades e dificuldades semelhantes, de modo a que esta seja o mais justa possível. Assim sendo, as competições de atletas com deficiência, tal como o restante desporto moderno, encontram-se organizadas por sistemas de classificação ou rankings (Thomas & Smith, 2009). Não obstante, em algumas modalidades este aspeto não passa da teoria, uma vez que tal como foi descrito anteriormente, no caso do Andebol para atletas com DI, as competições englobavam todas as equipas que se inscrevessem. De acordo com os técnicos entrevistados, estas condições podem condicionar a participação das equipas, como é visível pelos seguintes excertos:

> "…por não haver níveis diferentes, como falamos nisso, houve equipas que abdicaram…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T7)

> "…não queremos entrar nestas provas que aparecem no Futebol, é por uma razão muito concreta, é porque hoje em dia os jogadores de Futebol do desporto adaptado são jogadores de campeonatos distritais que aqui andam, com um desenvolvimento típico, e isso é muito injusto, e em Portugal isso passa-se muito."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T12)

De facto, a existência de níveis diferenciados de competição para atletas com DI era uma ambição dos técnicos. No entanto, para tal é necessário maior número de atletas participantes, resultante do desenvolvimento da modalidade ou do esforço dos agentes desportivos em "angariar" novos atletas, tal como sugerem os técnicos:

> "…primeiro temos de ter os atletas e pô-los a treinar e a jogar, muito ou pouco, o que for possível. Para lhes dar o conhecimento. Depois, um passo de cada vez. Mas acho que passa muito por aí, aumentar a competitividade a nível nacional passa muito por aí. Tentar ter mais atletas envolvidos e mais instituições."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T4)

> "É como lhe disse… aumentar a divulgação, aumentar a recruta de atletas, ainda que seja um bocado mais complicado, porque os fundos nessa área também estão limitados, mas aumentando a parte da seleção de novos atletas…havendo mais margem de escolha, há mais equipas… Mais equipas, mais competição, maior desenvolvimento dos atletas, penso que será um bocado por aí."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T6)

Tal como foi mencionado, uma das grandes barreiras encontradas neste processo é a pequena dimensão da modalidade em Portugal, havendo relativamente poucos atletas a praticá-la. De acordo com Brittain (2010), esta quantidade relativamente baixa de pessoas com deficiência que participa no desporto, principalmente na vertente de competição, tem um impacto no envolvimento e desenvolvimento das modalidades. Simultaneamente, quanto menor o número de participantes, menor será a possibilidade de os atletas competirem num nível apropriado às suas competências. Comparativamente, quanto maior o desenvolvimento da modalidade, maior a sua oferta e possibilidades de organização, o que podemos constatar através da comparação com outras modalidades para atletas com DI, como por exemplo o Atletismo que apresenta competição organizada por escalões etários, tal como no desporto de um modo geral.

Para que se verifique um aumento do número de participantes, os técnicos consideram importante e sugerem que os clubes filiados ao Andebol alarguem os seus horizontes e abracem o desporto para atletas com deficiência, como forma de inclusão destes atletas e promoção da modalidade em particular.

> "Primeiro, eu gostava muito que os clubes de Andebol começassem a tomar conta disto e não as associações que estão ligadas à deficiência, que aí é que é inclusão. (…) Tem de ser o caminho, tem de ser esse."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T2)

> "…gente do Andebol interessar-se pelo desporto adaptado, ter a sua equipa, temos aqui uns iniciados masculinos, temos os juvenis masculinos, temos a nossa equipa de desporto adaptado."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T10)

Certos técnicos acrescentam também a importância do desporto para atletas com deficiência estar vinculado à federação de cada modalidade desportiva. De acordo com estes técnicos, a FAP deveria ser a principal dinamizadora e entidade responsável pelo Andebol para todas as populações.

> "Acho que o desporto adaptado deve estar ligado às federações de desporto, e que tenham uma valência de desporto adaptado, e pronto, e aí cada associação funciona de forma independente."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T12)

Este aumento seria importante para a concretização de sugestões como a organização das provas competitivas em várias divisões ou níveis, como foi recorrentemente sugerido por diversos técnicos. A este respeito, apresentamos apenas algumas das sugestões:

> "Se calhar competições diferentes, era uma situação quase ideal. (…) Haver a possibilidade de aquele atleta que até começou no nível básico, poder passar para outros níveis e juntar-se a outros colegas e ir evoluindo. (…) Porque no fundo eu acho que aumentar a competitividade, independentemente se é muito ou pouco competitivo, se o nível é avançado ou básico, passa por haver um grupo, um universo maior. Para haver um universo maior tem de haver mais instituições envolvidas, a trabalhar."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T4)

> "Tem que haver um controlo de… deficiência, tem de ser perceber qual é o nível de deficiência intelectual daquela pessoa, e em que modo é que ela pode estar ou não inserida. Tem de haver vários escalões… (…) se nós queremos alargar o grupo, ao nível da modalidade, no Andebol Adaptado, temos de fazer obrigatoriamente campeonatos distintos, não é?"
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T5)

> "Devia haver três níveis de competição, um elementar, um intermédio e um avançado, e serem feitos testes rigorosos para englobar. (…) Era um trabalho complicado mas julgo que engrandecia (…) Só assim é que acho que haveria justiça. (…) A minha sugestão era essa, era criar níveis, 3 níveis… (…) Quem diz três, três era o ideal, o perfeito, mas se me disser dois, já é bom… É melhor do que a realidade que temos…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T7)

> "O sistema de classificação, acho que seria muito importante serem criadas divisões por exemplo... (...) para tornar as coisas o mais homogéneas possível, acho que isso iria trazer benefícios muito grandes, as equipas (…) lutavam ao mesmo nível..."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T8)

A divisão que os técnicos aqui descrevem vai ao encontro do que se verifica no desporto para atletas com outros tipos de deficiência. Na DI, ainda que estejam definidos critérios de classificação pela INAS (2014b), na prática não se verifica o agrupamento dos atletas em categorias, uma temática sobre a qual nos debruçaremos mais à frente neste trabalho.

Apesar de começarem a surgir os primeiros indícios de alteração no Andebol, a modalidade está ainda longe da realidade organizativas de outras modalidades.

> "As equipas que se inscrevessem jogam contra todas. O que é que eu me comecei a aperceber? O «I» chegava à beira da «J» e ganhava o jogo por 15-1. Agora tu perguntas, isso tem interesse para o «I»? Não me parece. Tem interesse para o «J»? Também não me parece, certo? O que é que eu comecei a fazer? Ora bem, comecei-me a aperceber estas equipas são de nível 1 e estas equipas são de nível 2, ok? E já comecei a nivelar. Aqui no norte já tenho sete equipas inscritas no regional do norte. (…) Não me interessa o «I» jogar com o «J» ou jogar com o «K». Claro que «I» também tem miúdos que têm mais dificuldades, isso aí poderá ser o «I» agora na próxima época faz uma equipa A, uma equipa principal para jogar no nível principal e poderá fazer um a equipa B para jogar na equipa B. (…) O jogo está desequilibrado, estás a ganhar 8-0? Opa, pronto, mete os mais fraquinhos agora para equilibrar."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T10)

Esta divisão por níveis assemelha-se às divisões do desporto convencional, onde os campeonatos são organizados em várias divisões. Assim, consoante o desempenho e resultados obtidos pelas equipas são organizadas as competições, permitindo que equipas com melhores resultados confrontem equipas com resultados igualmente bons. Simultaneamente, as equipas com

níveis inferiores de desempenho terão competições ajustadas às suas características. A este respeito, o técnico T13 refere:

> "É o que se está a tentar fazer. É tentar criar dois níveis de campeonato, um mais elevado e um segundo mais fraco, por assim dizer, para manter competições mais homogéneas…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T13)

Finalmente, os técnicos assumem que a sensibilidade dos agentes desportivos envolvidos será fundamental para a aplicação do conceito de equidade e, consequentemente, para o bom desenvolvimento da modalidade:

> "Agora, tentar gerir as coisas conforme temos, e ver a sensibilidade de quem ganha e quem perde, gerir não é? Se eu percebo que a minha equipa é muito mais forte, a mim não me dá prazer dar trinta, então ponho miúdos que tem mais dificuldade a jogar, mas é preciso perceber... quem está deste lado, ter a sensibilidade e não querer ganhar..."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T2)

> "Nós, dependendo do jogo, sabendo que aquele jogo é de um nível diferente adaptamos quem levamos."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T4)

> "Tem de haver. Obviamente quem trabalha nesta realidade, isto também é muito importante, tem que ter essa sensibilidade. (…) É o nosso papel também perceber que do outro lado estão indivíduos com mais dificuldades. Pronto, isto para te dizer que em termos de Andebol ainda não há à risca o cumprimento dessa política desportiva da ANDDI mas estamos a dar pequenos passos, a arranjar equipas. Obviamente que eu tenho de ver, eu não quero desmotivar ninguém, não quero perder equipas."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T10)

Apesar de todos estes aspetos mencionados, é importante salientar que, ainda assim, existem técnicos que não se identificam totalmente com as questões assinaladas, como é possível verificar pelo excerto seguinte.

> "Sim, se fosse, se fosse definido escalões, se calhar era mais justo para os próprios atletas, não se sentiriam inferiorizados (…) com os meus atletas eu não sinto que eles se sintam inferiorizados em relação a outros que joguem melhor ou que corram, eles estão é motivados para jogar, eles querem é jogar, não interessa com quem é que vão jogar, eles querem é ter jogos, quando é que temos o próximo jogo pronto, eles gostam do intercâmbio, do convívio, de verem um objetivo, porque é que estamos a treinar?"
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T11)

Não obstante, importa salientar que no nosso entender, uma das principais sugestões dos técnicos emergentes deste estudo, é a reunião de todos os agentes desportivos do contexto de Andebol para atletas com DI, na busca do desenvolvimento harmonioso da modalidade. A este respeito, consideremos a narrativa do técnico T7:

> "…daqui podia resultar o juntar de treinadores das diversas instituições, dos diversos clubes, sentarmo-nos à mesa, que é algo que nunca aconteceu, e cada um expor aquilo que sentem, as dificuldades, o que é que acha que está mal…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T7)

Apesar de a classificação servir o propósito de criar justiça e equidade na competição para atletas com deficiência, é um assunto extramente complexo e de difícil resolução na busca da satisfação das necessidades e ambições de todos os intervenientes (Brittain, 2010). Em concordância com Buckley (2008), todos os sistemas de classificação em vigor em todas as modalidades referentes ao desporto para atletas com deficiência, necessitam de ser alvo de investigação e revisão. Para que o movimento paralímpico, que é relativamente recente, continue em expansão, a autora defende que a classificação deve ser acompanhada de perto no papel que desempenha nas competições de alto rendimento.

1.3 Psicólogos

Iniciamos a análise das entrevistas dos psicólogos pela categoria Formação e Experiência. Esta categoria permitirá compreender qual o contexto de intervenção destes profissionais, um aspeto que poderá ter influência no modo como perspetivam as questões abordadas neste estudo.

1.3.1 Categoria Formação e Experiência Profissional

As pessoas com DI podem apresentar respostas inapropriadas a situações emocionais e sociais, devido à sua dificuldade em aprender com as experiências passadas (Fegan, 2011). Por este motivo, o acompanhamento por parte de profissionais da área da Psicologia é essencial. Neste contexto, a experiência que estes profissionais possuem poderá influenciar as posturas que apresentam em relação aos diversos âmbitos da vida da pessoa com DI, nomeadamente, o contexto desportivo.

Ao contrário dos técnicos de Andebol que possuem a mais variadíssima formação, todos os entrevistados deste grupo possuem formação na área da Psicologia.

Estes profissionais são os responsáveis pela realização da avaliação psicológica e psicométrica das pessoas com DI (APA, 2013). Contudo, apenas a psicóloga P1 mencionou ter realizado formação específica no que se refere à aplicação destas provas:

> "Eu fiz, no âmbito da escola, algumas formações sobre a parte da classificação internacional de funcionalidade, sobre a CIF, como fazer as avaliações... Especificamente sem ser ao nível deste sistema de classificação, tenho feito várias formações para a avaliação, sim."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P1)

Os restantes profissionais mencionaram que o seu conhecimento nesta temática é inerente à sua formação inicial na área da Psicologia, como é descrito pelo psicólogo P6: "tive uma quantidade de disciplinas em técnicas de

diagnóstico da personalidade... técnicas de diagnóstico da inteligência... Cursos objetivamente específicos não, mas foi na faculdade e faço a aplicação…" (P6).

A formação nesta área específica proporciona diversos contextos de intervenção, entre os quais se encontra o trabalho com pessoas com deficiência, nomeadamente, pessoas com DI. Muitos dos nossos entrevistados possuem uma larga experiência neste contexto, como se pode verificar no quadro 11, relativo à caracterização do nosso grupo de estudo. A maioria iniciou a sua atividade profissional na instituição na qual ainda hoje desempenha funções, como é possível verificar: "Sempre aqui, sim. Foi o meu primeiro trabalho" (P2) ou "…sempre trabalhei na instituição (…) Eu fiz uma opção logo quando acabei a Psicologia porque tinha alguma sensibilidade e foi uma opção vir trabalhar com pessoas com deficiência" (P4).

Não obstante, alguns psicólogos mencionaram experiência em contextos diversificados. Apresentam-se alguns exemplos:

> "Realizei o meu estágio na área da toxicodependência, mas depois dediquei-me à área da deficiência mental."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P3)

> "Eu estive numa escola profissional, passei também por uma escola secundária, no CNO[15] e entretanto vim para aqui para a instituição."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P5)

> "Fui formador de uma Escola Profissional, trabalhei num projeto de Toxicodependência, na Cáritas. Trabalhei numa residência..."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao psicólogo P6)

Relativamente ao trabalho desenvolvido pelos psicólogos com os utentes das instituições, não existe, por norma, uma ligação direta ao contexto desportivo, como nos explica a psicóloga P1: "Eu estou com eles num âmbito diferente, não enquanto atividade desportiva" (P1). Este aspeto foi relatado por vários dos nossos entrevistados. A este respeito, também a psicóloga P3 refere:

[15] Centro de Novas Oportunidades

> "Faço intervenção aqui com eles, aqui nesta sala, treino cognitivo onde eles treinam as competências, como o próprio nome indica, cognitivas, (…) e também os acompanho em diversas atividades, no refeitório… em toda a sua vivência."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P3)

Apesar do foco de intervenção destes profissionais não ser o desporto, este acaba por estar presente na intervenção dos psicólogos uma vez que o desporto é um meio onde estão inerentes múltiplas capacidades psicossociais, nomeadamente através das componentes: afetiva, motivacional, integração/inclusão e comunicação (Bota & Teodorescu, 2014). A título individual ou através do trabalho interdisciplinar (Simard, 2003), as abordagens ao contexto desportivo vão estando presentes, como se verifica nos excertos seguintes.

> "…eu faço apenas trabalho mais de gabinete e quando faço acompanhamento é um dos aspetos que foco, como é que está a correr o trabalho na equipa, mas tirando esse acompanhamento não tenho qualquer envolvimento, não."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P5)

> "No início, antes de nós termos esta área com uma técnica mesmo virada para as iniciativas de Andebol e Basquetebol, fazia muito o acompanhamento dos atletas nos encontros desportivos. Não tendo um especialista, temos um monitor na área que está cá há mais anos do que eu e sentimos sempre a necessidade dos intercâmbios."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P9)

Não obstante, dois dos nove psicólogos entrevistados atuam diretamente no contexto desportivo, ao acompanharem, esporádica ou frequentemente, a prática desportiva dos utentes/atletas, como é percetível pelos dois excertos que se seguem: "…já fui a uma ou duas provas de Remo Indoor (…) Já estive em colónias de férias onde a gente pratica desporto, praia, piscina…" (P6) e "formalmente, em treino, estou presente uma vez por semana" (P7).

1.3.2 Categoria Classificação Desportiva

Tal como foi anteriormente mencionado, uma das funções que os psicólogos assumem é avaliar, caracterizar e classificar as pessoas com DI. Neste sentido, foram questionados sobre o processo de Avaliação Psicológica e de Elegibilidade inerentes à Classificação Desportiva de atletas com DI.

1.3.2.1 Subcategoria Avaliação Psicológica

A avaliação psicológica das pessoas com DI permite uma classificação das mesmas. Esta classificação pode ser realizada tendo em consideração diversos sistemas e a sua necessidade é sentida em vários contextos, nomeadamente, na prestação de serviços (Fegan, 2011).

> "Tenho aplicado mais noutros processos quando pedem para que se trate das pensões de invalidez... e esse tipo de situações."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P1)

> "…estes testes só são feitos para a obtenção de subsídios, basicamente, e das reformas, na instituição."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao psicólogo P7)

Também no desporto há a necessidade de uma classificação, que permita que apenas atletas com deficiência compitam entre si (DePauw & Gavron, 2005). Para tal, os atletas com DI são sujeitos a alguns testes no sentido de perceber se estes cumprem três critérios: i) défice no funcionamento cognitivo, ii) défice no comportamento adaptativo, iii) manifestação durante o período de desenvolvimento (APA, 2013).

Para avaliar, tanto o funcionamento cognitivo como o comportamento adaptativo, os psicólogos encontram à sua disposição diversas baterias de testes (AAMR, 2002). Todavia, a nível da avaliação do funcionamento cognitivo, a WAIS é uma das escalas mais comummente utilizadas (Carlozzi et al., 2015), tal como mencionado pelos nossos entrevistados:

> "…é uma prova que até é bastante utilizada, não digo com todas as pessoas, porque há pessoas que consideramos que é prioritário avaliar outras questões, que a parte intelectual não é tão importante…"
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P1)

> "…nós utilizamos muito a metodologia no âmbito educativo que é a WAIS."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P9)

De acordo com a AAMR (2002), a WAIS é baseada no conceito de que a inteligência é um constructo multifacetado e multideterminado, aspeto referido pelo psicólogo P6:

> "…a WAIS é aquela que de facto é a mais clássica (…) é um teste de inteligência onde tem uma quantidade de provas com um âmbito mais intelectual, com um âmbito mais de realização e de operacionalização. (…) Pode ser a nível intelectual, a nível de noção de espaço, abstração, raciocínio, fluência verbal, compreensão verbal, relação espácio-temporal."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao psicólogo P6)

Além deste aspeto, outros benefícios da utilização desta prova são apontados pelos nossos entrevistados, como podemos observar na narrativa da psicóloga P1:

> "Eu gosto muito dessa prova porque (…) nos permite também conhecer a pessoa e perceber... vários processos intelectuais. (…) Esta escala permite-nos mesmo classificar se é uma deficiência ligeira, grave ou moderada."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P1)

Não obstante, a apreciação desta prova não é similar a todos os entrevistados, como podemos observar pelo testemunho da psicóloga P8: "sabem que é uma bateria completa que avalia os vários componentes então é isso que pedem, só que nem sempre é adequada" (P8). De facto, a AAMR (2002) transmite a necessidade que este tipo de testes têm de serem adaptados à experiência social, cultural e linguística do indivíduo. Neste aspeto, caso seja

necessário, devem ser feitas apropriações, nomeadamente quando existe alguma limitação motora ou sensorial.

> "…se eu tiver uma pessoa que não fala, ou se o seu grau de défice cognitivo for muito grande eu não posso aplicar uma WAIS…"
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P2)

> "…os testes são administrados consoante o utente que temos perante nós…"
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P3)

> "…se houver deficiências associadas (…) temos que utilizar outras ferramentas…"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao psicólogo P4)

As normas desta instituição mencionam ainda que a avaliação do funcionamento cognitivo pode requerer informação de diversas fontes. Esta noção permite maior flexibilização às instituições e aos psicólogos na escolha das baterias de testes a utilizar. A necessidade de conjugar várias provas para uma avaliação mais complexa, foi descrita do seguinte modo:

> "Por outro lado, os testes para as questões de intelectualidade, da definição da deficiência intelectual, não podem ser uma WAIS para adultos que resolve o problema. Portanto, é um conjunto de situações, em que passa pela entrevista, por um conjunto de análise de contextos."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao psicólogo P4)

Neste contexto, inúmeras baterias de testes foram expostas pelos psicólogos para o diagnóstico de DI dos atletas, tais como: a CIF (Classificação Internacional das Funcionalidades), HTP (*Home, Tree, Person*), *Minimal Mental State*, Matrizes Coloridas de Raven e Figura Complexa de Rey. No entanto, a Psicologia não é a nossa área de intervenção, nem o foco de estudo, pelo que estes aspetos não serão aprofundados. Neste contexto, faremos apenas a análise de questões que se relacionem diretamente com o contexto desportivo.

No que diz respeito ao período de realização das provas de avaliação psicométricas, diversos psicólogos assinalaram que os atletas chegam,

frequentemente, às instituições em idade adulta, possuindo um processo previamente elaborado, habitualmente em contexto escolar, e que lhes é cedido.

> "…como eles chegam aqui aos 18, já tiveram todo um processo de avaliação anterior. Portanto eles já vêm caracterizados através da escola."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P2)

> "Muitos deles até podem não ser passíveis de se passar prova, porque eles já vêm com classificações, por exemplo da escola. Nós fazemos outra prova, só para contextualizar e para fazer a ponte, mas para nós, às vezes, é irrelevante porque a escola se os envia e se trazem toda a documentação, não vamos de facto..."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao psicólogo P6)

Porém, é possível que os atletas sejam avaliados "quando chegam à instituição" (P4), como forma de complementar ou confirmar os resultados dos processos enviados por outras instituições. Nestes casos, por vezes utilizam-se baterias específicas da própria instituição, como foi referido anteriormente pelo psicólogo P6 e pelas psicólogas P2 e P8: "aquilo que fazemos é uma aferição para confirmar esses resultados" (P2); "fizemos uma pequena avaliação para compor o processo" (P8).

Tal como no tipo de provas a utilizar, a periodicidade de realização das mesmas também pode variar consoante as instituições e os profissionais que nela trabalham. A aplicação da prova pode ser realizada no momento em que os atletas chegam às instituições ou ao longo do tempo, como se pode observar pelos excertos seguintes:

> "…todas as pessoas que entram na formação, passam por um processo avaliativo…"
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P1)

> "Quando eles entram neste centro eu realizo sempre, eu avalio sempre o quociente da inteligência do utente sempre, portanto essa informação já está comigo quando me é solicitada."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P3)

> "Nós acabamos por não fazer avaliações quantitativas, fazemos a avaliação qualitativa, e baseamos as nossas intervenções na observação clínica... (…) ao longo do ano. Ao longo do tempo."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P8)

A avaliação contínua permite averiguar o processo de desenvolvimento dos atletas, tal como nos indica a psicóloga P5: "se existe alguma evolução, não só a nível de equipa, mas também ao nível das suas competências pessoais e sociais" (P5). No entanto, considerando as pessoas com DI com uma idade mais avançada, a psicóloga P8 afirma que "a avaliação só será feita se existir um pedido de ordem médica" (P8). Com efeito, os nossos entrevistados mencionaram que não sentem necessidade de voltar a aplicar as provas novamente, como se pode constatar pelos exemplos que se seguem:

> "…tenho toda a informação disponível nos processos individuais, portanto não vou estar a fazer novamente testes."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P2)

> "Este tipo de testes… não têm de ser feitos com regularidade até porque são testes estanques…"
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P5)

Paralelamente, a prática desportiva pode influenciar positivamente as aprendizagens dos atletas e melhorar as competências nos vários domínios, tal como o psicólogo P7 refere: "porque o treino e a repetição são amigos da aprendizagem" (P7). Deste modo, no caso dos atletas mais jovens, importa que estes sejam reavaliados com alguma regularidade:

> "No meu caso, os jovens como têm entre os 18 e vão ficando connosco durante uns anos, nós normalmente tentamos fazer uma reavaliação de 3 em 3 anos."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicólogo P8)

Tal como acontece na avaliação do funcionamento intelectual, relativamente ao comportamento adaptativo, existem múltiplas medidas e métodos de avaliação (AAMR, 2002). Os psicólogos por nós entrevistados mencionaram

principalmente a ECA (Escala de Comportamento Adaptativo) e a Vineland para aferir "as questões da vida diária" (P5). No entanto, tal como foi anteriormente mencionado, relativamente às baterias de testes de avaliação do funcionamento intelectual, os psicólogos verificam que as baterias de provas para aferição dos comportamentos adaptativos não estão totalmente adaptadas ao seu contexto.

De acordo com a AAMR (2002), os profissionais que aplicam este tipo de testes devem ser cuidadosos na seleção de instrumentos tecnicamente adequados, bem como na seleção daqueles que estão desenhados para um grupo ou indivíduo em particular, isto é, que estão normalizados dentro de um ambiente comunitário de pessoas da mesma idade que os atletas que vão ser avaliados. Esta associação acrescenta ainda que as escalas que estejam normalizadas para contextos específicos, como escolas segregadas, trabalho ou condições de vida, são úteis para o contexto de planeamento, porém não o são para fins de diagnóstico. Segundo os testemunhos recolhidos, este aspeto verifica-se nos contextos em que se inserem os nossos entrevistados, uma vez que, não vendo satisfeitas as suas necessidades com as escalas previamente disponíveis, as instituições elaboram as suas próprias ferramentas de avaliação do comportamento adaptativo.

> "O comportamento adaptativo nós temos uma *check list* elaborada para perceber o comportamento do utente no seu dia-a-dia na interação com os outros..."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P3)

Em modo de síntese, relativamente ao processo de avaliação psicológica de atletas com DI, a abordagem dos psicólogos por nós entrevistados adquiriu um formato mais generalista, não tratando necessariamente a questão desportiva. Todavia, este tipo de avaliação é fundamental para a participação destes atletas no contexto desportivo, uma vez que constitui uma parte fundamental do processo de elegibilidade que dá acesso à competição.

1.3.2.2 Subcategoria Elegibilidade

A elegibilidade tem como propósito averiguar a existência de DI, de modo a inscrever os atletas nas provas desportivas específicas para este tipo de população com deficiência, à qual se sucede a classificação para agrupar os atletas em classes desportivas, de acordo com as suas capacidades (INAS, 2010b; 2014b; Van Biesen et al., 2012). Assim sendo, para que seja considerada uma pessoa com DI, é necessário realizar uma avaliação psicológica que corrobore a presença de défice intelectual e ao nível dos comportamentos adaptativos, tendo este ocorrido durante o período de desenvolvimento (APA, 2013). A este respeito a psicóloga P3 afirma:

> "…esta deficiência tem que ter sido diagnosticada na fase do desenvolvimento, ou seja, ou quando nascem ou ao longo da sua infância. Vão-se detetando dificuldades cognitivas dos utentes, a nível da comunicação, dos cuidados pessoais, da aquisição de novas aprendizagens, portanto estes fatores todos permitem-nos perceber se estamos perante uma pessoa com deficiência intelectual. E depois claro, administramos testes para verificar se estão dentro da média normativa ou não."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P3)

O facto da DI se manifestar em diversas competências, como a capacidade de raciocínio, resolução de problemas, capacidade de comunicação e interação, entre outros, dificulta a sua avaliação e diagnóstico. Este, é o principal motivo pelo qual a classificação de atletas com DI é um assunto complexo e controverso, apesar de amplamente estudada, tanto por organizações como a APA (2013) e a AAIDD, anteriormente designada AAMR (2002), como diversos autores, nomeadamente Sherrill (2004) e Fegan (2011). Este caso pode ser constatado no exemplo dado pelo psicólogo P4 quando este destaca a fraude cometida pela Seleção Espanhola de Basquetebol nos JP de Sidney, 2000, ao nível da classificação desportiva dos seus atletas (Buckley, 2008).

> "Como há alguns anos houve muita batota, por causa das questões dos fundos, inclusive numas olimpíadas em que os espanhóis fizeram batota, tentaram apertar-

> se os canais. (…) Na deficiência intelectual, felizmente, que se tem tendência a evoluir para uma situação de maior rigor. (…) …tem-se tentado ser sério nisso e ser um bocado mais rigoroso de maneira a que estejamos todos em igualdade de circunstância."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao psicólogo P4)

Esta situação fraudulenta levantou inúmeras críticas ao sistema de classificação de atletas com DI, foram incutidos processos de investigação dos atletas da comitiva paralímpica espanhola e foram excluídos todos os atletas com DI dos JP a partir de 2000 (Brittain, 2010; Buckley, 2008). Simultaneamente, a INAS e o IPC uniram esforços para desenvolver um novo, e mais robusto, sistema de classificação de atletas com DI (Brittain, 2010; IPC, 2012a). Não obstante, a nível nacional, o sistema de classificação não funciona do mesmo modo. Em Portugal os atletas são sujeitos ao processo de elegibilidade, mas não é cumprida a etapa relativa à classificação desportiva.

Relativamente à avaliação psicológica inerente ao processo de elegibilidade dos atletas portugueses, as posturas dos nossos entrevistados são diversificadas, assumindo que várias situações podem ocorrer em contexto nacional. Entre as possíveis ocorrências, os psicólogos destacaram que: i) não realizavam os testes e não enviavam qualquer documentação; ou ii) enviavam a informação que possuíam do processo individual de cada atleta no ato de inscrição. Os excertos seguintes corroboram estas ideias:

> "Quando eles entram neste centro eu realizo sempre, eu avalio sempre o quociente da inteligência do utente. Portanto essa informação já está comigo quando me é solicitada pela ANDDI esse tipo de informação."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P3)

> "Não, porque a instituição acaba por estar inscrita na ANDDI e a ANDDI confia na instituição, não há nenhuma avaliação"
>
> (Excerto retirado da entrevista ao psicólogo P7)

Deste modo, questionamos os psicólogos sobre o seu conhecimento sobre os níveis de competição para atletas com DI em Portugal. Uma grande parte dos nossos entrevistados demonstrou desconhecimento sobre o assunto: "não tenho

qualquer conhecimento" (P5); "Disso eu não sei." (P8); "Não, não tenho esse conhecimento" (P9). No entanto, alguns psicólogos afirmaram o seu conhecimento sobre o tema, ainda que, de forma pouco aprofundada.

> "Eu sei que há escalões, mas não sei como é que são feitas as divisões desses escalões."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P2)

De acordo com a ANDDI Portugal (2015), a nível nacional existem três níveis de competição: competição regular, competição adaptada e atividades adaptadas. No entanto, apenas são mencionadas normas relativamente à organização de competições por escalões etários/classes (pertencentes à competição regular) ou à impossibilidade de atletas que nos últimos anos tenham integrado a equipa da Seleção da ANDDI. Não existe qualquer tipo de referência a critérios de integração dos atletas/equipas em cada um dos níveis de competição existentes. A este respeito, o psicólogo P4 explica como se organiza o processo de distribuição dos atletas/equipas por cada um dos três níveis competitivos.

> "Quase sempre, depois de serem elegíveis por serem deficientes, tem a ver com a realização. Um jovem que atinge um nível de realização, que vai a uma competição de 5.000 metros para o campeonato nacional, não pode na prova a seguir ir competir com deficiências mais graves..."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao psicólogo P4)

Particularmente, no que corresponde à modalidade de Andebol, estes três níveis de competição correspondem ao Andebol de 7, Andebol de 5 e Encontros Experimentais / Atividade Adaptada (ANDDI Portugal, 2015). No entanto, não foram encontradas no Regulamento Geral de Competição da ANDDI Portugal (2015) quaisquer normas ou referências específicas quanto à divisão dos atletas pelos três níveis de competição. Deste modo, entende-se que esta divisão é subjetiva, tendo como base os padrões de cada técnico ou psicólogo das equipas:

> "…no Andebol não existe. Ou pelo menos, nunca me deram a conhecer, sendo que perguntei várias vezes. (…) A única coisa que eu percebi e questionei, foi que havia o Campeonato de Natação de Síndrome de Down… Pronto, e depois era uma escolha do professor ou do técnico de reabilitação pô-lo a competir ou não… (…) Quer dizer, havia níveis, mas tu podias pôr lá quem tu quisesses, basicamente."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao psicólogo P7)

É possível que estas indefinições sejam consequência da natureza recente da modalidade de Andebol e, pelo facto de esta estar ainda numa fase de desenvolvimento (INAS, 2014a). Não obstante, parecem ser, simultaneamente, consequência do tipo de funcionamento e organização do desporto para atletas com DI a nível nacional. Assim sendo, questionamos os nossos entrevistados sobre a necessidade de estabelecer uma classificação com base numa avaliação desportiva e não apenas intelectual dos atletas com DI. Isto é, conjugar os resultados das avaliações psicológicas com os desempenhos motores obtidos em exercícios relacionados e aplicados à modalidade praticada. A este respeito, as opiniões dos entrevistados divergem, desde a oposição a um sistema baseado nas capacidades atléticas dos atletas, passando por opiniões que afirmam uma necessidade neste âmbito.

> "…tem que haver um tempo de avaliação, um estágio por assim dizer, para permitir diferenciar as capacidades destas pessoas. Portanto, acho que tem que ser uma coisa mais presencial e de ver até que ponto as pessoas percebem com mais dificuldade, ou não, as regras do jogo, e depois aí diferenciar. Eu não creio que possa ser só uma coisa em papel, "olha percebes esta regra?" ou "como é que se joga?" Acho que têm que ser eles a jogar e a tentar… Porque é assim, com estas pessoas eles apropriam fazendo e treinando, essa é a grande questão na deficiência intelectual, porque a gente até pode pensar que cognitivamente eles não chegam lá, mas depois fazendo e repetindo, eles conseguem apropriar. Portanto, eu acho que teria que ser ou um tempo de estágio, ou de treino, e depois a partir daí conseguir diferenciar."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P2)

> "Talvez devesse existir. Não quer dizer que fossem níveis estanques, não é? Porque a avaliação inicial pode ser de uma forma e o cliente evoluir com o jogo, evoluir com a participação de uma tal forma que possa passar de nível. Não existir

> um nível estanque. Não se faz a avaliação e pronto, tem este QI, vai ficar neste nível, penso que não. Porque cada indivíduo evolui…"
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P5)

O tema da classificação é sempre um assunto controverso e com elevado grau de dificuldade, facto que se agrava quando se trata de atletas com DI (Guidetti et al., 2009). A avaliação psicológica destes atletas tem as suas ambiguidades e, paralelamente, existe a possibilidade de comorbilidades associadas à DI, tais como: doenças mentais, deficiências motoras e/ou sensoriais (Brittain, 2010), o que dificulta ainda mais este processo.

1.3.3 Categoria Prática Desportiva na DI

Esta categoria refere-se aos benefícios que a prática desportiva apresenta para os atletas com DI, bem como as implicações que a DI apresenta nesta mesma prática, segundo a perspetiva dos Psicólogos.

1.3.3.1 Subcategoria Benefícios

Relativamente aos benefícios da prática desportiva, a maioria dos nossos entrevistados consideram que o desporto trás inúmeras vantagens e benefícios para a população com DI. Esta questão é retratada na literatura, sendo várias as dimensões nas quais são visíveis os benefícios da prática desportiva, nomeadamente: física, psicológica e social (Baldari et al., 2009; Dowling, 2014; Franciosi et al., 2012; Gobbi et al., 2014; Guidetti et al., 2009).

> "…é sempre bom ter uma prática... praticar algo físico, para eles é bom, estimula-os, de alguma forma ajuda-os a ultrapassar algumas dificuldades que eles tenham a nível motor."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P8)

Os nossos entrevistados reconhecem a necessidade da população com DI se tornar fisicamente ativa e a importância que o exercício físico pode ter para a

saúde e para o bem-estar físico (Dowling, 2014; Mikulovic et al., 2014). Simultaneamente, o treino proporciona a aprendizagem e desenvolvimento das habilidades motoras inerentes à modalidade praticada (Franciosi et al., 2012).

Não obstante, são os benefícios psicossociais que maior destaque recebem por parte deste grupo de entrevistados, como seria de esperar, já que é nesta área que atuam. Foram inúmeros os excertos das entrevistas aos psicológicos que expressam a importância da prática desportiva no desenvolvimento pessoal, psicológico e social dos atletas com DI. Por este motivo, apresentamos apenas alguns exemplos.

> "…quando se mexe o corpo a nossa cabeça pensa melhor, em termos psicológicos somos mais saudáveis, quanto mais não seja, tem este aspeto positivo que é cuidarmos da saúde de um modo geral (…) Por norma são pessoas que tendem para o sedentarismo e portanto, logo aí, em termos da própria mobilização e da saúde global tem sempre aspetos positivos."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P2)

> "…achei que a grande forma de o ocupar e de o fazer também elevar a sua autoestima e criar alguma disciplina e autonomia, era através do desporto. (…) …o trabalho (…) de integração social, aproveitava sempre para direcionar para o desporto, que acho que é uma mais-valia para aquisição de competências pessoais e sociais."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao psicólogo P7)

> "Eu penso que é mais a nível de autoestima (…) mais a nível emocional e a nível de manutenção de algumas capacidades de autonomia. Noção de grupo, noção de regras, o gerir a frustração quando perco, o perceber porque é que perco…"
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P8)

As opiniões dos nossos entrevistados vão de encontro a vários estudos, nomeadamente, o estudo de Wilson e Khoo (2013) que alude ao relacionamento com os pares, Harada et al. (2011) e Franciosi et al. (2012) que destacam a interação e inclusão social proporcionada pelo contexto desportivo, Darcy e Dowse (2013) que relatam o aumento da autoestima e dos níveis de autonomia, ou Robertson e Emerson (2010) que acrescentam o divertimento e concluem

com o bem-estar geral da pessoa com DI, no que respeita aos benefícios da prática de AF nesta população.

Ademais, sendo o Andebol uma modalidade coletiva, possui ainda benefícios ao nível da promoção do trabalho em equipa, em detrimento do individual. A dimensão coletiva é muito valorizada neste contexto e é exigido aos atletas que aprendam a cooperar e colaborar com os colegas, a fim de atingir objetivos da equipa. A noção do eu é alargada à noção do "nós", do grupo/equipa. Neste sentido, neste tipo de modalidades, os atletas com DI são levados a desenvolver a capacidade de trabalhar de forma coerente e harmoniosa para alcançar, em conjunto, objetivos comuns – noção de equipa. Estes benefícios são visíveis no contexto desportivo e estendem-se a todos os contextos da vida do atleta (Hassan et al., 2012). A este respeito, os nossos entrevistados referem:

> "É esta questão do espírito de pertença, do sentido de pertença que eu acho que também é importante no caso da deficiência, porque eles geralmente têm uma história de exclusão, eles não pertencem ao grupo. (…) No grupo da escola porque não conseguiam aprender, não vão à catequese, não vão à missa, não vão à ginástica, não saem à noite, enfim... têm uma história de exclusão e portanto é um bocadinho do fomentar este sentido de pertença com os seus pares… e estou a representar uma instituição, levo medalhas para a instituição, portanto nesse sentido eu acho que é muito positivo a questão da pertença e do reconhecimento."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P2)

> "…um tem mais facilidade a fazer isto, outro tem mais facilidade em fazer aquilo, e é isso que os torna equipa. E trabalhar essa questão e promover a autoestima de cada um deles, porque, por vezes, poderá não ser um fator de promoção mas exatamente o contrário. Portanto, trabalhar o espírito de equipa, de cooperação, de sentir que todos eles são capazes, que todos eles têm mais-valias para a equipa é de extrema importância."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P5)

De acordo com Hassan e Lynch (2014), o desporto pode ser, efetivamente, um espaço de desenvolvimento social para estes atletas, na medida em que permite trabalhar as questões assinaladas pelos psicólogos entrevistados, como

a cooperação, entreajuda, trabalho e espírito de equipa. Os autores referem ainda que o desporto é um espaço onde as pessoas com DI podem aprender a controlar as suas emoções. Este aspeto foi também salientado por alguns dos nossos entrevistados, nomeadamente quando mencionaram a questão da gestão da frustração. Socialmente, é um espaço de partilha que permite aos atletas com DI modelar as suas respostas através dos seus comportamentos e da comunicação, constituindo-se um meio privilegiado de inclusão social.

> "Ajudámos também a desmitificar um bocadinho a questão da deficiência intelectual e como é que as pessoas podem lidar com as pessoas com deficiência intelectual. (…) Geralmente as pessoas da comunidade têm uma atitude condescendente e paternalista e, deixa estar porque eles são coitadinhos e são deficientes e não entendem, em vez de serem rigorosos e terem a mesma exigência como com qualquer outra pessoa. E portanto eu acho que é muito importante. Estava a falar desta questão da inclusão, que é exatamente também para isso, para as pessoas poderem ajustar-se e aprender a estar com eles. (…) Nos clubes eles poderem interagir com todas as outras classes e as outras classes serem ajuda para eles, isso eu acho que é importante. Isso ajuda-os a evoluir mais do que eles estarem só entre eles."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P2)

Deste modo, o desporto proporciona uma oportunidade para estes atletas com DI serem fisicamente ativos, socialmente interativos e demonstrarem as suas competências a todos os que os rodeiam (Harada et al., 2011). O sentimento de sucesso e de reconhecimento social é extremamente importante para estes atletas e para aqueles que com eles trabalham, segundo nos relatam também alguns dos nossos entrevistados:

> "…eles sentirem que são reconhecidos pelo trabalho que fazem. É o objetivo último, é eles sentirem-se bem, sentirem-se orgulhosos e os outros poderem sentirem orgulho por aquilo que eles fazem. Serem reconhecidos, ou seja, estas pessoas geralmente são reconhecidas pela dificuldade e não pelo desempenho e portanto a questão do desporto é exatamente essa. (…) O desporto tem essa vantagem, porque muitos deles têm muita dificuldade em termos de motricidade fina, mas depois em termos do desporto, num desporto que não seja tão minucioso, que trabalhe muito mais a motricidade global e a coordenação, aí eles podem ser

> melhores. (…) E depois esta questão que eu falava há pouco que é a questão do reconhecimento deles e do progresso e de poderem ser bons nalguma coisa."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P2)

Em modo de síntese, a visão geral transmitida pelos psicólogos entrevistados é a de que "o desporto é essencial aos aspetos emocionais, físicos, de integração, socialização, de bem-estar físico e emocional…" (P9). Estes aspetos são corroborados por Harada et al. (2011), ao assumir que através do desporto, as pessoas com DI têm acesso à comunidade, beneficiam de oportunidades para se relacionar com os outros e ter estilos de vida fisicamente ativos e saudáveis.

1.3.3.2 Subcategoria Implicações

No que concerne às implicações da DI na prática, podemos destacar dois grandes temas que foram expostos pelos psicólogos, i) as características, nomeadamente as dificuldades dos atletas, e ii) atividades e trabalho desenvolvido pelos técnicos.

Relativamente às características dos atletas, os psicológicos mencionaram o funcionamento cognitivo, como um fator que afeta todos os contextos da vida da pessoa, nomeadamente, o contexto desportivo.

De acordo com a AAMR (2002), desde o início do século XX que as pessoas com DI são categorizadas consoante o grau da DI, e consequentemente, o défice no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo. Este défice, tal como o psicólogo P4 descreveu, afeta não só a dimensão pessoal, social e psicológica da vida da pessoa com DI, mas também a dimensão desportiva. A capacidade de raciocínio, resolução de problemas, compreensão de ideias complexas, capacidade de aprendizagem, inerentes ao funcionamento cognitivo (APA, 2013), são funções necessárias ao desempenho desportivo do atleta, e cujo défice pode ter um grande impacto na performance dos atletas com DI em modalidades coletivas, como nos indicam alguns dos nossos entrevistados:

> "…as pessoas com deficiência intelectual mais moderada a grave, muitas vezes têm dificuldade nas regras em si, acabam por tentar fazer por imitação mas... há coisas que conseguem, (…) e outras que não…"
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P1)

> "…eventualmente, ter dificuldades em perceber as regras. Podem ter dificuldade, às vezes até a gerir conflitos dentro do jogo, podem ter dificuldades em se adaptar a novos contextos…"
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P3)

> "O jogo é uma coisa muito complexa, não é? Nós achamos que não, mas o jogo é das coisas que exige mais capacidade intelectual a nível de tomada de decisão, da perceção, da orientação espaço-visual…"
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P7)

Simultaneamente, os jogos desportivos coletivos, como é o caso do Andebol, exigem maior capacidade no domínio social do comportamento adaptativo, como por exemplo, no que respeita à capacidade de comunicação e interação com os outros e no domínio prático, nomeadamente no controlo emocional (APA, 2013). O relacionamento com os adversários, colegas de equipa e treinador, bem como a capacidade para lidar com a vitória *versus* a derrota, são situações que podem gerar algum transtorno no caso destes atletas, tal como se constata nos excertos seguintes:

> "Mas depois têm dificuldade quando não são eles a marcar o golo, querem ser sempre eles. Isso a mim parece-me que já é mais complicado de gerir numa competição, em que o espírito de equipa tem que funcionar realmente. E portanto, quando eu falo de questão emocional é lidar com a frustração, (…) têm dificuldade em aceitar a crítica e reconhecer os seus erros, onde é que estão a errar."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P2)

> "Lá está isso é outra das dificuldades. Eles com os ganhos lidam muito bem (risos), eles com os ganhos ficam mesmo muito, muito felizes. Eles são ambiciosos, querem sempre trazer uma taça, querem sempre ficar nos 1ºs lugares, essencialmente no 1º lugar, isso eles querem. Eles quando recebem as medalhas eles andam sempre com a medalha ao peito para mostrar que fomos nós que

> conseguimos, agora quando eles perdem sentem-se frustrados como qualquer um de nós, mas conseguem lidar muito bem com isso…."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P3)

No que concerne ao trabalho desenvolvido com estes atletas com DI, nas mais diversas áreas, os psicólogos entrevistados realçam ainda a capacidade de reação dos profissionais a variadas situações, como por exemplo, as perdas de capacidades das pessoas com DI com o avanço da idade, bem como a necessidade constante de as manter motivadas, à semelhança do que acontece com os treinadores no contexto desportivo, em geral.

> "…é um trabalho de persistência e de resiliência em relação à estrutura de repetição deles, ao ritmo lento que têm em termos de aprendizagem e aquisição de competências. E portanto é um trabalho muito mais em ter que lidar com a frustração, de caminharmos muito devagarinho ou termos que aceitar que só trabalhamos para a manutenção de competências, que é uma coisa que fazemos muito. (…) …é lidar com a perda de competências deles… estamos a ter pessoas cada vez mais envelhecidas… (…) portanto é muito adequar as atividades para eles, para o tipo de modelos, para a energia que têm e aceitar que eles estão em perda e isso também não é muito fácil. E, portanto, esse tem sido o nosso desafio ultimamente (risos)."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P2)

Paralelamente, o desporto apresenta-se como um contexto privilegiado para trabalhar as questões de ordem psicossocial, onde a equipa técnica, da qual podem fazer parte os psicólogos, desempenha um papel fundamental na motivação dos atletas com DI para a prática, na transmissão de estratégias de controlo emocional e desenvolvimento da sua autoestima (Hassan & Lynch, 2014).

> "Potenciar as mais-valias que cada um dos jogadores terá (…) de estar sempre com o reforço positivo, sempre. És capaz, tu consegues, repara naquilo que tu já conseguiste, vê onde estavas, onde consegues chegar, isso é no desporto e na nossa prática diária."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P5)

Por último, destacamos uma situação que se enquadra tanto nas dificuldades dos atletas, como nas implicações no trabalho desenvolvido, essencialmente pelos treinadores, que se relaciona com o abandono desportivo.

> "…acabam a formação e vão para empresas ou para não sei para onde, se não houver capacidade nem condições para o treino, terminou a vida desportiva."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao psicólogo P4)

Este aspeto é reportado também no estudo de Harada e Siperstein (2009), através do relato dos atletas, quando estes assumem que as responsabilidades académicas e a empregabilidade são um dos principais fatores do abandono da competição desportiva. No caso das modalidades coletivas, esta desistência tem um impacto em toda a equipa, uma vez que o trabalho é desenvolvido em torno do grupo, em detrimento do trabalho individual. Nestes sentido, é de extrema importância combater este abandono desportivo dos atletas com DI.

Uma vez que os treinos nas instituições ocorrem tendencialmente no período laboral, o surgimento de mais equipas incluídas nos clubes, onde os horários de treinos são pós-laborais, poderia ser uma boa solução para aqueles que se veem forçados a abandonar a prática desportiva.

1.4 Propostas para a Classificação Desportiva de atletas com DI no Andebol

Um dos objetivos definidos no início deste trabalho era também a enunciação de possíveis sugestões no âmbito da classificação desportiva de atletas com DI, tendo por base os testemunhos recolhidos durante a realização deste estudo.

No decorrer das entrevistas, todos os nossos entrevistados foram questionados sobre esta temática. Contudo, apenas Treinadores e Psicólogos apresentaram sugestões relativamente à classificação desportiva de atletas com DI, sendo de ressalvar que no grupo de Psicólogos foram poucos os que apresentaram soluções para esta questão. Este facto será visível pelos próprios excertos aqui apresentados.

Ao longo do estudo foram levantadas inúmeras preocupações com a realidade do Andebol para atletas com DI, nomeadamente, no que se refere à competitividade e à classificação dos atletas. Todavia, mais do que indicar os problemas, é fundamental procurar possíveis soluções. Neste sentido, no que se refere à classificação, treinadores e psicólogos sugeriram que esta fosse realizada por pessoas externas à instituição ou clube, nomeadamente, por técnicos responsáveis da ANDDI ou da FAP, tal como é possível observar nas seguintes narrativas:

> "Acho que devem ser os psicólogos da ANDDI, que não há, a fazer este tipo de avaliações psicológicas, a dirigir-se junto do atleta e fazer eles próprios."
>
> (Excerto retirado da entrevista à psicóloga P8)

> "Tinha de haver especificidade na análise do atleta. (…) A minha ideia era essa, em setembro, juntamente com o exame médico-desportivo, tinha de vir alguém da instituição, da ANDDI Portugal, avaliar os atletas e engloba-los em três níveis, com testes rigorosos, é a única maneira, não encontro outra. (…) Tem de ser uma pessoa alheia à instituição."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T7)

Paralelamente, os participantes deste estudo entendem ser necessária a especialização de quem realiza este tipo de provas, formando uma equipa perita neste assunto, tal como o comité de elegibilidade e classificação, descrito pela INAS (2010e). A este respeito, o psicólogo P4 e a técnica T5 referem:

> "Ser rigoroso. No meu ponto de vista, aliás penso que já está a começar a haver, para que não se dependa de um indivíduo devia de haver uma comissão nacional para a elegibilidade. Portanto, de maneira que, é aquele, é especialista, sabe daquilo e trata de todos da mesma maneira. E depois era levar isto a um júri internacional que possa validar por comparação com outros países."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao psicólogo P4)

> "Têm de ser avaliados por equipas, por equipas especializadas. Correndo nós o risco, também, do nosso próprio grupo ter pessoas com diferentes níveis, mas lá está, se nós adotarmos o sistema do Andebol em Cadeira de Rodas em que só

> pode estar em campo, sei lá, uma média global 15 pontos, as equipas estão todas equilibradas."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T5)

O Andebol em Cadeira de Rodas possui uma classificação desportiva dos atletas semelhante ao Basquetebol em Cadeira de Rodas. Aqui, os atletas são classificados entre 1.0 e 4.5 pontos, de acordo com o seu nível de funcionamento físico e motor. A pontuação individual de cada atleta será combinada originando a pontuação da equipa, sendo que, em competições internacionais, a equipa não pode ter mais do que 14 pontos em campo (Buckley, 2008). Esta classificação é baseada na capacidade dos atletas executarem movimentos característicos e fundamentais da modalidade, como a manipulação da cadeira, drible, passe, receção, lançamentos, entre outros (Gil et al., 2015). No nosso entender, esta classificação seria uma mais-valia no contexto nacional do Andebol para atletas com DI, uma vez que o número de participantes é reduzido. Esta estratégia permitiria que em campo as equipas apresentassem um conjunto de jogadores com capacidades semelhantes, equilibrando as competições.

Adicionalmente, de acordo com o técnico T2 a classificação deveria ser realizada e confirmada durante as provas desportivas.

> "…haver avaliadores durante os jogos e competições, que eu consigo ver, tu consegues ver, quem está sentado consegue ver.. Num jogo tu não disfarças."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T2)

Este aspeto vai de encontro ao que é apresentado pela ITTF Para Table Tennis (2015) para as competições de Ténis de Mesa dos atletas com DI, cujos atletas necessitam de ser reavaliados durante as provas desportivas, com o intuito de confirmar as performances realizadas durante o processo de avaliação e, consequentemente, a própria classificação.

A estas alterações do processo classificativo, os técnicos acrescentam outras sugestões para melhorar o processo de organização por níveis de competições, problemática abordada anteriormente. Neste sentido, o técnico T8

afirma que apenas é possível uma competição por níveis equitativos com recurso a uma divisão equilibrada dos atletas.

> "Não é muito a minha área mas teria de ser feita uma avaliação ao atleta, tanto a nível de QI, como a nível motor... Pronto, penso que teria de ser por aí. (…) Tem de haver equilíbrio. Tem de ser feito uma escala, com múltiplos parâmetros a analisar..."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao técnico T8)

No último excerto, é levantada a possibilidade de se realizar uma classificação dos atletas com DI, tendo como base a sua performance desportiva. O mesmo foi sugerido no estudo de Guidetti et al. (2009), com atletas de Basquetebol com DI.

Os estudos de Baldari et al. (2009); Franciosi et al. (2012); Franciosi et al. (2010); e Guidetti et al. (2009) destinaram-se à avaliação da performance motora de atletas de Basquetebol com DI, através de uma bateria de testes de Basquetebol adaptada. A particularidade destes estudos, relaciona-se com a forma como esta avaliação é transferida para o contexto da classificação desportiva de atletas com DI.

O estudo de Guidetti et al. (2009) enfatizou o interesse em criar um método simples e apropriado ou uma bateria de testes quantitativa de avaliação funcional dos atletas com DI. O estudo de Franciosi et al. (2012) cumpriu esse objetivo com sucesso, quando a Federação Italiana de Desporto para Atletas com Deficiência Intelectual e Relacional adotou a sua bateria de testes nas regras oficiais de Basquetebol para atletas com DI. A bateria proposta pelos autores, serve, deste modo, o propósito de a avaliar as habilidades dos atletas e incluí-los na categoria apropriada, de forma oficial e formal.

Parece-nos importante expor brevemente como funciona o desporto para estes atletas no contexto italiano e esclarecer como é constituída esta bateria de testes. De acordo com Franciosi et al. (2012), a Federação Italiana de Desporto para atletas com DI promove três níveis de competições, cuja dificuldade aumenta progressivamente: mais fácil (categoria promoção), média (categoria competição) e mais difícil (categoria aberta).

Os atletas realizam testes modificados de Basquetebol, que dão acesso a quatro níveis de habilidades com aumento de dificuldade (I a IV). Cada nível é caracterizado por uma análise das quatro áreas fundamentais, considerando a técnica e aspetos básicos da modalidade: manejo de bola, receção, passe e lançamento. Para cada área existem cinco componentes específicas, sobre as quais o atleta é pontuado de acordo com o seu desempenho motor e desportivo: 1 ponto – performance correta; 0,5 pontos – performance incorreta; 0 pontos – tentativa completamente falhada. Deste modo, para cada nível (I, II, III ou IV) cada atleta pode atingir um máximo de 20 pontos. Franciosi et al. (2012) consideram que através de um perfil motor e desportivo dos atletas é possível aloca-los da forma mais adequada nas categorias existentes. Os autores referem que os atletas que atinjam o nível IV estão habilitados a participar na categoria aberta, uma vez que quatro dos atletas do seu estudo que atingiram este nível foram convocados para a Seleção Nacional Italiana de Basquetebol para atletas com DI.

Na nossa perspetiva, esta seria também uma possível solução para o contexto português, uma vez que os próprios níveis de competição em Portugal são equivalentes aos do estudo de Franciosi et al. (2012), se considerarmos a atividade adaptada, competição adaptada e competição regular (aberta) da ANDDI Portugal.

Outros exemplos foram ainda apresentados pelos técnicos e psicólogos que entrevistamos, nomeadamente, a bateria de testes *Body Skills*, sugerida pela técnica T11, e o exemplo da modalidade de *Freesby*, proposto pelo psicólogo P7.

> "O *Body Skills* é para crianças mas avalia o desempenho motor em 3 fases: rudimentar, funcional e maturo e podia-se fazer uma coisa dentro desse género. Por exemplo, o drible se for efetuado com a altura da cintura será, imaginemos, o nível maturo, que é o correto, o que se deve fazer, se for lá em baixo com o rabo cá para cima, muitos deles andam a driblar assim [exemplifica]... Poderia ser criada uma espécie de uma escala deste género, com níveis motores e classificar os atletas com estes níveis, estes já jogariam numa competição, estes noutra, estes... por exemplo! (…) é uma escala que nós em psicomotricidade utilizamos para avaliar o nível psicomotor das crianças e dos jovens até aos 13/14 anos... (…) Não quer dizer

> que não começassem num nível e depois passado 1 ano não tivessem já no nível a seguir."
>
> (Excerto retirado da entrevista à técnica T11)

> "…eu imaginei no Andebol uma coisa muito simples que era haver um esquema de motricidade, em que eles antes da competição passavam todos pelo esquema de motricidade e eram todos classificados, e dessa classificação, iam jogar consoante essa classificação. Se têm classificação de 1, os jogadores da outra equipa tinham de jogar com um ou dois ou com três consoante os outros que estavam a jogar, à semelhança dum desporto que eu agora jogo que é o Freesby, que é uma coisa fantástica, que é… Aquilo também está dividido por níveis, por isso se tens jogadores de 16 anos, tens de ter um jogador de 16 anos ou então jogas com menos um… se tens uma mulher, tens de jogar com uma mulher, se tens duas tens de jogar com duas, e assim sucessivamente. Pronto, nivelando pela capacidade e aptidão dos atletas."
>
> (Excerto retirado da entrevista ao psicólogo P7)

Deste modo, foram expostas algumas sugestões de possíveis alterações no processo de classificação, tendo sempre em vista, o desenvolvimento da modalidade de Andebol para atletas com DI. Consideramos que estas propostas podem ser a base de um trabalho futuro nesta área.

Capítulo V – Conclusões e Sugestões

1. Conclusões

Neste capítulo pretende-se dar resposta aos objetivos formulados no início deste estudo, bem como refletir sobre os assuntos emergentes ao longo da análise e discussão das entrevistas. Tendo em consideração o campo de ação deste trabalho, é nosso objetivo, partindo das exposições singulares de cada entrevistado, tecer uma linha orientadora dos temas que foram até aqui abordados, realizando uma análise comparativa das opiniões dos três grupos. Ao longo do estudo mantivemos o foco nos objetivos previamente definidos. Todavia, a natureza da entrevista semiestruturada proporciona uma certa abertura a outros assuntos, que apesar de não serem considerados aquando a formulação dos objetivos, importa analisar e refletir.

Considerando as características das pessoas com DI, nomeadamente, a propensão para o sedentarismo, risco elevado de comorbilidade, tais como problemas cardiovasculares, deficiência motora e/ou auditiva e ainda dificuldades na interação social, psicólogos e técnicos desportivos consideraram o desporto uma mais-valia na vida da pessoa com DI.

São os treinadores/técnicos desportivos, que conjuntamente à família e amigos se revelam fundamentais no envolvimento dos atletas com DI no contexto desportivo. O incentivo e reconhecimento dos técnicos e familiares e o ambiente de cooperação e amizade proporcionado pelo desporto, foram recorrentemente mencionados pelos atletas, quer no que se refere à iniciação desportiva, quer à manutenção no desporto. Simultaneamente, os atletas anseiam por novos conhecimentos (da modalidade, de outros locais e jogadores), recompensas e reconhecimento social, através da prática desportiva.

O facto de o Andebol ser uma modalidade coletiva, acrescenta valor ao trabalho das capacidades psicossociais destes atletas, que têm assim uma oportunidade de desenvolver as capacidades de se relacionar com outros, de adquirir estratégias de controlo emocional, respeito, aceitação mútua e desenvolver a capacidade de comunicação. Paralelamente, entendemos que este é um espaço privilegiado para estimular o intelecto dos atletas, devido à

necessidade constante de analisar/interpretar as situações de jogo e tomar decisões, adequando e readequando as suas ações à imprevisibilidade do jogo de Andebol.

Em Portugal, assim como no resto do mundo, o Andebol é uma modalidade relativamente recente para os atletas com DI. A nível nacional, as ofertas surgem principalmente em instituições que prestam apoio à população com este tipo de deficiência e/ou, cada vez mais, através de clubes filiados à modalidade em questão. O contexto em que se desenrola a prática desportiva dos atletas com DI, bem como a longevidade, a duração e frequência da mesma, são condicionantes da performance desportiva. Assim, entendemos que no contexto escolar, através das aulas de Educação Física ou do Desporto Escolar, os alunos com DI poderão usufruir das primeiras experiências desportiva, adequadas às suas potencialidades e limitações.

Concomitantemente, distintas experiências e tempo de vivência na modalidade proporcionam níveis de habilidades igualmente diferenciados nos atletas. Quando comparados atletas com graus de DI semelhantes, aqueles com maior experiência, certamente possuirão melhores aptidões para a prática. A prática desportiva em diversas modalidades, por um lado proporciona maior experiência motora, porém não permite a especialização que é necessária no desporto de competição, principalmente devido ao reduzido período de treino destinado a cada modalidade. Este aspeto foi narrado tanto por técnicos como por atletas.

Não obstante, esta falta de especialização é também observada nos técnicos que acompanham as equipas, na medida em que não possuem grau de treinadores de Andebol e/ou acompanham os atletas em diversas modalidades. Estas condições afetam igualmente o nível de treino e o planeamento efetuado pelos técnicos, nomeadamente, em momentos antecedentes às competições, onde se verifica falta de treino de umas modalidades em benefício de outras.

Todos estes aspetos têm influência na performance desportiva dos atletas, o que foi comprovado pelos mesmos quando mencionaram dificuldades técnicas, que os técnicos e psicólogos corroboraram, expondo que as

dificuldades cognitivas dos primeiros, podem ser condicionantes da aquisição e da assimilação de habilidades motoras e comportamentos adequados.

À semelhança do que se verifica noutros estudos, nacionais e internacionais, com atletas com diversos tipos de deficiência, através das exposições tanto dos atletas com DI como dos seus técnicos, entendemos que são inúmeros os entraves encontrados neste tipo de prática desportiva. A falta de apoios económicos e financeiros, de condições materiais (infraestruturas, material, equipamentos), e competições frequentes, adequadas aos níveis competitivos de cada equipa, são alguns dos exemplos mais mencionados pelo nosso grupo de estudo.

No contexto nacional, são essencialmente atletas institucionalizados que praticam a modalidade. Deste modo, as instituições ou clubes (geralmente através de parcerias com as anteriores) encontram campeonatos nem sempre nivelados às suas capacidades. Esta falta de enquadramento das equipas em níveis distintos, de acordo com as capacidades e dificuldades foi sendo relatada ao longo das entrevistas. No entanto, foi também mencionada a procura de uma solução para este problema. Entendemos que a concretização de campeonatos regionais em três zonas do país (norte, centro e sul), colocada em prática no decorrer deste estudo, é um avanço neste sentido, na medida em que diminui as distâncias percorridas para cada competição. Não obstante, não corresponde à organização por níveis competitivos, que tanto técnicos como atletas mencionaram ser necessária, mas sim geográficos. Tal como os nossos entrevistados, ponderamos que o aumento do número de atletas e de equipas inscritas seja uma das possibilidades para criar campeonatos mais competitivos e com jogos mais equilibrados.

Adicionalmente, cremos que uma classificação desportiva destes atletas pudesse ajudar a alcançar este objetivo. No entanto, o processo de elegibilidade e classificação desportiva é ainda um tema confuso para muitos intervenientes do desporto para atletas com DI. Diversos atletas desconhecem os objetivos das provas a que foram sujeitos ou confundem-nas com provas de outras naturezas, como por exemplo exames médico-desportivos. Tal como no grupo de estudo referente aos atletas, em que poucos, por norma com maiores capacidades

intelectuais, apresentaram maior conhecimento sobre este assunto, o conhecimento demonstrado pela maioria dos técnicos foi rudimentar. Poucos técnicos conhecem e compreendem como se desenvolve o processo de elegibilidade e classificação desportiva, bem como a realidade dos três níveis competitivos existentes para atletas com DI em Portugal. O mesmo foi verificado no grupo dos psicólogos.

No testemunho da maioria dos psicólogos, ficou presente o conhecimento superficial que estes têm sobre o desporto, apesar da consideração e do reconhecimento dos diversos benefícios que lhes atribuem. Por este motivo, na abordagem destas temáticas, os entrevistados referiram-se essencialmente à elegibilidade de um modo geral, incindindo particularmente nas questões da avaliação psicológica de pessoas com DI, o que era espectável tendo em consideração que é a área em que atuam.

Relativamente à emergência de um sistema de classificação para atletas com DI, elaborado com base numa avaliação psicométrica e no seu desempenho desportivo, a opinião de técnicos e psicólogos divide-se. Determinados técnicos e psicólogos mencionam a necessidade de criar maior justiça e equidade no desporto para atletas com DI, e concordam que este possa ser um meio para atingir esse fim. Contudo, outros técnicos e psicólogos referem a dificuldade e ambiguidade em avaliar e caracterizar os atletas com DI, o que alerta para a dificuldade acrescida no processo de elegibilidade e classificação desportiva de atletas com DI.

Não obstante, tanto técnicos como psicólogos apresentaram propostas para melhorar alguns dos problemas com que se deparam. No que se refere ao processo de classificação, estes propõem que a mesma seja realizada por um conjunto de especialistas externos às instituições ou clubes, sendo confirmada, posteriormente, em competição. Sugerem ainda, a realização de uma avaliação de cariz motor e desportivo, que permita verificar as limitações e potencialidades dos atletas, específicas na modalidade de Andebol. Deste modo, os técnicos e psicólogos recomendam a adaptação de baterias de testes ou do sistema de classificação e/ou organização já adotados por outras modalidades, quer de um modo geral, quer modalidades para atletas com deficiência.

Neste estudo, analisámos o estado atual da modalidade de Andebol para atletas com DI, e a perspetiva de atletas, técnicos e psicólogos sobre o processo de elegibilidade e classificação desportiva. No entanto, seria fundamental que outros investigadores se dedicassem a estas questões, não só no Andebol mas também noutras modalidades.

2. Sugestões

Estamos conscientes de que nem todos os obstáculos apresentados são de fácil resolução e nem todas as sugestões são fáceis de concretizar. Todavia, entendemos que apenas com a investigação e reflexão de algumas das problemáticas mencionadas, é possível realizar progressos neste contexto. Compreendemos também que, por vezes, seja necessário "recuar um passo para avançar dois", o que significa que devemos colocar em prática as nossas ideologias, e analisar os seus resultados, adaptando e melhorando os aspetos que possam não ser tão benéficos.

Deste modo, sugerimos que, partindo deste estudo, seja criada uma bateria de testes para avaliar a performance motora e desportiva dos atletas, com base na bateria anteriormente apresentada para avaliar atletas de Basquetebol com DI, com o intuito de complementar o processo de classificação destes atletas. Sugerimos ainda, que esta seja colocada em prática, de modo a verificar a sua viabilidade.

Simultaneamente, recomendamos a realização de um estudo foco, através da reunião de todos os técnicos, com o intuito de debaterem questões de organização e perspetivas sobre o processo de classificação e dados a serem incluídos neste processo.

Referências Bibliográficas

Altman, B. M. (2001). Disability definitions, models, classification schemes, and applications. In G. L. Albrecht, K. D. Seelman & M. Bury (Eds.), *Handbook of disability studies* (pp. 97-122). Califórnia: Sage Publications.

American Association on Mental Retardation. (2002). *Mental retardation definition, classification and systems of supports* (10th ed.). Washington, DC: American Association on Mental Retardation.

American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders DSM-5* (5th ed.). London: American Psychiatric Publishing.

Associação Nacional de Desporto para Deficiência Intelectual Portugal. (2014). Comunicado oficial nº1/2014-2015. Consult. 25 de junho de 2015, disponível em https://www.dropbox.com/s/psfa4s17dzj0aoo/CO%20N%C2%BA1_publicado_24.07.2014.pdf

Associação Nacional de Desporto para Deficiência Intelectual Portugal. (2015). Regulamento Geral de Competição. *Regulamentos ANDDI* Consult. 25 de junho de 2015, disponível em https://www.dropbox.com/s/5dgw0lyiz3ecicb/001%20-REGULAMENTO%20Competi%C3%A7%C3%A3o%202014-2015%20vers%C3%A3o%2025-02-2015.pdf?dl=0

Auxter, D., Pyfer, J., & Huettig, C. (1997). *Principles and methods of adapted physical education and recreation* (8th ed ed.). St Louis: Mosby.

Bailey, S. (2008). *Athlete first a history of the paralimpic movement*. New York: John Wiley & Sons.

Baldari, C., Franciosi, E., Gallotta, M. C., Emerenziani, G. P., Reis, V. M., & Guidetti, L. (2009). Using basketball test battery to monitor players with mental retardation across 2 sports seasons. *Journal of Strength and Conditioning Research, 23(8)*, 2345–2350.

Bardin, L. (1994). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo* (3ª ed ed.). Lisboa: Edições 70.

Bastos, T., & Martin, J. (2015). The psychosocial dynamics of sport participation for athletes with intellectual impairments In E. S. Linton (Ed.), *Advances in sports research*. s.l.: Nova science publishers. Manuscrito submetido para publicação.

Bauer, M. W., Gaskell, G., & Allum, N. C. (2000). Quality, quantity and knowledge interests avoiding confusions. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Qualitative researching with text, image and sound a pratical handbook* (pp. 3-17). London: Sage Publications.

Bota, A., & Teodorescu, S. (2014). Teaching and coaching young people with intellectual disability. In D. Hassan, S. Dowling & R. McConkey (Eds.), *Sport, coaching and intellectual disability* (pp. 89-105). London: Routledge.

Bota, A., Teodorescu, S., & Șerbănoiu, S. (2014). Unified Sports – a social inclusion factor in school communities for young people with intellectual disabilities. *Procedia - Social and Behavioral Sciences, 117*, 21-26.

Bourgeois, A.-M. (2012). Contested perspectives of "marvel" and "mockery" in disability and sport Accra, Ghana. In J. M. L. Clair (Ed.), *Disability in the global sport arena a sporting chance* (pp. 169-182). London: Routledge.

Braddock, D. L., & Parish, S. L. (2001). An institutional history of disability. In G. L. Albrecht, K. D. Seelman & M. Bury (Eds.), *Handbook of disability studies* (pp. 11-68). Califórnia: Sage Publications.

Brittain, I. (2010). *The paralympic games explained*. London: Routledge.

Buckley, J. (2008). Classification and the games. In K. Gilbert & O. J. Schantz (Eds.), *The Paralympic games empowerment or side show?* (pp. 90-101). Auckland: Meyer & Meyer Verlag.

Carlozzi, N. E., Kirsech, N. L., Kisala, P. A., & Tulsky, D. S. (2015). An examination of the Wechsler Adult Intelligence Scales, Fourth Edition (WAIS-IV) in individuals with complicated mild, moderate and severe traumatic brain injury (TBI). *The Clinical Neuropsychologist, 29*(1), 21-37.

Castro, T. G. d., Abs, D., & Sarriera, J. C. (2011). Análise de conteúdo em pesquisas de psicologia. *Psicologia: ciência e profissão, 31*(4), 814-825.

Comité Paralímpico Portugal. (2015). Modalidades. Consult. 15 de abril de 2015, disponível em http://www.comiteparalimpicoportugal.pt/Paginas/modalidades.aspx

Corr, P. (2008). From the outside looking in and the inside looking out a coach's perspective of intellectual disability in the Paralympics. In K. Gilbert & O. J. Schantz (Eds.), *The Paralympic games empowerment or side show?* (pp. 126-133). Auckland: Meyer & Meyer Verlag.

Coubertin, P. (2000). *Olympism selected writings*. Lausanne: International Olympic Committee.

Cuesta-Vargas, A. I., Paz-Lourido, B., & Rodriguez, A. (2011). Physical fitness profile in adults with intellectual disabilities: differences between levels of sport practice. *Research in Developmental Disabilities, 32*, 788–794.

Darcy, S., & Dowse, L. (2013). In search of a level playing field the constrains and benefits of sport participation for people with intellectual disability. *Disability & Society, 28*(3), 393-407.

DePauw, K. (2009). Disability sport: historical context. In HayleyFitzgerald (Ed.), *Disability and youth sport* (pp. 11-23). London: Routledge.

DePauw, K. P., & Gavron, S. J. (2005). *Disability sport* (2ª ed ed.). Champaign, IL: Human Kinetics.

Dowling, S. (2014). Sport and intellectual disability benefits, barriers and bridges. In D. Hassan, S. Dowling & R. McConkey (Eds.), *Sport, coaching and intellectual disability* (pp. 34-51). London: Routledge.

Estriga, L. (2012). A iniciação desportiva e a escola de desporto da AFC. In J. L. D. Rego & J. A. R. d. Santos (Eds.), *Ciclo de conferências do centenário do Académico F. C.* (pp. 119-123). Porto: Académico F. C.

European Handball Federation. (2015). Handball basics. Consult. 26 de junho de 2015, disponível em http://www.eurohandball.com/ehf/handballbasics

Federação Portuguesa de Andebol. (2013). ANDDIball international cup 2013: Portugal vence duplo confronto com a França. Consult. 26 de janeiro e 27 de junho de 2015, disponível em http://portal.fpa.pt/fap_portal/do?com=DS;1;111;+PAGE(2000025)+COD_COR_CAIXA(2)+KID-NOTICIA(8792)+K-QUERY(anddi);RCNT(1)

Federação Portuguesa de Desporto para pessoas com Deficiência. (2012). FPDD News. 17. Consult. 17 de julho de 2015, disponível em http://www.fpdd.org/output_efile.aspx?id_file=1120

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência. (2013a). Organigrama. Consult. 18 de junho de 2015, disponível em http://www.fpdd.org/pt/organigrama

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência. (2013b). Quem somos. Consult. 18 de junho de 2016, disponível em http://www.fpdd.org/pt/fpdd/quem-somos

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência. (2015a). Desenvolvimento da atividade desportiva - 2015. Consult. 18 de junho de 2015, disponível em http://www.fpdd.org/output_efile.aspx?id_file=3388

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência. (2015b). Plano de Alto Rendimento e Seleções Nacionais. Consult. 18 de junho

de 2015, disponível em http://www.fpdd.org/output_efile.aspx?id_file=3386

Fegan, P. L. (2011). Intellectual Disabilities. In J. P. Winnick (Ed.), *Adapted physical education and sport* (5th ed., pp. 151-172). Champaign: Human Kinetics.

Fernhall, B., Pitetti, K., & Guerra, M. (2003). Impact of obesity and down syndrome on maximal heart rate and work capacity in youth with mental retardation. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, 3*(2), 89-91.

Fonseca, A. M., Dias, C., & Corte-Real, N. (2010). Da participação ao abandono da prática desportiva. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, 10*(2), 96-114.

Fontana, A., & Frey, J. H. (2000). The interview from structured questions to negotiated text. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (2nd ed ed., pp. 645-672). Thousand Oaks: Sage Publications.

Franciosi, E., Gallotta, M. C., Baldari, C., Emerenziani, G. P., & Guidetti, L. (2012). Basketball ability testing and category for players with mental retardation: 8-month training effect. *Journal of Strength and Conditioning Research, 26(6)*, 1524–1531.

Franciosi, E., Guidetti, L., Gallotta, M. C., Emerenziani, G. P., & Baldari, C. (2010). Contributions of selected fundamental factors to basketball performance in adult players with mental retardation. *Journal of Strength and Conditioning Research, 24(8)*, 2166–2171.

Garci, T. C. H., & Mandich, A. (2005). Going for gold Understanding occupational engagement in elite-level wheelchair basketball athletes. *Journal of Occupational Science, 12*(3), 170-175.

Garcia, R. P., Marinho, T., & Sousa, A. (2014). Pessoas com deficiência para além do rosto. In I. Mesquita & J. Bento (Eds.), *Professor de educação*

física fundar e dignificar a profissão (pp. 275-300). Porto: Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Gaskell, G. (2000). Individual and group interviewing. In M. W. Bauer & G. Gaskell (Eds.), *Qualitative researching with text, image and sound a pratical handbook* (pp. 38-56). London: Sage Publications.

Gehlsen, G. M., & Karpuk, J. (1992). Analysis of the NWAA swimming classification system. *Adapted Physical Activity Quarterly, 9*, 141 - 147.

Ghosh, D., & Datta, T. K. (2012). Functional improvement and social participation through sports activity for children with mental retardation a field study from a developing nation. *Prosthetics and Orthotics International, 36*(3), 339-347.

Gil, S. M., Yanci, J., Otero, M., Olasagasti, J., Badiola, A., Bidaurrazaga-Letona, I., Iturricastillo, A., & Granados, C. (2015). The functional classification and field test performance in wheelchair basketball players. *Journal of Human Kinetics, 46*, 219-230.

Gobbi, E., Ferri, I., & Carraro, A. (2014). Physical activity and people with intellectual disability (mental retardation). In M. Probst & A. Carraro (Eds.), *Physical activity and mental health a practice-oriented approach* (pp. 151-156). Milan: edi-ermes.

Gonçalves, C. E., & Silva, M. C. e. (2004). Contemporary trends and issues in youth sports in Portugal. In M. C. e. Silva & R. M. Malina (Eds.), *Children and Youth in organized sports* (pp. 15-30). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Grandisson, M., Tétreault, S., & Freeman, A. R. (2012). Enabling integration in sports for adolescents with Intellectual Disabilities. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities, 25*, 217-230.

Guidetti, L., Franciosi, E., Emerenziani, G. P., Gallotta, M. C., & Baldari, C. (2009). Assessing basketball ability in players with mental retardation. *Br J Sports Med, 43*, 208-212.

Guidetti, L., Franciosi, E., Gallotta, M. C., Emerenziani, G. P., & Baldari, C. (2010). Could sport specialization influence fitness and health of adults with mental retardation? *Research in Developmental Disabilities, 31*, 1070–1075.

Harada, C. M., & Siperstein, G. N. (2009). The sport experience of athletes with intellectual disabilities a national survey of Special Olympics athletes and their families. *Adapted Physical Activity Quarterly, 26*, 68-85.

Harada, C. M., Siperstein, G. N., Parker, R. C., & Lenox, D. (2011). Promoting social inclusion for people with intellectual disabilities through sport: Special Olympics International, global sport initiatives and strategies. *Sport in Society: Cultures, Commerce, Media, Politics, 14*(9), 1131-1148.

Hassan, D., Dowling, S., & McConkey, R. (2014). Understanding sport and intellectual disability: an introduction. In D. Hassan, S. Dowling & R. McConkey (Eds.), *Sport, coaching and intellectual disability* (pp. 1-10). London: Routledge.

Hassan, D., Dowling, S., McConkey, R., & Menke, S. (2012). The inclusion of people with intellectual disabilities in team sports: lessons from the Youth Unified Sports programme of Special Olympics. *Sport in Society, 15*(9), 1275-1290.

Hassan, D., & Lynch, R. (2014). Reflections on coaching athletes with disabilities. In D. Hassan, S. Dowling & R. McConkey (Eds.), *Sport, coaching and intellectual disability* (pp. 69-84). London: Routledge.

Hills, L., & Utley, A. (2010). Reflections on providing sport science support for athletes with learning difficulties. *Disability and Rehabilitation, 32*(18), 1488-1994.

Houston-Wilson, C. (2011). Infants and toddlers. In J. P. Winnick (Ed.), *Adapted physical education and sport* (5th ed., pp. 411-424). Champaign: Human Kinetics.

Howe, P. D., & Jones, C. (2006). Classification of disabled athletes: (dis)empowering the paralympic practice community. *Sociology of Sport Journal, 23*, 29-46.

Howie, E. K., Barnes, T. L., McDermott, S., Mann, J. R., Clarkson, J., & Meriwether, R. A. (2012). Availability of physical activity resources in the environment for adults with intellectual disabilities. *Disability and Health Journal, 5*, 41-48.

Hsieh, K., Rimmer, J. H., & Heller, T. (2014). Obesity and associated factors in adults with intellectual disability. *Journal of Intellectual Disability Research, 58*(9), 851-863.

Hutzler, Y., & Korsensky, O. (2010). Motivational correlates of physical activity in persons with an intellectual disability: a systematic literature review. *Journal of Intellectual Disability Research, 54*(9), 767-786.

Hutzler, Y., & Oz, M. (2014). Special Olympics athletes' perspectives on their motivation to participate in sports. In D. Hassan, S. Dowling & R. McConkey (Eds.), *Sport, coaching and intellectual disability* (pp. 106-120). London: Routledge.

Hutzler, Y., Oz, M., & Barak, S. (2013). Goal perspectives and sport participation motivation of Special Olympians and typically developing athletes. *Research in Developmental Disabilities, 34*, 2149-2160.

International Handball Federation. (2014). Rules of the game. *Statutes and regulations* Consult. 26 de junho de 2015, disponível em http://www.ihf.info/files/Uploads/NewsAttachments/0_RuleGame_GB.pdf

International Paralympic Committee. (2007). *IPC Classification code and international standards*. Consult 19 de junho de 2015, disponível em

http://www.paralympic.org/sites/default/files/document/120201084329386_2008_2_Classification_Code6.pdf.

International Paralympic Committee. (2012a). Classification at London 2012. *The Paralympian*(2), 40-41.

International Paralympic Committee. (2012b). Sport Review. *The Paralympian, 3*, 13-39.

International Paralympic Committee. (2015). Paralympic Games - Summer. Consult. 15 de abril de 2015, disponível em http://www.paralympic.org/ParalympicGames/Summer

International Paralympic Committee Athletics. (2014). Ahletics classification rules and regulations. *Athletics classification rules and regulations* Consult. 29 de junho de 2015, disponível em http://www.paralympic.org/sites/default/files/document/140203155650367_2014_01_21_ipc+athletics+classification+rules+and+regulations_final+2014.pdf

International Paralympic Committee Athletics. (s.d.). Athletics classification rules and regulations. Consult. 28 de junho de 2015, disponível em http://www.paralympic.org/athletics/classification

International Paralympic Committee Swimming. (2011). Classification rules and regulations. Consult. 29 de junho de 2015, disponível em http://www.paralympic.org/sites/default/files/document/120706163426076_2011_05_30__swimming_classification_regulations.pdf

International Paralympic Committee Swimming. (s.d.). Swimming classification. Consult. 29 de junho de 2015, disponível em http://www.paralympic.org/swimming/classification

International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability. (2010a). Applying for primary eligibility. Consult. 17 de abril de 2015, disponível

em http://www.inas.org/member-services/eligibility-and-classification/primary-eligibility/

International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability. (2010b). A guide to eligibility and classification for athletes with an intellectual disability Consult. 27 de janeiro de 2015, disponível em http://www.inas.org/wp-content/uploads/2010/11/Guide-to-Eligibility-and-Classification.pdf

International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability. (2010c). Inas global games. Consult. 17 de abril de 2015, disponível em http://www.inas.org/global-games/inas-global-games/

International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability. (2010d). Our Vision. Consult. 12 de junho de 2015, disponível em http://www.inas.org/about-us/who-we-are/

International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability. (2010e). Section 3: Standing committees 3.2 Eligibilty committee. Consult. 12 de junho de 2015, disponível em http://www.inas.org/wp-content/uploads/2010/11/3.2-Eligibility-Committee-1.pdf

International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability. (2011a). 3rd Global Games - Linguria 2011: Medals Table. Consult. 18 de junho de 2015, disponível em http://www.inas.org/wp-content/uploads/2014/04/GG2011-full.pdf

International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability. (2011b). Global Games - Official Results. Consult. 12 de junho de 2012, disponível em http://www.inas.org/wp-content/uploads/2011/02/GG-2004-official-results1.pdf

International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability. (2011c). Results Global Games '09. Consult. 12 de junho de 2015, disponível em

http://www.inas.org/wp-content/uploads/2011/02/GG-Final-Results-LIBEREC-2009small.pdf

International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability. (2013). Section 4: Polices - 4.1 Inas eligibility & classification: rules, policy and procedure. Consult. 18 de junho de 2015, disponível em http://www.inas.org/wp-content/uploads/2010/11/4.1-Eligibility-Classification-Policy3.pdf

International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability. (2014a). 1st Inas European Handball Championships (new dates). Consult. 22 de abril de 2015, disponível em http://www.inas.org/events/1st-inas-european-handball-championships/

International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability. (2014b). Athlete registration and primary eligibility application guidance notes. *Athlete classification procedure* Consult. 25 de junho de 2015, disponível em http://uksportsassociation.org/athlete_classification/Reg_form_guidance_notesv5_Mar2014.pdf

International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability. (2015a). Ecuador 2015 Inas Global Games - Qualification Guide_v2. Consult. 11 de junho de 2015, disponível em http://www.inas.org/wp-content/uploads/2014/05/QUALIFICATION_GUIDE_v2.pdf

International Sports Federation for Persons with Intellectual Disability. (2015b). Results 1st INAS Handball European Championship. *Handball* Consult. 27 de junho de 2015, disponível em http://www.inas.org/wp-content/uploads/2015/04/RESULTS_1st-EUROPEAN-HANDBALL-CHAMPIONSHIP-FAFE-PORTUGAL-20151.pdf

International Table Tennis Federation Para Table Tennis. (2015). Table Tennis classification for players with intellectual disabilities. *ITTF Para Table Tennis Classification* Consult. 16 e 25 de junho de 2015, disponível em

http://www.ipttc.org/classification/PTT-ID%20Classification_procedure_2015.pdf

Jaarsma, E. A., Geertzen, J. H. B., Jong, R. d., Dijkstra, P. U., & Dekker, R. (2014). Barriers and facilitators of sports in Dutch Paralympic athletes an explorative study. *Scandinavian Journal of Medicine & Science in Sports, 24*, 830-836.

Johnson, C. C. (2009). The benefits of physical activity for youth with developmental disabilities a systematic review. *American Journal of Health Promotion, 23*(3), 157-167.

Kaşkaya, A. (2012). Evaluation of the research in the scope of the proficiency of teachers in terms of subject, aim, method, and results. *Educational Sciences: Theory & Practice, 12*(2), 800-805.

Kell, P., Kell, M., & Price, N. (2008). Two games one movement? The Paralympic versus the Olympic movement. In K. Gilbert & O. J. Schantz (Eds.), *The Paralympic games empowerment or side show?* (pp. 155-166). Auckland: Meyer & Meyer Verlag.

Maulik, P. K., Mascarenhas, M. N., Mathers, C. D., Dua, T., & Saxena, S. (2011). Prevalence of intellectual disability a meta-analysis of population-based studies. *Research in Developmental Disabilities, 32*, 419-436.

Maxwell, J. A. (2009). Designing a qualitative study. In L. Bickman & D. J. Rog (Eds.), *The SAGE handbook of applied social research methods* (2nd ed ed., pp. 214-253). Los Angeles: SAGE.

McConkey, R. (2014). Changing perspectives on intellectual disability through sport. In D. Hassan, S. Dowling & R. McConkey (Eds.), *Sport, coaching and intellectual disability* (pp. 15-33). London: Routledge.

McConkey, R., Dowling, S., Hassan, D., & Menke, S. (2013). Promoting social inclusion through Unified Sports for youth with intellectual disabilities a

five-nation study. *Journal of Intellectual Disability Research, 57*(10), 923-935.

Mikulovic, J., Vanhelst, J., Salleron, J., Marcellini, A., Compte, R., Fardy, P. S., & Bui-Xuan, G. (2014). Overweight in intellectually-disabled population: Physical, behavioral and psychological characteristics. *Research in Developmental Disabilities, 35*, 153-161.

Morin, D., Rivard, M., Crocker, A. G., Boursler, C. P., & Caron, J. (2013). Public attitudes towards intellectual disability a multidimensional perspective. *Journal of Intellectual Disability Research, 57*(3), 279-292.

Nunn, C. (2008). Coaching at the Paralympic level if only the administrators understood. In K. Gilbert & O. J. Schantz (Eds.), *The Paralympic games empowerment or side show?* (pp. 102-114). Auckland: Meyer & Meyer Verlag.

Organização Mundial de Saúde. (1995). *Classificação internacional das deficiências, incapacidades e desvatagens (handicaps) um manual de classificação das consequências das doenças* (2 ed.). Lisboa: Secretariado Nacional de Reabilitação.

Özer, D., Baran, F., Aktop, A., Nalbant, S., Ağlamiş, E., & Hutzler, Y. (2012). Effects of a Special Olympics Unified Sports soccer program on psycho-social attributes of youth with and without intellectual disability. *Research in Developmental Disabilities, 33*, 229-239.

Pacheco, D. B., & Valencia, R. P. (1997). A deficiência mental. In R. Bautista (Ed.), *Necessidades educativas especiais* (pp. 209-223). Lisboa: Dinalivro.

Paciorek, M. J. (2011). Adapted sport. In J. P. Winnick (Ed.), *Adapted physical education and sport* (5th ed., pp. 41-58). Champaign: Human Kinetics.

Palmblad, E. (2000). Diagnostics and ideology. *Scandinavian Journal of Disability Research, 2*(1), 58-82.

Parmenter, T. R. (2011). What is intellectual disability? How is it assessed and classified? *International Journal of Disability, Development and Education, 58*(3), 303-319.

Pastula, R. M., Stopka, C. B., Delisle, A. T., & Hass, C. J. (2012). Effect of moderate-intensity exercise training on the cognitive function of young adults with intellectual disabilities. *Journal of Strength and Conditioning Research, 26(12)*, 3441–3448.

Patton, M. Q. (2002). *Qualitative research & evaluation methods* (3th ed ed.). Thousand Oaks: Sage.

Porretta, D. L. (2011). Team Sports. In J. P. Winnick (Ed.), *Adapted physical education and sport* (5th ed., pp. 503-526). Champaign: Human Kinetics.

Queirós, P., & Graça, A. (2013). A análise de conteúdo (enquanto técnica de tratamento da informação) no âmbito da investigação qualitativa. In I. Mesquita & A. Graça (Eds.), *Investigação qualitativa em desporto* (Vol. 2, pp. 113-149). Porto: Centro de Investigação Formação Inovação e Intervenção em Desporto. Faculdade de Desporto. Universidade do Porto.

Queirós, P., & Lacerda, T. O. (2013). A importância da entrevista na investigação qualitativa. In I. Mesquita & A. Graça (Eds.), *Investigação qualitativa em desporto* (Vol. 2, pp. 175-206). Porto: Centro de Investigação Formação Inovação e Intervenção em Desporto. Faculdade de Desporto. Universidade do Porto.

Robertson, J., & Emerson, E. (2010). Participation in sports by people with intellectual disabilities in England a brief report. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities, 23*, 616-622.

Rosado, A., & Mesquita, I. (2009). Melhorar a aprendizagem optimizando a instrução. In A. Rosado & I. Mesquita (Eds.), *Pedagogia do Desporto* (pp. 69-130). Lisboa: Faculdade de Motricidade Humana.

Shephard, R. J. (1990). *Fitness in special populations*. Champaign: Human Kinetics.

Sherrill, C. (2004). *Adapted physical activity, recreation, and sport crossdisciplinary and lifespan* (6th ed.). Boston: McGraw-Hill.

Silverman, D. (2000a). Analyzing talk and text. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (2nd ed ed., pp. 487-508). Thousand Oaks: Sage Publications.

Silverman, D. (2000b). *Doing qualitative research a pratical handbook*. London: SAGE.

Silverman, D. (2010). *Doing qualitative research a pratical handbook* (3rd ed.). Los Angeles: SAGE.

Simard, C. (2003). Concepto de actividad física adaptada. In C. Simard, F. Caron & K. Skrotzky (Eds.), *Actividad fisica adaptada* (pp. 11-28). Barcelona: Inde Publicaciones.

Sousa, A. (2014). *A experiência vivida de atletas paralímpicos: narrativas do desporto paralímpico português*. Porto: Ana Sousa. Dissertação de Douturamento apresentada a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto.

Sousa, A., Corredeira, R., & Pereira, A. L. (2013). Desporto paralímpico em Portugal: da sua génese à atualidade. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, 13*(1), 93-112.

Special Olympics. (2014a). Seeking experienced officials for the LA 2015 games. Consult. 26 de junho de 2015, disponível em http://www.specialolympics.org/Games/Seeking_Experienced_Officials_for_the_LA_2015_Games.aspx

Special Olympics. (2014b). Special Olympics handball coaching guide: handball rules, protocol & etiquette. *Special Olympics Handball Coaching Guide*

Consult. 17 de abril e 25 junho de 2015, disponível em http://digitalguides.specialolympics.org/handball/#/62

Special Olympics. (2014c). Special Olympics summer sport rules: handball. *Handball* Consult. 25 de junho de 2015, disponível em http://media.specialolympics.org/soi/files/resources/Sports-Rules-Competitions/SportsRules/Handball_Rules_FINAL-April2014.pdf

Special Olympics. (2015a). Handball. *Handball* Consult. 17 de abril de 2015, disponível em http://media.specialolympics.org/soi/files/resources/Sports-Rules-Competitions/FactSheet/FactSheet-Handball.pdf

Special Olympics. (2015b). Handball. Consult. 17 de abril de 2015, disponível em http://www.specialolympics.org/handball.aspx

Special Olympics. (2015c). Los Angeles 2015. Consult. 13 de junho de 2015, disponível em http://www.specialolympics.org/los-angeles-2015.aspx

Special Olympics. (2015d). Special Olympics Mission. Consult. 13 de junho de 2015, disponível em http://www.specialolympics.org/mission.aspx

Tani, G. (2007). Desporto e escola - que diálogo ainda é possível? In J. O. Bento & J. M. Constantino (Eds.), *Em defesa do desporto mutações e valores em conflito* (pp. 269-287). Coimbra: ALMEDINA.

Tavares, F., & Casanova, F. (2015). A atividade decisional do jogador nos jogos desportivos coletivos. In F. Tavares (Ed.), *Jogos desportivos coletivos ensinar a jogar* (2ª ed., pp. 55-72). Porto: Editora FADEUP.

Temple, V. A., Frey, G. C., & Stanish, H. I. (2006). Physical activity of adults with mental retardation review and research needs. *American Journal of Health Promotion, 21*(1), 2-12.

Thomas, N., & Smith, A. (2009). *Disability, sport and society an introduction*. London: Routledge.

Van Biesen, D., Mactavish, J., Pattyn, N., & Vanlandewijck, Y. (2012). Technical proficiency among table tennis players with and without intllectual disabilities. *Human Movement Science, 31*, 1517-1528.

Vanlandewijck, Y. C., Evaggelinou, C., Daly, D. D., Houtte, S. V., Verellen, J., Aspeslagh, V., Hendrickx, R., Piessens, T., & Zwakhoven, B. (2003). Proportionality in wheelchair basketball classification. *Adapted Physical Activity Quarterly, 20*, 369-380.

Westwood, P. (2007). *Commonsense methods for children with special education needs* (5ª ed.). Abingdon: Routledge.

Williamson, D. C. (2004). Sports classification persons with intellectual disabilities - a general proposal to demonstrate impact functionality [Versão eletrónica]. Consult. 22 de setembro de 2014, disponível em http://www.thefreelibrary.com/Sports+classification+persons+with+intellectual+disabilities--a...-a0140445116.

Wilski, M., & Nadolska, A. (2014). The role of family support in enhancing sport activities for children with intellectual disabilities. In D. Hassan, S. Dowling & R. McConkey (Eds.), *Sport, coaching and intellectual disability* (pp. 138-158). London: Routledge.

Wilson, N. C., & Khoo, S. (2013). Benefits and barriers to sports participation for athletes with disabilities: the case of Malaysia. *Disability & Society, 28*(8), 1132-1145.

Winnick, J. P. (2011). Introduction to adapted physical education and sport. In J. P. Winnick (Ed.), *Adapted physical education and sport* (5th ed., pp. 1-20). Champaign: Human Kinetics.

Wood, C. (2011). *Paralympic heroes the true story of Great Britain`s*. London: Carlton.

World Health Organization. (2007). *Atlas global resources for persons with intellectual disabilities*. Thonex: World Health Organization.

World Health Organization. (2011). World report on disability 2011 [documento pdf]. Consult. 12 de junho de 2015, disponível em http://www.who.int/disabilities/world_report/2011/report.pdf

World Health Organization. (2014a). Definition: intellectual disability. Consult. 25 de setembro de 2014, disponível em http://www.euro.who.int/en/health-topics/noncommunicable-diseases/mental-health/news/news/2010/15/childrens-right-to-family-life/definition-intellectual-disability, consultado a 18 de Setembro de 2014.

World Health Organization. (2014b). Disability and health. *Media centre* Consult. 06 de setembro de 2015, disponível em http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs352/en/

Anexos

Anexo I – Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido

Eu, _____, fui convidado(a) a participar num estudo de Mestrado sobre a temática: "Andebol para pessoas com deficiência intelectual – sistema de elegibilidade e classificação desportiva". O intuito geral desde estudo é compreender como se desenvolve o processo de elegibilidade e classificação desportiva para atletas com DI e conhecer a perspetiva das pessoas envolvidas no Andebol para atletas com DI acerca desta temática.

Os investigadores envolvidos neste estudo são a Licenciada Helena Isabel Silva (Faculdade de Desporto da Universidade do Porto), sua principal autora; e a Professora Doutora Ana Isabel Sousa (Faculdade de Desporto da Universidade do Porto).

A minha participação neste estudo foi realizada através de uma entrevista gravada em formato áudio, aspeto sobre o qual fui previamente informado(a) e com o qual concordei. Fui informado(a) que todos os dados relativos à identificação dos participantes deste estudo serão confidenciais e que será mantido o anonimato.

Neste âmbito, ser-me-á permitido o acesso a todo e qualquer tipo de informação relativa a esta investigação, tendo a autora assumido que o trabalho final elaborado me seria dado a conhecer.

Face aos factos enunciados, manifesto o meu livre consentimento em participar neste estudo.

_____ de _____ de 201__

(O(A) entrevistado(a))	(A autora, Helena Isabel Silva)

Anexo II – Termo de Consentimento Informado, Livre e Esclarecido (tutor)

Eu, _____, na qualidade de representante legal de _____, que foi convidado(a) a participar num estudo de Mestrado sobre a temática: "Andebol para pessoas com deficiência intelectual – sistema de elegibilidade e classificação desportiva", recebi a seguinte informação sobre o mesmo:

O intuito geral desde estudo é compreender como se desenvolve o processo de elegibilidade e classificação desportiva para atletas com deficiência intelectual (DI) e conhecer a perspetiva das pessoas envolvidas no Andebol para atletas com DI acerca desta temática.

Os investigadores envolvidos neste estudo são a Licenciada Helena Isabel Silva (Faculdade de Desporto da Universidade do Porto), sua principal autora; e a Professora Doutora Ana Isabel Sousa (Faculdade de Desporto da Universidade do Porto).

A participação neste estudo foi realizada através de uma entrevista gravada em formato áudio, aspeto sobre o qual fui previamente informado(a) e com o qual concordei. Fui informado(a) que todos os dados relativos à identificação dos participantes deste estudo serão confidenciais e que será mantido o anonimato.

Neste âmbito, ser-me-á permitido o acesso a todo e qualquer tipo de informação relativa a esta investigação, tendo a autora assumido que o trabalho final elaborado me seria dado a conhecer.

Face aos factos enunciados, manifesto o meu livre consentimento para que aquele que legalmente represento participe neste estudo.

_____ de _____ de 201__

_____	_____
(P'O(A) entrevistado(a))	(A autora, Helena Isabel Silva)

Anexo III – Guião de Entrevista a Atletas de Andebol com DI

Questões Biográficas/Dados Pessoais:

Género: M ___ F ___ Idade: _____ Morada/Localidade: _____

Estado Civil: _____ Grau académico: _____ Profissão: _____

Que modalidade(s) pratica:_____

Há quanto tempo pratica: _____

Onde pratica: _____

Quantas vezes por semana treina:_____

Em quantas competições nacionais e internacionais já participou e que resultados obteve:

Nacionais:_____

Internacionais:_____

As questões que se seguem têm como objetivo compreender como se desenvolve o processo de elegibilidade e classificação funcional de atletas de Andebol com deficiência intelectual, qual a sua perspetiva sobre o mesmo e, como é que este processo condiciona a sua atividade desportiva.

Questões da entrevista:

1) **Lembra-se de como começou a praticar desporto?**
   - Experiência desportiva anterior
   - Apoio da família, amigos, etc.
   - Quem o levou a experimentar/ Influência
   - Episódios marcantes
   - Fase inicial do percurso
   - Modalidades
2) **Como iniciou a prática de Andebol?**
   - Sentimentos
   - Episódios marcantes
   - Fase inicial do percurso
   - Recorda-se da primeira competição desportiva

- Como foi a primeira competição desportiva
- O que se recorda

3) **No seu percurso desportivo, como surgiram as competições? Em algum momento pensou abandonar a competição ou o desporto de um modo geral?**
    - Quem sugeriu que participasse – Influência/ Iniciativa própria
    - Sentimentos
    - Quem/o que é que o mantém no desporto ou o que fez com que pensasse em desistir
4) **O que o motiva a treinar diariamente?**
    - Sentimentos
    - Experiências vividas / episódios marcantes
    - Ambiente e pessoas envolventes
5) **Que lugar ocupa o treino na sua vida diária? E a competição? Conte-me como é habitualmente o seu dia (em que treina ou compete).**
    - As diferenças entre os outros dias
    - Sentimentos
    - Experiências vividas / episódios marcantes
6) **Para si, o que lhe dá mais prazer, os treinos ou as competições? Explique-me porquê.**
    - Sentimentos
    - Experiências vividas ou episódios marcantes
    - Maiores dificuldades/obstáculos
7) **Na sua carreira desportiva que pessoa(s) foi(foram) mais marcante(s) para si e porquê?**
    - Família, amigos, colegas, treinadores, selecionadores, pessoal da instituição, etc.
    - Apoio, motivação, etc.
    - Influências? Treinadores, por exemplo…
8) **Para praticar desporto, tem de fazer testes que digam que pode participar nesta atividade. Ao longo da sua carreira como atleta, alguma vez foi subtido a testes para poder competir? Quais? Como? E onde foram realizados?**

- Tem conhecimento/perceção
- Contexto
- Frequência
- Sentimentos
- Experiências vividas e/ou marcantes

9) O que pensa acerca destes testes?

- Sentimentos
- Experiências vividas e/ou marcantes
- Frequência de realização

10) Sabe para que servem os testes?

- Sentimentos
- Experiências vividas e/ou marcantes

11) Considera que a sua realização é importante e necessária? Porquê?

- Sentimentos
- Experiências vividas e/ou marcantes

12) O que sugere para a melhoria da competitividade da modalidade que pratica? E para a melhoria do processo de elegibilidade e classificação desportiva da modalidade?

- Sentimentos
- Experiências vividas / Episódios marcantes
- Maiores dificuldades / Obstáculos
- Nível nacional versus nível internacional

Há mais algum aspeto que considere importante referir acerca do seu percurso desportivo e da sua perspetiva sobre a elegibilidade e classificação desportiva e que deseje acrescentar?

Anexo IV – Guião de Entrevista a Psicólogos que trabalham com Atletas com DI

Questões Biográficas/Dados Pessoais:

Género: M ___ F ___ Idade: _____ Morada/Localidade: _____
Estado Civil: _____ Grau académico: _____
Local onde exerce:_____ Há quanto tempo exerce: _____
Quantas vezes por semana está com os atletas:_____
Tem formação específica na área da elegibilidade e classificação: S___ N ___
Está envolvido no processo de elegibilidade de atletas com DI: S___ N ___
Há quanto tempo: _____
Quantos processos de elegibilidade concretizou:
Nacionais:_____ Internacionais:_____

As questões que se seguem têm como objetivo compreender como se desenvolve o processo de elegibilidade e classificação funcional de atletas de Andebol com deficiência intelectual, e qual a sua perspetiva sobre o mesmo. Importa compreender de que modo, este processo condiciona a atividade desportiva dos atletas e como desenvolve a sua função de "classificador".

Questões da entrevista:

1) **Recorda-se do seu primeiro contacto com o desporto para atletas com deficiência?**
    - Origem (como surgiu a oportunidade)
    - Experiência
2) **Há quanto tempo trabalha com atletas com DI?**
    - Experiência
3) **Qual a natureza do seu trabalho com estes atletas?**
    - Experiência
    - Maiores dificuldades / Obstáculos

4) **Que processos são necessários para que um atleta seja considerado elegível para a competição?**
    - Experiência
    - Maiores dificuldades / Obstáculos
    - Tipo de testes a que são sujeitos os atletas (Nome dos testes/Documentos/Baterias)
5) **Realiza as provas de elegibilidade e classificação necessárias à competição dos atletas? Fale-me desse trabalho, p.f.**
    - Sentimentos
    - Experiência
    - Maiores dificuldades / Obstáculos
    - Motivações
6) **Os testes são iguais para todos os atletas, independentemente da modalidade praticada ou o grau de deficiência?**
    - Opinião
    - Experiências vividas / Episódios marcantes
    - Maiores dificuldades / Obstáculos
7) **Com que frequência e em que contextos são, os atletas, sujeitos a este tipo de testes?**
    - Opinião
    - Experiências vividas / Episódios marcantes
    - Maiores dificuldades / Obstáculos
8) **Que critérios estão definidos para que os atletas sejam divididos pelos três níveis de competição na DI?**
    - Competição regular / competição adaptada / AF adaptada
    - Opinião
    - Experiências vividas / Episódios marcantes
    - Maiores dificuldades / Obstáculos
    - Onde posso encontrar esses critérios
    - Adequação dos critérios
9) **Que implicações pode a DI ter na prática desportiva destes atletas? E qual a sua influência na natureza competitiva desta prática?**
    - Opinião

- Diferentes níveis de QI
- Experiência / Episódios marcantes
- Maiores dificuldades / Obstáculos
- Equidade / Desigualdade

10) Qual a sua opinião sobre o atual processo de elegibilidade e classificação de atletas com DI?

- Experiência / Episódios marcantes

11) Conhece outra(s) modalidade(s) onde o processo de elegibilidade e/ou classificação desportiva se processe de forma diferente? Qual a sua opinião sobre o(s) mesmos?

- Aquisição do Conhecimento
- Sentimentos
- Experiência
- Maiores dificuldades / Obstáculos
- Nível nacional versus nível internacional

12) Qual a sua relação com as organizações ligadas ao desporto para pessoas com deficiência? E com os meios de comunicação social?

- Federações/associações (ANDDI), comité paralímpico…
- Media
- À vontade para sugerir ou comentar regulamentos, processos, etc.

13) O que sugere para a melhoria da competitividade da modalidade de Andebol para atletas com DI? Na sua opinião como deveria ser realizado este processo?

- Opinião
- Experiência
- Maiores dificuldades / Obstáculos
- Nível nacional versus nível internacional

Há mais algum aspeto que considere importante referir acerca da sua experiência e da sua perspetiva sobre a elegibilidade e classificação desportiva e que deseje acrescentar?

Anexo V – Guião de Entrevista a Técnicos/Treinadores de atletas de Andebol com DI

Questões Biográficas/Dados Pessoais:

Género: M ___ F ___ Idade: _____ Morada/Localidade: _____
Estado Civil: _____ Grau académico: _____ Profissão: _____
Formação profissional: _____ Experiência Profissional:_____
Que modalidade(s) treina:_____
Há quanto tempo é treinador: _____
Onde dá treinos: _____
Quantas vezes por semana dá treinos:_____
Em quantas competições desportivas, para atletas com deficiência, sobretudo de Andebol para atletas com DI, já participou e que resultados obteve:
Nacionais:_____
Internacionais:_____

As questões que se seguem têm como objetivo compreender como se desenvolve o processo de elegibilidade e classificação funcional de atletas de Andebol com deficiência intelectual, e qual a sua perspetiva sobre o mesmo. Importa compreender de que modo, este processo condiciona a atividade desportiva dos seus atletas e a sua gestão e treino da equipa.

Questões da entrevista:

1) **Como teve inicio a sua carreira desportiva? E de treinador de desporto/desporto adaptado?**
    - Fase inicial do percurso
    - Episódio marcantes
    - Exemplo atleta
2) **Recorda-se do seu primeiro contacto com o desporto para atletas com deficiência?**
    - Causa

- Sentimentos
- Experiências marcantes
- Principais dificuldades / obstáculos

3) **Há quanto tempo acompanha atletas com deficiência?**
    - Sentimentos
    - Experiências vividas / episódios marcantes
    - Maiores dificuldades / obstáculos
4) **Quais as maiores dificuldades encontradas no trabalho com atletas com deficiência? E quais os aspetos positivos a destacar na sua experiência?**
    - Sentimentos
    - Experiências vividas / Episódios marcantes
    - Maiores dificuldades / obstáculos
    - Motivações
    - Homogeneidade / Heterogeneidade do grupo
    - Comprometimento intelectual e motor
    - Ambiente envolvente
    - Relação dos atletas com os pares e outros
5) **Relativamente às características dos seus atletas, que implicações têm na sua prática/ no treino /no jogo?**
    - Treino, modelo de jogo, métodos de ensino, entre outras
    - Potencialidades
    - Maiores dificuldades/ obstáculos
    - Principais diferenças entre treinar uma equipa com atletas sem DI
    - Motivação
    - Sentimentos
    - Experiências vividas/episódios marcantes
6) **O que entende por elegibilidade e classificação funcional dos atletas com deficiência?**
    - Conhecimento
    - Aquisição do conhecimento
    - Formação
    - Sentimentos
    - Experiências vividas e episódios marcantes

7) **Que conhecimento possui referente aos três níveis competitivos para atletas com DI?**
    - Competição regular / competição adaptada / AF adaptada
    - Aquisição do conhecimento
    - Opinião
    - Experiência
8) **Tem conhecimento acerca dos critérios que definem a competição em que o atleta pode participar?**
    - Competição regular / competição adaptada / AF adaptada
    - Aquisição do conhecimento
    - Opinião
    - Experiência
9) **Qual a sua opinião acerca da possibilidade de os jogadores da competição regular jogarem na competição adaptada?**
    - Opinião
    - Experiência
10) **Julga ser necessário ou benéfico a existência de uma classificação para os atletas de Andebol com DI? Porquê?**
    - Opinião
    - Experiência
11) **Conhece outra(s) modalidade(s) onde considere que o processo de elegibilidade e classificação desportiva se processe de modo mais adequado?**
    - Aquisição do Conhecimento
    - Opinião
    - Experiência
    - Maiores dificuldades / Obstáculos
    - Nível nacional versus nível internacional
12) **Qual a sua relação com as organizações ligadas ao desporto para pessoas com deficiência? E com os meios de comunicação social?**
    - Federações/associações (ANDDI), comité paralímpico…
    - Media

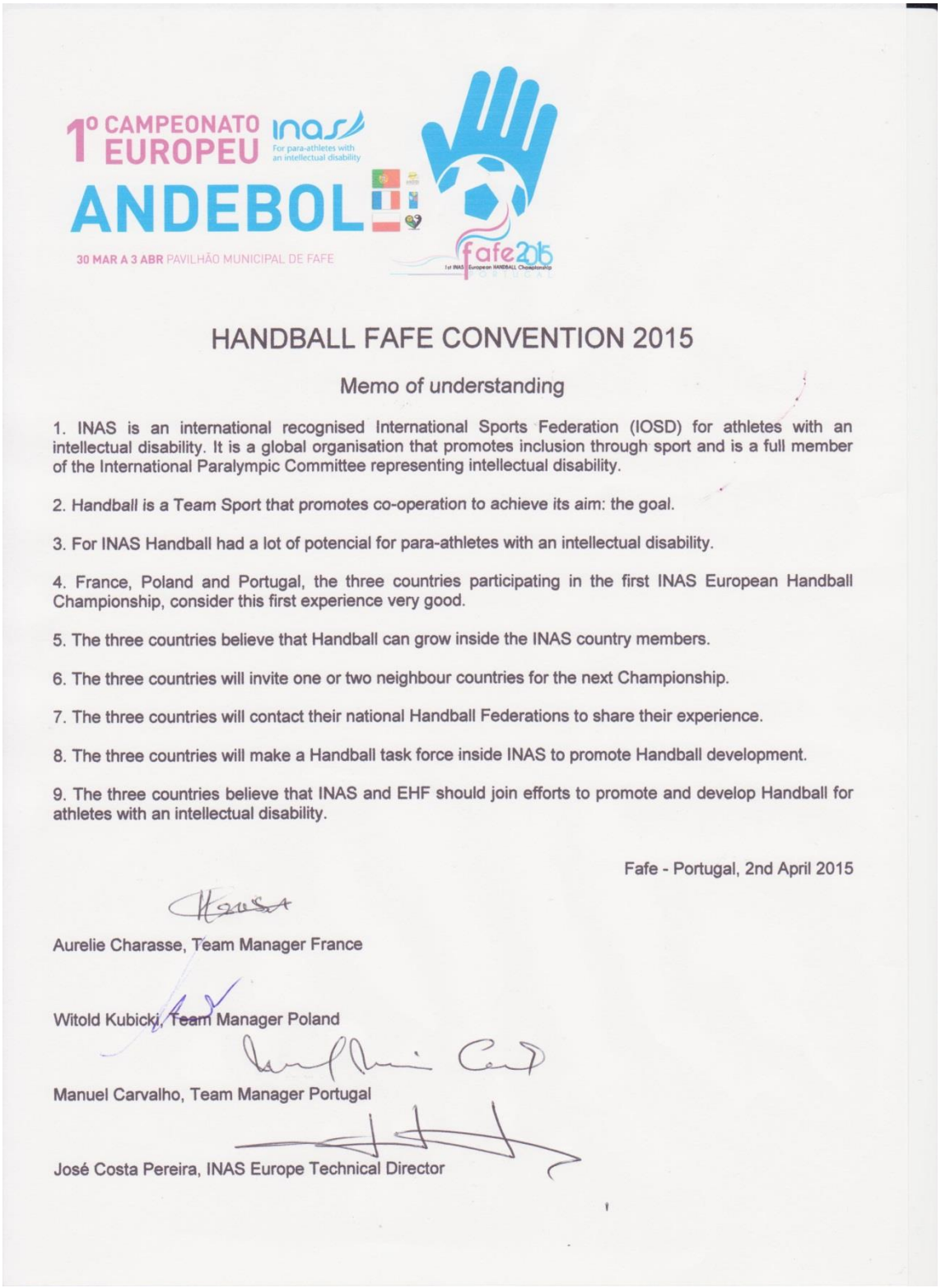
- À vontade para sugerir ou comentar regulamentos, processos, etc.

13) O que sugere para a melhoria da competitividade da modalidade de andebol para atletas com DI? Na sua opinião, como deveria ser realizado este processo?

- Opinião
- Experiência
- Desejos para o futuro

Há mais algum aspeto que considere importante referir acerca do seu percurso como treinador e da sua perspetiva sobre a elegibilidade e classificação desportiva de atletas com DI e que deseje acrescentar?

Anexo VI – Declaração assinada no 1º Campeonato Europeu para atletas com DI



1º CAMPEONATO EUROPEU ANDEBOL

inas For para-athletes with an intellectual disability

30 MAR A 3 ABR PAVILHÃO MUNICIPAL DE FAFE

fafe2015 1st INAS European HANDBALL Championship

HANDBALL FAFE CONVENTION 2015

Memo of understanding

1. INAS is an international recognised International Sports Federation (IOSD) for athletes with an intellectual disability. It is a global organisation that promotes inclusion through sport and is a full member of the International Paralympic Committee representing intellectual disability.

2. Handball is a Team Sport that promotes co-operation to achieve its aim: the goal.

3. For INAS Handball had a lot of potencial for para-athletes with an intellectual disability.

4. France, Poland and Portugal, the three countries participating in the first INAS European Handball Championship, consider this first experience very good.

5. The three countries believe that Handball can grow inside the INAS country members.

6. The three countries will invite one or two neighbour countries for the next Championship.

7. The three countries will contact their national Handball Federations to share their experience.

8. The three countries will make a Handball task force inside INAS to promote Handball development.

9. The three countries believe that INAS and EHF should join efforts to promote and develop Handball for athletes with an intellectual disability.

Fafe - Portugal, 2nd April 2015

Aurelie Charasse, Team Manager France

Witold Kubicki, Team Manager Poland

Manuel Carvalho, Team Manager Portugal

José Costa Pereira, INAS Europe Technical Director

Anexo VII – Ficha de Inscrição de Atleta (ANDDI Portugal)

FOTO

FICHA DE INSCRIÇÃO DE ATLETA

ÉPOCA 2014-2015

1. **DADOS BIOGRÁFICOS** (a preencher pela Instituição/Clube)

NOME - _____

Data Nascimento - ___/___/___ **Nacionalidade** - _____ **Nº BI/CC** - _____ **Validade** - ___/___/___

NIF - _____ **Nº Segurança Social** - _____ **Nº Utente de Saúde** - _____

MORADA - _____

CÓD POSTAL - _____ - _____ **TLF** - _____ **TLM** - _____

PAI - _____ **MÃE** - _____

ENC. EDUC. - _____ **TUTOR** - _____

CLUBE / INSTITUIÇÃO - _____

MODALIDADE DESPORTIVA (principal) - _____

2. **DADOS DOS SISTEMAS DE SUPORTE ESPECIAIS** (a preencher pela Instituição/Clube)

O Sistema Desportivo para a Deficiência Intelectual é considerado um ***Serviço Especial*** para uma ***População Especial***. Assim, é suposto que um Atleta com DI usufrua, ou tenha usufruido, de algum dos seguintes Sistemas de Apoio Sociais e Educativos que estão à sua disposição:

SERVIÇOS DE APOIO ESPECIAL	SIM	Onde?	NÃO
EDUCAÇÃO (em Instituições ou Integrados/Inclusos)			
EMPREGO E/OU FORMAÇÃO PROFISSIONAL (Emprego Protegido em meio aberto ou inserido em empresas)			
ÁREA RESIDENCIAL			
APOIO ECONÓMICO (ao próprio, tipo Pensão da Segurança Social, às Instituições ou entidades empregadoras)			
PROTEÇÃO SOCIAL OU CUIDADOS ESPECIAIS (Tutor, etc...)			
OUTRO (S)			

Assinatura do Atleta

_____

Assinatura do Diretor

_____
(carimbo da Instituição/Clube)

mod.2

3. **DIAGNÓSTICO** (a preencher pelo médico ou psicólogo)

3.1 – FUNCIONAMENTO INTELECTUAL

A definição de Deficiência Intelectual da Organização Mundial de Saúde (OMS) das Nações Unidas e de outras organizações profissionais (tais como a AAMR – Associação Americana para a Deficiência Mental e a IASSID – Associação Internacional para o Estudo Científico da Deficiência Intelectual), considera que o funcionamento intelectual deverá ser significativamente abaixo da média (QI igual ou inferior a 75).

Certifico que o atleta citado é, segundo a minha experiência profissional, uma pessoa com Deficiência Intelectual	**SIM**	**NÃO**

3.2 – COMPORTAMENTOS ADAPTATIVOS

Assinalar se tem alterações significativas em algumas (2 ou mais) destas áreas da Escala dos Comportamentos Adaptativos, aqui considerados como as manifestações esperadas de independência pessoal e responsabilidade social:

ÁREAS	SIM	NÃO
COMUNICAÇÃO		
INDEPENDÊNCIA E CUIDADOS PESSOAIS		
VIDA DOMÉSTICA		
CAPACIDADES SOCIAIS		
AUTONOMIA		
SEGURANÇA E SAÚDE		
ESCOLARIDADE		
LAZER E TEMPOS LIVRES		
UTILIZAÇÃO DOS MEIOS COMUNITÁRIOS		
TRABALHO		

3.3 – IDADE DE ESTABELECIMENTO

A definição da Organização Mundial de Saúde (OMS) das Nações Unidas considera que a Deficiência Intelectual se manifesta durante o período de desenvolvimento, antes dos 18 anos de idade.

A Deficiência Intelectual manifestou-se antes dos 18 anos de idade?	**SIM**	**NÃO**

3.4 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

3.4.1 – SÍNDROME DE DOWN Trissomia 21 ☐ Mosaico ☐ **NÃO** ☐

3.4.2 – DEFICIÊNCIAS ASSOCIADAS - _____

3.4.3 – OUTRAS - _____

3.5 – MÉTODOS UTILIZADOS - (nomear os métodos utilizados para a avaliação)

_____

_____

4. **IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO CERTIFICADOR** (Médico ou Psicólogo)

NOME (Impresso) _____
ASSINATURA / DATA _____ ____/____/____
MORADA _____ _____
TELEFONE _____
QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS _____
N.º CARTEIRA PROFISSIONAL (se tiver) _____

DOCUMENTOS ANEXOS		
Pretendo manter a confidencialidade dos documentos anexos	**SIM**	**NÃO**
Assinatura		